

ALAGOA GRANDE

um registro do seu patrimônio arquitetônico

GEÓRGIA MARIA RIBEIRO DE SOUZA
ORIENTADOR: IVAN CAVALCANTI FILHO



Geórgia Maria Ribeiro de Souza

ALAGOA GRANDE

Um registro do seu patrimônio arquitetônico

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção de título de bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Paraíba.

Prof. Ivan Cavalcanti Filho, PhD
Orientador

João Pessoa,
Maio de 2019

Geórgia Maria Ribeiro de Souza

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Ivan Cavalcanti Filho, PhD
Orientador

Prof^a. Dra. Mariana Fialho Bonates
Examinadora

Prof. Dr. Eliezer Leite Rolim Filho
Examinador

ALAGOA GRANDE

Um registro do seu patrimônio arquitetônico

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito para obtenção de título de bacharel em
Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal
da Paraíba.

Prof. Ivan Cavalcanti Filho, PhD
Orientador

João Pessoa,
Maio de 2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S729a Souza, Geórgia Maria Ribeiro de.

Alagoa Grande: um registro do seu patrimônio
arquitetônico / Geórgia Maria Ribeiro de Souza. - João
Pessoa, 2019.

92 f. : il.

Orientação: Ivan Cavalcanti Filho.
Monografia (Graduação) - UFPB/CT.

1. Alagoa Grande. 2. Patrimônio Arquitetônico. 3.
Preservação. I. Cavalcanti Filho, Ivan. II. Título.

UFPB/BC

RESUMO

Este trabalho trata do patrimônio arquitetônico do Centro Histórico de Alagoa Grande, especificamente dos imóveis situados no seu núcleo inicial, no entorno da praça central da cidade. Para contextualizar o requinte formal das edificações nele encontradas, o ensaio aborda as condições econômicas que possibilitaram o desenvolvimento da cidade, a saber o algodão e o trem; define as linguagens arquitetônicas produzidas na Europa e no sudeste brasileiro que foram acolhidas no sítio histórico de Alagoa Grande, e conceitua as práticas patrimoniais que se aplicam ao local. Destacando uma poligonal menor que aquela proposta pelo IPHAEP, o estudo classifica os imóveis nela inscritos segundo três níveis de preservação: aqueles integralmente preservados; aqueles modificados, porém susceptíveis de intervenção de restauro; e aqueles muito alterados, sem condições de reconstituição. Para melhor analisar o aludido patrimônio, o sítio demarcado é estudado segundo quatro trechos e dezessete subtrechos, onde apenas os imóveis preservados e aqueles susceptíveis de restauro são registrados em imagens e descrição de sua linguagem arquitetônica. O estudo gerou um quadro geral que demonstra o "estado da arte" das edificações de valor arquitetônico, o qual denuncia a hegemonia da arquitetura eclética, seguida de manifestações do neoclassicismo e do *Art Déco*. No quesito preservação o quadro apresenta uma situação onde o número de imóveis preservados somado àqueles susceptíveis de restauração equivale aproximadamente à metade do total de imóveis inscritos no perímetro estudado.

Palavras-chave: Alagoa Grande; Patrimônio Arquitetônico; Preservação.

ABSTRACT

This study focuses on the architectural heritage of the Historic Centre of Alagoa Grande, specifically the buildings situated in its initial site, surrounding the central square of the city. In order to contextualize the formal refinement of the buildings found in the area, this essay approaches the economic conditions that allowed the development of the city, specially the cotton and the railway; defines the architectural languages produced in Europe and in Southeast Brazil that were hosted on the historical site of Alagoa Grande and conceptualizes the heritage practices that apply to the place. Stressing a perimeter smaller than that proposed by IPHAEP, this work classifies the buildings inscribed therein according to three levels of preservation: those totally preserved; those modified, but susceptible to restoration interventions; and those much altered, without conditions of reconstitution. To better analyze the heritage, the site is studied according to four sections and seventeen subsections, where only the preserved buildings and the ones susceptible of restoration are registered through images and description of their architectural language. The study resulted in a general table that demonstrates the "state of the art" of the buildings of architectural value, which denounces the hegemony of eclectic architecture, followed by manifestations of neoclassicism and *Art Deco*. In terms of preservation, the table presents a situation where the number of properties preserved added to those susceptible to restoration is equivalent to approximately half of the total number of properties inscribed in the perimeter studied.

Keywords: Alagoa Grande; Architectural Heritage; Preservation.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me proporcionar a realização de mais um sonho. A São José, por sempre providenciar paciência e força quando mais preciso, e à Maria, por passar sempre na minha frente e desatar mais um nó.

Aos meus pais, Alda e Edson, agradeço por todo apoio, amor, cuidado e incentivo. Nada disso seria possível sem eles. Em especial, agradeço à minha mãe, por ser minha maior incentivadora, essa conquista é nossa.

Aos meus irmãos, Eduarda e Jerônimo, sou grata pelo companheirismo, conselhos e suporte ao longo desses anos de curso.

À vovó Suzete, a quem dedico esse trabalho, agradeço por sempre lembrar de mim em suas orações, tenho certeza de que do céu está feliz por essa realização. **Saudades!**

À vovó Hilda, agradeço por todo amor, carinho, orações e por sempre acreditar nessa conquista.

Aos professores do Departamento de Arquitetura da UFPB pelo conhecimento e ensinamentos passados durante a graduação.

Ao meu orientador, professor Ivan, a quem tenho profunda admiração desde o primeiro período, e sem dúvida se tornou uma referência para a minha vida acadêmica e profissional. Agradeço pelos ensinamentos, confiança e pelo apoio durante todas as etapas da graduação.

À professora Berthilde, a quem admiro e sou grata por todas as oportunidades e ensinamentos essenciais para a minha formação. Agradeço pela confiança e por me proporcionar essa experiência tão enriquecedora de fazer parte da família LPPM.

À Nathália, minha querida amiga, irmã e eterna parceira de trabalho. Agradeço imensamente por toda ajuda, ensinamentos, paciência, apoio (emocional e psicológico), madrugadas e risadas. Aproveito para agradecer à Dona Lúcia pelos cuidados e por sempre me acolher em sua casa.

A todos da equipe do LPPM, em especial à Dandara e Jéssica, amigas do patrimônio, agradeço pelos conselhos, apoio e boas conversas.

A Alexandre, Airton e Carol, meus queridos amigos, agradeço pelo apoio emocional e por ajudarem a tornar esses anos de curso mais divertidos.

A Carlos por me acompanhar e me incentivar a nunca desistir dos meus sonhos. Mesmo estando longe seu apoio foi essencial.

Ao arquiteto Wilton Carvalho, ao historiador José Avelar Freire e ao professor José Guedes Guimarães, pelas informações e suporte para a construção desse trabalho.

A Eric Clapton e Paul McCartney por tornarem essa jornada mais leve, meus eternos companheiros de madrugadas.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----|
| Figura 01: Mapa de localização da cidade de Alagoa Grande, PB. ----- | 12 |
| Figura 02: Mapa geral da cidade de Alagoa Grande com delimitação do centro histórico. ----- | 15 |
| Figura 03: Templo de Walhalla, Alemanha. ----- | 26 |
| Figura 04: Templo de Canova, Possagno, Itália. ----- | 26. |
| Figura 05: Teatro Santa Rosa, João Pessoa. ----- | 27 |
| Figura 06: Teatro Minerva, Areia, PB. ----- | 27 |
| Figura 07: Teatro Santa Ignez, Alagoa Grande. ----- | 28 |
| Figura 08: Palacete Stoclet, Bruxelas, Bélgica. ----- | 28 |
| Figura 09: Escola de Artes de Glasgow, Escócia. ----- | 28 |
| Figura 10: Midland Hotel, Morecambe, Reino Unido. ----- | 29 |
| Figura 11: Edifício sede do Daily Telegraph, Napier, Nova Zelândia. ----- | 29 |
| Figura 12: Sede da Capitania dos Portos, João Pessoa. ----- | 30 |
| Figura 13: Sede do Batalhão da Polícia Militar, João Pessoa. ----- | 30 |
| Figura 14: Agência dos Correios, Areia, PB. ----- | 30 |
| Figura 15: Agência dos Correios, Alagoa Grande, PB. ----- | 30 |
| Figura 16: Avenida Central no Rio de Janeiro. ----- | 32 |
| Figura 17: Grupo Escolar Thomas Mindello, João Pessoa. ----- | 33 |
| Figura 18: Palácio do Governo, João Pessoa. ----- | 33 |
| Figura 19: Casa de Comércio “A Fidelidade” de Antônio Pereira dos Anjos. ----- | 34 |
| Figura 20: Imóvel nº 640 à Rua Getúlio Vargas. ----- | 34 |
| Figura 21: Delimitação do Centro Histórico Inicial do Município de Alagoa Grande. ----- | 39 |
| Figura 22: Mapa de poligonal estudada - Núcleo Principal do C.H. de Alagoa Grande. ----- | 40 |
| Figura 23: Mapa de recorte da poligonal de estudo e trechos analisados. ----- | 41 |
| Figura 24: Mapa de recorte da poligonal de estudo e subtrechos analisados. ----- | 42 |

| | |
|---|----|
| Figura 25: Mapa sentido adotado para análise dos trechos. ----- | 43 |
| Figura 26: Mapa Trecho 01 – Rua Apolônio Zenaide. ----- | 44 |
| Figura 27: Subtrecho “A”– Vista Geral.----- | 45 |
| Figura 28: Subtrecho “A”. ----- | 46 |
| Figura 29: Imóvel nº 635 à Rua Apolônio Zenaide – Perspectiva. ----- | 46 |
| Figura 30: Alagoa Grande em 1939 com destaque para o imóvel nº 635. ----- | 46 |
| Figura 31: Imóvel nº 635 à Rua Apolônio Zenaide – Fachada Nordeste. ----- | 46 |
| Figura 32: Imóveis (da esquerda para a direita) nº 645; nº 653; nº 657 e nº 661. ----- | 47 |
| Figura 33: Subtrecho “B”. ----- | 47 |
| Figura 34: Subtrecho “B” – Vista Geral. ----- | 47 |
| Figura 35: Imóvel nº 687 à Rua Apolônio Zenaide. ----- | 47 |
| Figura 36: Subtrecho “B1” - Rua Apolônio Zenaide. ----- | 48 |
| Figura 37: Subtrecho “B1” – Panorama.----- | 48 |
| Figura 38: Subtrecho “C”.----- | 49 |
| Figura 39: Subtrecho “C” - Vista Geral. ----- | 49 |
| Figura 40: Imóvel nº 755 à Rua Apolônio Zenaide. ----- | 49 |
| Figura 41: Subtrecho “D” - Vista geral.----- | 50 |
| Figura 42: Subtrecho “D”. ----- | 50 |
| Figura 43: Imóveis nº 773 e 779 à Rua Apolônio Zenaide. ----- | 50 |
| Figura 44: Trecho 02 - Rua Getúlio Vargas. ----- | 51 |
| Figura 45: Platibanda em Zigue-zague - Rua Getúlio Vargas.----- | 51 |
| Figura 46: Trecho 02 - Rua Getúlio Vargas.----- | 51 |
| Figura 47: Imóvel nº 768 antes das alterações sofridas (Rua Getúlio Vargas). ----- | 52 |
| Figura 48: Imóvel nº 768 à Rua Getúlio Vargas. ----- | 52 |
| Figura 49: Imóvel nº 768 à Rua Getúlio Vargas. ----- | 52 |
| Figura 50: Subtrecho “E”. ----- | 53 |
| Figura 51: Subtrecho “E” - Vista Geral. ----- | 53 |

| | |
|--|----|
| Figura 52: Imóvel nº 808 à Rua Getúlio Vargas. ----- | 53 |
| Figura 53: Imóvel nº 802 à Rua Getúlio Vargas. ----- | 54 |
| Figura 54: Subtrecho "F". ----- | 54 |
| Figura 55: Subtrecho "F" - Vista Geral. ----- | 54 |
| Figura 56: Subtrecho "F" - Vista Geral. ----- | 55 |
| Figura 57: Subtrecho "G". ----- | 55 |
| Figura 58: Subtrecho "G" - Vista Geral.----- | 55 |
| Figura 59: Imóvel 742 à Rua Getúlio Vargas. ----- | 56 |
| Figura 60: Sobrados nº 728; nº 720 e nº 714 à Rua Getúlio Vargas. ----- | 56 |
| Figura 61: Subtrecho "H". ----- | 56 |
| Figura 62: Subtrecho "H" - Vista geral. ----- | 57 |
| Figura 63: Imóvel nº 684 à Rua Getúlio Vargas – Fachada preservada. ----- | 57 |
| Figura 64: Subtrecho "I" Vista Geral. ----- | 57 |
| Figura 65: Subtrecho "I". ----- | 58 |
| Figura 66: Imóvel nº 650 à Rua Getúlio Vargas. ----- | 58 |
| Figura 67: Imóvel nº 640 à Rua Getúlio Vargas. ----- | 58 |
| Figura 68: Trecho 03: Rua Padre Luiz e Rua Bom Jesus. ----- | 59 |
| Figura 69: Imóveis S/N e nº 84 à Rua Padre Luiz. ----- | 59 |
| Figura 70: Imóvel nº 12 à Rua Bom Jesus. ----- | 60 |
| Figura 71: Subtrecho "J". ----- | 60 |
| Figura 72: Subtrecho "J" - Vista Geral. ----- | 60 |
| Figura 73: Imóvel nº 104 à Rua Padre Luiz. ----- | 61 |
| Figura 74: Imóvel nº 96 à Rua Padre Luiz. ----- | 61 |
| Figura 75: Subtrecho "L" – Vista Geral. ----- | 61 |
| Figura 76: Subtrecho "L". ----- | 62 |
| Figura 77: Imóvel nº 84 à Rua Padre Luiz. ----- | 62 |
| Figura 78: Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem. ----- | 62 |

| | |
|--|----|
| Figura 79: Nave central - Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem. ----- | 63 |
| Figura 80: Subtrecho "M". ----- | 64 |
| Figura 81: Subtrecho "M"- Vista Geral. ----- | 64 |
| Figura 82: Imóveis nº 46, nº 40 e nº 34 à Rua Bom Jesus. ----- | 64 |
| Figura 83: Imóvel nº 6 à Rua Bom Jesus. ----- | 64 |
| Figura 84: Trecho 04 - Rua Dom Pedro II. ----- | 65 |
| Figura 85: Vista da Rua Dom Pedro II. ----- | 65 |
| Figura 86: Subtrecho "N". ----- | 66 |
| Figura 87: Imóvel s/n localizado na esquina das Ruas Dom Pedro II e Francisco Montenegro. ----- | 66 |
| Figura 88: Detalhe do pavimento superior do imóvel. ----- | 66 |
| Figura 89: Subtrecho "O". ----- | 67 |
| Figura 90: Subtrecho "O" 0- Vista Geral. ----- | 67 |
| Figura 91: Imóvel nº51 à Rua Dom Pedro II. ----- | 67 |

| | |
|---|----|
| Figura 92: Teatro Santa Ignez - Rua Dom Pedro II. ----- | 68 |
| Figura 93: Teatro Santa Ignez - Rua Dom Pedro II.----- | 68 |
| Figura 94: Subtrecho "P". ----- | 69 |
| Figura 95: Subtrecho "P" - Vista Geral. ----- | 69 |
| Figura 96: Imóveis nº 67, nº85 e nº 103 à Rua Dom Pedro II. ----- | 69 |
| Figura 97: Imóvel Villa Bela Vista nº 103 à Rua Dom Pedro II. ----- | 70 |
| Figura 98: Subtrecho "Q". ----- | 70 |
| Figura 99: Colégio Nossa Senhora do Rosário à Rua Dom Pedro II. ----- | 71 |
| Figura 100: Capela central do Colégio de N. S. do Rosário. ----- | 71 |
| Figura 101: Colégio Nossa Senhora do Rosário à Rua Dom Pedro II. ----- | 71 |
| Figura 102: Quadro Síntese.----- | 72 |

LISTA APÊNDICE

| | |
|---|-------------|
| Ficha 01: Imóvel nº 635 ----- | Apêndice 01 |
| Ficha 02: Correios e Telégrafos ----- | Apêndice 02 |
| Ficha 03: Imóvel nº 755. ----- | Apêndice 03 |
| Ficha 04: Imóvel nº 773.----- | Apêndice 04 |
| Ficha 05: Imóvel nº 779 ----- | Apêndice 05 |
| Ficha 06: Imóvel nº 768 ----- | Apêndice 06 |
| Ficha 07: Imóvel nº 742.----- | Apêndice 07 |
| Ficha 08: Imóvel nº 740.----- | Apêndice 08 |
| Ficha 09: Imóvel nº 635.----- | Apêndice 09 |
| Ficha 10: Imóvel nº 720.----- | Apêndice 10 |
| Ficha 11: Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem. ----- | Apêndice 11 |

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO | 11 |
| 1. FORMAÇÃO URBANA DE ALAGOA GRANDE | 17 |
| 1.1. Os Engenhos | 20 |
| 1.2. O Ouro Branco | 21 |
| 1.3. O Trem e as Mudanças na Paisagem Urbana | 22 |
| 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA | 25 |
| 2.1. Linguagens Arquitetônicas do Final do Século XIX e Início do Século XX | 26 |
| 2.1.1. Arquitetura Neoclássica | 26 |
| 2.1.2. Arquitetura <i>Art Déco</i> | 28 |
| 2.1.3. Arquitetura Eclética | 31 |
| 2.2. Considerações Gerais Sobre Patrimônio Preservação | 34 |
| 3. O PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO DE ALAGOA GRANDE | 37 |
| 3.1. O Tombamento do Centro Histórico | 38 |
| 3.2. A Poligonal de Estudo: Análise Segundo Trechos | 40 |
| 3.2.1. Trecho 01: Rua Apolônio Zenaide | 44 |
| 3.2.2. Trecho 02: Rua Getúlio Vargas | 51 |
| 3.2.3. Trecho 03: Rua Padre Luiz e Rua Bom Jesus | 59 |
| 3.2.4. Trecho 04: Rua Dom Pedro II | 65 |
| 3.3. O "Estado da Arte" da Poligonal Estudada | 72 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 74 |
| REFERÊNCIAS | 76 |
| APÊNDICE (FICHAS) | 80 |



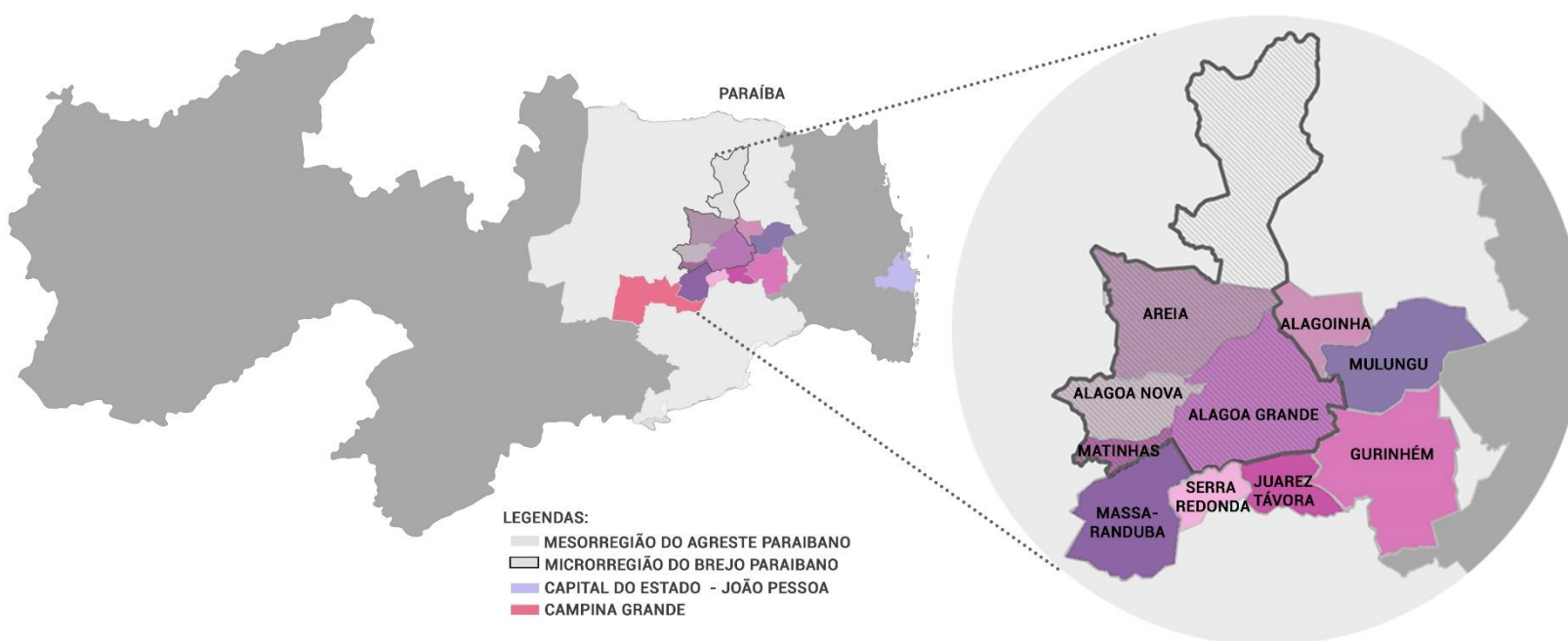
INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A cidade de Alagoa Grande localiza-se na mesorregião do Agreste Paraibano, na microrregião do Brejo; está situada a 111 km da capital do Estado – João Pessoa – e aproximadamente 60 km de Campina Grande. Segundo o IBGE (2018), Alagoa Grande surgiu entre o final do século XVII e início do século XVIII, tornando-se município em 1865.

Com uma população de 28.623 habitantes, clima quente e úmido, e uma extensão territorial de aproximadamente 320,563 km² (IBGE, 2018), Alagoa Grande limita-se ao norte, com os municípios de Areia, Pilões e Alagoinha; ao sul com Serra Redonda e Juarez Távora; a leste com Mulungu e Gurinhém; a oeste com Alagoa Nova e, numa estreita faixa a sudoeste, com Massaranduba (Figura 01).

Figura 1: Mapa de localização da cidade de Alagoa Grande, PB.



Fonte: IBGE. Edição Geórgia Ribeiro, 2019.

Alagoa Grande: um registro do seu patrimônio arquitetônico

Nesses mais de dois séculos de existência, o município foi palco de acontecimentos históricos, como a Revolta do Quebra-Quilos, sendo uma das cidades assaltadas em 1874 (MELLO, 1995 apud FREIRE, p.81, 2002, v.1). A cidade é terra natal de personalidades importantes, a exemplo do cantor e compositor Jackson do Pandeiro, e da sindicalista Margarida Maria Alves.

Segundo Freire (2002, p. 55, v.1), o município teve a agricultura como um dos principais fatores que contribuíram para a sua origem, sobretudo plantações de algodão e agave. Posteriormente houve o aumento da produção de cana-de-açúcar, quando surgiram os grandes engenhos de fabricação de aguardente e rapadura, característicos da região.

Seu desenvolvimento econômico foi impulsionado pela chegada da ferrovia no início do século XX. Alagoa Grande, durante esse período, "viveu um sonho real" (MELO, 2005 p. 65), se destacando entre as cidades mais ricas do Estado. "Na década de vinte, o município de Alagoa Grande se enquadrava entre os principais municípios da Paraíba, com o seu apogeu por volta de 1915, beneficiado pela associação da ferrovia com o algodão" (MELO, 2005, p. 44).

A chegada do trem não refletiu apenas na economia da região, mas também nos costumes da sociedade alagoa-grandense e na paisagem urbana da cidade. Ainda de acordo com o autor supracitado (2005, p.44), "a vida social e cultural era um reflexo da chegada dos trilhos, que encurtava distâncias, escoava a produção, trazia cultura e modificava os costumes".

O reflexo desse progresso da economia do algodão e da cana-de-açúcar é percebido ainda hoje através das edificações de visível valor arquitetônico que testemunham esse período de

pujança econômica da cidade. A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem, construída em 1868, o Teatro Santa Ignez, edificado no início do século XX e considerado o terceiro mais antigo da Paraíba (FREIRE, 2002, p. 212, v.1), e os diversos casarões ecléticos encontrados no centro da cidade refletem o requinte e o status social da população privilegiada com as benesses geradas pela economia.

A presença desse patrimônio de valor histórico e cultural concorreu para que, em 2002, a cidade tivesse seu tombamento homologado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP), através do decreto N° 23.551 de 07 de novembro de 2002. A cidade passou então a integrar a lista dos quinze municípios da Paraíba que possuem seus centros históricos protegidos pelo órgão estadual de defesa do patrimônio cultural, entre os quais estão: Areia (1979), Pilar (1980), João Pessoa (1982), e Campina Grande, que teve sua poligonal de proteção definida dois anos depois de Alagoa Grande (GOVERNO DA PARAÍBA, 2017).

Comparada a outras cidades com centros históricos delimitados, Alagoa Grande possui um acervo arquitetônico relativamente pequeno, porém reúne edificações que registram a época da modernização do Estado, sendo o ecletismo uma das expressões formais mais recorrentes no seu repertório. Tal evidência sinaliza para a importância de se estudar o aludido centro histórico, objeto de estudo da presente pesquisa.

A situação vertiginosa de descaracterização dos edifícios do Centro Histórico de Alagoa Grande, a ausência de estudos acadêmicos sobre o patrimônio arquitetônico nele encontrado, e por conseguinte, o desconhecimento do seu valor histórico, artístico e cultural, justificam a necessidade da realização

dessa pesquisa, cuja intenção é registrar os exemplares relevantes, valorizando sua arquitetura e sua memória.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo elencar e catalogar as edificações de valor arquitetônico inseridas na área nuclear da poligonal de tombamento definida pelo IPHAEP em 2002, identificando sua linguagem formal, seu grau de preservação, e o papel que desempenham como documentos vivos da evolução urbana de Alagoa Grande. Para tanto, a pesquisa incursiona na história da cidade desde os seus primórdios, procurando destacar os fatores econômicos, socioculturais e políticos que concorreram para a sua evolução, com vistas ao entendimento da contribuição dos mesmos para a construção do valioso patrimônio arquitetônico ali encontrado.

O trabalho foi desenvolvido segundo cinco procedimentos: revisão da literatura de todo o temário proposto para a pesquisa, reconhecimento e mapeamento do Centro Histórico da cidade, levantamento fotográfico do perímetro em questão, reconhecimento dos imóveis de valor arquitetônico e análise do “estado da arte” do patrimônio identificado.

A revisão bibliográfica compreendeu títulos alusivos à história da Paraíba e ao município de Alagoa Grande, destacando sua evolução econômica como fator preponderante para o desenvolvimento do núcleo urbano. No tocante ao patrimônio, as cartas patrimoniais tiveram de ser consideradas, assim como manuais de preservação e títulos alusivos à produção arquitetônica brasileira de finais do século XIX e primeira metade do XX, período da produção da arquitetura de peso em Alagoa Grande.

O reconhecimento do Centro Histórico da cidade compreendeu a análise geral da poligonal de tombamento definida pelo IPHAEP, com ênfase na sua área central, destacando suas especificidades segundo trechos, e a situação dos imóveis neles constantes em termos de valor arquitetônico e nível de preservação. É importante ressaltar que esses critérios são considerados em termos de características gerais, e visíveis das edificações, as quais compõem o cenário da rua, da praça, enfim do centro histórico da cidade.

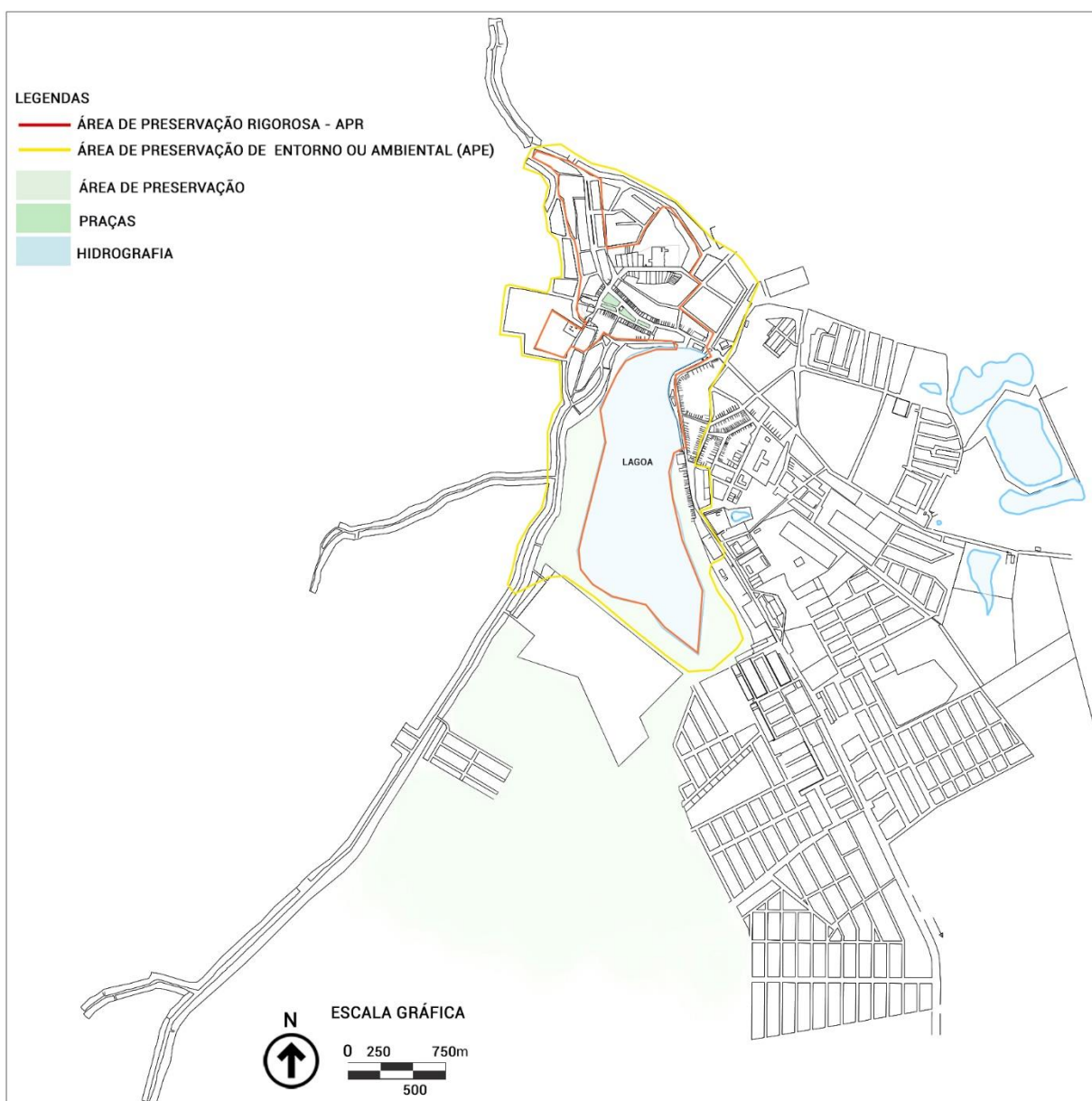
Considerando a qualidade da planta de delimitação do Centro Histórico de Alagoa Grande elaborada pelo IPHAEP — muito genérica e esquemática — foi desenhada uma nova planta com vistas a uma visualização mais acurada da poligonal, bem como dos eixos viários e lotes nela inscritos (Figura 02).

O levantamento fotográfico constituiu um procedimento importante do trabalho na medida em que possibilitou, além de uma análise geral do Centro Histórico, um estudo específico dos edifícios de valor arquitetônico nele contidos. Através dele foi possível identificar as três principais situações de preservação recorrentes nos edifícios: aqueles integralmente preservados; aqueles ligeiramente alterados, com possibilidade de reversão através do restauro; e aqueles totalmente descaracterizados, que aqui serão tratados como de Tipo 1, Tipo 2 e Tipo 3.

Uma vez destacada a área de estudo e selecionados os edifícios integralmente preservados (Tipo 1) e aqueles ligeiramente alterados, porém com possibilidade de reversão através do restauro (Tipo 2), os mesmos foram devidamente caracterizados sob o ponto de vista formal, do grau de preservação, e do impacto que ainda exercem na imagem urbana de Alagoa Grande.

Considerando os dados obtidos a partir dos procedimentos supracitados, bem como o seu devido processamento no sentido de alcançar os resultados esperados, o trabalho foi estruturado segundo três capítulos: o primeiro contextualiza o município de Alagoa Grande sob o ponto de vista histórico, e considera os fatores gerais que concorreram para o crescimento de sua sede na primeira metade do século passado, documentando essa pujança econômica através da arquitetura; o segundo trata do referencial teórico utilizado na pesquisa, tanto no tocante às linguagens arquitetônicas produzidas no Brasil à época, como na forma de tratá-las à luz dos documentos de preservação e do restauro, e de sua aplicabilidade à cidade de Alagoa Grande; e o terceiro trata efetivamente do “estado da arte” do patrimônio arquitetônico existente na área estudada do Centro Histórico de Alagoa Grande, identificando, como foi dito acima, três classificações para os imóveis que a compõem: a) os edifícios totalmente preservados (Tipo 1); b) os edifícios levemente alterados, que podem ter seus traços originais reconstituídos, (Tipo 2); e c) os demais edifícios do Centro Histórico, que, por serem muito modificados, podem ser reformados ou substituídos uma vez atendidas normas gerais de entorno (Tipo 3).

Figura 2: Mapa geral da cidade de Alagoa Grande com delimitação do centro histórico.



Fonte: Prefeitura Municipal de Alagoa Grande. Edição Geórgia Ribeiro, 2019.

Considerando a existência de registros iconográficos tanto de edificações isoladas como de conjuntos de edifícios do Centro Histórico de Alagoa Grande, foram organizadas fichas de imóveis onde fica perceptível as alterações por que passaram, ou sua permanência como bens inalterados, sendo as mesmas incluídas como apêndice deste trabalho.



1. FORMAÇÃO URBANA DE ALAGOA GRANDE

Alagoa Grande: um registro do seu patrimônio arquitetônico

1.FORMAÇÃO URBANA DE ALAGOA GRANDE

O presente capítulo trata da origem do município de Alagoa Grande, considerando fatos históricos relativos à região Nordeste e à capitania da Paraíba. Os fatores econômicos que impulsionaram o desenvolvimento do município, como a culturas da cana-de-açúcar e do algodão são aqui abordados, assim como a implantação do transporte ferroviário, que, sobretudo na primeira metade do século passado, conduziu o município à sua fase áurea, possibilitando a produção de uma arquitetura de peso no contexto das cidades paraibanas.

Segundo Zenaide (1979, apud Freire, 1985, p.71) a origem do município se deu com a entrada dos primeiros exploradores luso-brasileiros que buscavam desbravar o Brejo paraibano no intuito de cultivar as terras que lhe foram doadas pelo rei de Portugal em forma de sesmarias.

A primeira tentativa de adentrar o Brejo paraibano, mais precisamente no Sertão do Paó, hoje Alagoa Grande, aconteceu em 1625, por Manuel Rodrigues. Antes da chegada dos exploradores, apenas tribos indígenas habitavam a região; acredita-se que fossem índios Cariris que vinham seguindo as nascentes do rio Mamanguape fugidos do litoral, devido aos Tabajaras (ALMEIDA, 1958, p. 6.).

Partindo de Mamanguape, chegaram ao Brejo paraibano, descobrindo as terras que hoje correspondem à Alagoa Grande, e também à cidade de Areia. De acordo com relatos de Almeida (1958, p. 6), os expedicionários retornaram a Mamanguape em busca de atrair novos povoadores para a exploração da região. Os planos, porém, foram interrompidos devido à invasão holandesa anos depois.

Na subida, tiveram a atenção despertada por estranho ruído, que escoava no meio da mata virgem. Era o Mandaú que se lançava do alto da serra, no salto da Pitimbeira, entre Areia e Alagoa Grade. Impressionados com a exuberância da natureza, amenidade do clima, fertilidade do solo, cortado de regatos por todos os lados, voltaram a Mamanguape com o propósito de atrair algumas famílias de Pernambuco para a exploração da promissora zona do Brejo, que acabaram de descobrir (ALMEIDA, 1958, p.6).

A segunda tentativa se deu durante o período de dominação holandesa. Em 1641, o então governador da Paraíba, Elias Herckman, juntamente com 113 homens, recebeu ordens de Maurício de Nassau para desbravar o interior do Estado em busca de ouro (ALMEIDA, 1958, p. 7).

Herckman saiu em 3 de setembro levando 53 soldados, 60 indígenas e alguns voluntários, seguindo o mesmo trajeto feito anteriormente por Manoel Rodrigues. O governador holandês chegou nas terras do Brejo, mas não encontrou o esperado ouro. A expedição, além de encarar regiões de mata fechada e pântanos, atravessou diversos rios, e perdeu boa parte de seus integrantes pelo caminho. O grupo também se deparou com um incêndio, causado pelos índios cariris, que estavam queimando a vegetação, e quase vitimou o restante dos integrantes da expedição (CARVALHO 1929, p. 103 apud FREIRE, 2002, p. 28).

Apesar das duas entradas realizadas por Manuel Rodrigues e Herckman, a área correspondente ao município de Alagoa Grande só foi povoada, provavelmente, no final do século XVII (FREIRE, 2002, p. 38, v.1). O período exato de início de povoamento é alvo de questionamentos, porém a partir das evidências e de outros autores, a exemplo do jornalista e

historiador Hélio Nóbrega Zenaide, é possível estabelecer que se deu entre o fim do século XVII e início do século XVIII.

Como era comum ocorrer primeiro a posse e depois o pedido de sesmária, pode-se perfeitamente admitir que os primeiros posseiros de terras no Sertão do Paó ali se instalaram antes do fim do século XVII. Por volta de 1620 a 1624 é que não foi. Não há registro de nenhuma sesmária concedida no Sertão do Paó ao tempo das entradas de Manoel Rodrigues e do governador Elias Herckman, como insinuaram Coriolano de Medeiros e inspirado nele, o dr. Francisco Montenegro (ZENAIDE, 1979 apud FREIRE, 2002, p.38, v.1).

Ainda segundo Zenaide (1979 apud FREIRE, 2002, p. 37, v.1), Domingos da Rocha e o Alferes Isidoro Pereira Jardim são considerados os fundadores do município, pois receberam concessões de terras por volta de 1710. Porém, há registros que em 1708 o capitão Francisco da Costa Teixeira, Gregório Valcacer de Moraes e Martinho Gomes de Lima já haviam obtido uma sesmária nas terras de Alagoa Grande. Além dos primeiros colonizadores, chegaram também os frades Franciscanos, que deram início à catequese dos Bultrins, tribo Cariri que habitava a região da Serra do Bodopitá, regiões agrestes da Borborema, bem como a bacia superior do Mamanguape e as terras do Brejo (FREIRE, 2002, p.41, v.1).

De acordo com a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1960, p. 173), as primeiras habitações surgiram às margens da lagoa, conhecida como Lagoa do Paó ou Lagoa Grande, que daria mais tarde nome à cidade. "Paó" é um vocábulo de origem tupi, e significa "nesga (de terra) que sobe", fazendo alusão ao "aspecto peninsular da faixa de terra formada em consequência

das cheias da lagoa existente – que na época invernososa atingia quase três quilômetros de extensão – e do rio Mamanguape". Nesse local os primeiros colonos se estabeleceram com suas famílias e foram construídas as primeiras fazendas de criação de gado e as atividades de agricultura que foram se desenvolvendo e formando o núcleo inicial do povoado da Lagoa Grande do Paó.

A cidade se desenvolveu ao sopé de uma das ramificações da Borborema, na encosta sul, em terreno ondulado, onde o traçado das ruas apresenta declives que conectam a parte mais alta à baixa da cidade (IBGE, 1964, p.9). O núcleo foi se expandido à medida que, em 1767, os herdeiros de Isidoro Pereira obtinham sesmarias no local (ENCICLOPÉDIA MUNICÍPIOS BRASILEIROS, 1960 p. 173).

Alagoa Grande tornou-se distrito de Areia pela Lei Provincial nº 5, em 9 de junho de 1847, e em 1864 foi elevada à categoria de Vila pela Lei Provincial nº 129, de 21 de outubro de 1864, já denominada como Alagoa Grande. No ano seguinte, foi desmembrada de Areia, tornando-se oficialmente município no dia 26 de julho (FREIRE, 2002, p.44.v.1) De acordo com o IBGE (1964, p. 10), à sede municipal foram concedidos foros de cidade pela Lei Estadual nº 0286, de 27 de março de 1908.

Considerando que os fatos históricos não acontecem isoladamente, mas são resultados de um processo para o qual concorrem fatores de cunho econômico, social e político, a próxima seção trata desse contexto geral que viabilizou o crescimento do antigo povoado que se tornou vila, e, mediante impulso da economia canavieira, seguido do "boom" do algodão, e dos benefícios da ferrovia, se tornou uma das mais proeminentes cidades do Brejo paraibano.

1.1 OS ENGENHOS

Desde o início da colonização no século XVI, a cana-de-açúcar foi responsável pela principal captação de riqueza da capitania da Paraíba. Após a escassez e o enfraquecimento da comercialização do pau-brasil, o açúcar passou a ser o principal produto de comercialização, e com o início das doações das sesmarias no século XVI, os engenhos começaram a surgir, primeiramente no litoral, e mais tarde adentrando as terras do Brejo e do Sertão (MARIZ, 1939, p. 3-6).

Segundo o mesmo autor (1939, p. 4), "a primeira sesmaria de registro em nosso arquivo é de 10 de janeiro de 1586, de uma légua no rio Una, concedida a João Afonso, homem rico que requereu para plantar cana". Deste modo, como afirma Moreira (1990) os engenhos passaram a surgir no litoral e nas várzeas dos rios Paraíba, Jaguaribe, Una e Gramame.

Quando os holandeses chegaram, em 1634, encontraram uma economia bem estruturada, e apesar do cenário negativo de saques e destruição, deixado pelos invasores quando capitularam, a produção dos engenhos continuou. Segundo Mariz (1939 p. 5) no ano da invasão holandesa, havia dezoito engenhos de açúcar funcionando na capitania; e quando Maurício de Nassau partiu, deixou as terras com navios carregados de açúcar. Após a Restauração em 1654, através de incentivos financeiros privados, os engenhos puderam se restabelecer, conforme está registrado: [...] "dentro em pouco crescia o número de engenhos e para o fim do século seria de uns 40 em toda capitania" (MARIZ, 1939, p. 7).

Diferentemente do litoral paraibano, da Várzea e de Pernambuco, os engenhos do Brejo tinham importância econômica inferior. A

diferença estava entre o açúcar e a rapadura. Enquanto os grandes engenhos do litoral fabricavam o açúcar, produto nobre, destinado à exportação, ou para o consumo da classe mais abastada, os do Brejo paraibano fabricavam um produto popular – a rapadura – barato e altamente consumido pela população e pelos sertanejos. Além de ser um produto perecível e com altas variações de preços, os engenhos eram localizados em propriedades pequenas e possuíam tecnologia rudimentar, o que explicava sua inferioridade em relação àqueles do Litoral, porém, ainda assim, não deixaram de exercer sua influência na economia da região (FREIRE, 2002, p. 24-25 v.2).

Analogamente, os engenhos sempre assumiram um papel secundário na economia de Alagoa Grande. No século XX, vinte e seis engenhos, remanescentes do século XIX, fabricavam rapadura, aguardente e açúcar. O primeiro e o terceiro beneficiados com a chegada do trem, que transportava os produtos até a capital do Estado (FREIRE, 2002, p. 17-18, v.2).

Além da importância econômica, os engenhos foram responsáveis por desenvolver um "papel civilizador" no brejo paraibano. Segundo Mello (1998, p. 133-34 apud Freire 2002, p. 24), eram dos engenhos que saíam a maioria dos doutores que "conduziam o governo civil". Além da influência econômica, exerciam também papel social que refletia na paisagem urbana das cidades através da construção de elegantes edifícios, e nos costumes da sociedade.

Apesar de suas grandes propriedades, nem todos os senhores de engenho residiam nas mesmas; eles preferiam morar na cidade, pois era o local onde podiam ostentar, mostrando a prosperidade econômica e social que gozavam. Por volta de 1624, por exemplo, Filipéia, era o "centro dessa sociedade,

contando àquele tempo com cerca de 1.500 casas e seis igrejas, incluindo os conventos" (MARIZ, 1939, p. 5). O mesmo aconteceria na região do Brejo, apesar de não serem ricos como os senhores de engenhos do litoral, os proprietários copiavam seus costumes requintados, como as idas à cidade para a missa e a feira, além de construírem suntuosas residências.

A Paraíba, entretanto, via extinguir-se o século XVIII com um regular acervo para sua civilização econômica. A capital, nesse período crescera em casas, reconstruções e alguns benefícios públicos, dobrando sua população para três mil almas em torno dela e das sete vilas existentes, sítios pequenos, roças de índios e mestiços fôrros, córtes de páu-brasil, 100 engenhos de açúcar e 900 fazendas de criação (MARIZ, 1939, p. 18-19).

1.2. O "OURO BRANCO"

Segundo Moreira (1990), a partir do século XX, a economia açucareira começou a enfrentar uma grande crise no Nordeste e, consequentemente na Paraíba. Em função disso, o algodão passou a ocupar espaço nos canaviais e no cenário econômico do Estado. A cultura algodoeira se espalhou pelo litoral, brejo e caatinga, forçando os senhores de engenho a adaptarem suas terras ao novo plantio, para que continuassem gerando renda. Assim, o algodão impulsionou a economia do estado, e promoveu expressivas modificações nas cidades, como afirma Mariz (1939, p. 121): "Desse tempo em diante tivemos mais sobrados particulares e mais edifícios públicos de tamanho".

Nesse sentido, Mariz ainda corrobora com Moreira (1990), que afirmou ser a expansão do algodão no Agreste paraibano, principalmente a partir de 1780, responsável por significativas mudanças espaciais na região, refletidas tanto na organização agrária, como nos espaços urbanos.

Os governos quando contam com recursos maiores, dão feição mais rica e melhor a suas construções. Dessa fôrma, influem no gôsto e a expressão das edificações particulares. Um prédio novo, com disposições, fachada, pavimentação, material diferente, é um estímulo, uma lição viva numa cidade. Quando é um sinal de progresso econômico, segue-se-lhe a imitação dos que estão ao nível desse progresso" (MARIZ, 1930, p. 121-122).

O algodão, nas primeiras décadas do século XX, foi o principal fator do progresso econômico de Alagoa Grande, chegando a ter sua produção exportada para outros países, a exemplo da Inglaterra (FREIRE, 2002, p. 17).

Antes do transporte ferroviário chegar ao município de Alagoa Grande, o "ouro branco", como era chamado o algodão, era levado para a capital, na época chamada de Parahyba, através de tropas de burros comandadas pelos tropeiros (FREIRE, 2002, p. 18, v.2). Em 1908 a produção do algodão de Alagoa Grande foi de vinte mil sacas, de setenta quilos em pluma. No ano seguinte, havia no município vinte motores ou máquinas de descaroçar algodão, todas movidas a vapor. Já na década de 1920, a Paraíba foi o maior produtor de algodão do Brasil, ficando Alagoa Grande entre os principais produtores do Estado (FREIRE, 2002, p. 27, v.2).

Essa prosperidade econômica conferiu à Alagoa Grande um papel importante na história e na economia da Paraíba. A cidade estava, no início do século XX, entre uma das mais modernas do Estado, possuindo uma estrutura comercial consolidada devido às suas atividades agrícolas.

“Alagoa Grande era, já em 1910, uma próspera cidade, solidamente estruturada pela riqueza da cana-de-açúcar, sisal e algodão. Isso havia atraído os trilhos da Great Western em 1905 e, naquele ano, aproveitando o fácil e barato transporte por trem, ali se instalava a potente Anderson & Clayton, aumentando ainda mais o potencial econômico da cidade” (GALVÃO 1998, apud FREIRE, 2002, p. 89).

1.3. O TREM E AS MUDANÇAS NA PAISAGEM URBANA

De acordo com Freire (2002, p. 17, v.2), o algodão foi o responsável direto pela expansão ferroviária no Nordeste. Assim, a estrada de ferro impulsionou a economia do estado, e, no caso de Alagoa Grande, além de ‘dar destino’ ao seu “ouro branco”, traria, junto com as mercadorias, progresso, cultura, novos costumes e empresas internacionais. Nos vagões do trem vieram também fotógrafos, atores e estudiosos, tornando Alagoa Grande um dos destinos das elites do Estado (MELO, 2005, p. 64).

A estrada de ferro Conde D'Eu foi inaugurada em 01 de julho de 1901, tendo 23,115 km de extensão. O ramal construído pela *Great Western of Railway Company* era ligado àquele do município de Mulungú, que, por sua vez, era conectado ao da capital da Paraíba. A iniciativa da instalação do ramal ferroviário em Alagoa Grande teve participação do Senador Apolônio

Zenayde, influente político ao nível nacional que reivindicou sua construção (MOURA FILHA, 2002, p. 189).

O ramal funcionou durante sessenta e cinco anos, sendo desativado em 1966, por ordem do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, que decidiu em seu plano de governo, desativar o transporte ferroviário em todo o território brasileiro (FREIRE, 2002, p. 33, v.2). Nesse sentido, é importante reconhecer que foi esse intervalo de tempo o período áureo do município, como afirma Mello (2005, p. 30): “A história da estrada de ferro se confunde com o período de prosperidade de Alagoa Grande.”

Após a instalação da linha Conde D'Eu, a indústria foi atraída para o Município. A Wharton Pedroza se estabeleceu em 1918, a Usina Tanques foi inaugurada em 1926, e, em 1936 a multinacional norte-americana Sanbra chegou à cidade. O transporte das mercadorias foi acelerado, o progresso ferroviário atraiu também a multinacional inglesa Anderson and Clayton Company, que chegou em Alagoa Grande entre 1928 e 1929.

Tudo convergia para Alagoa Grande. A fotografia era uma invenção inovadora e relativamente recente. Os fotógrafos itinerantes que chegavam a então província da Parahyba buscavam uma elite concentrada na capital, em Areia, Mamanguape e Alagoa Grande” (MELO, 2005, p. 64).

O trem propiciou o crescimento do comércio local, que gerou renda interna e possibilitou à cidade se desenvolver e crescer. Freire (1998, p. 69) relata que no final do século XIX e começo do XX, Alagoa Grande já estava inserida dentre as cidades mais desenvolvidas da Paraíba, sendo contemplada, além da linha férrea, com novos eixos viários, sobrados, praças, mercado, novas casas comerciais e escolas.

O desenvolvimento gerado pela locomotiva refletiria sobremaneira nos espaços públicos; em 1909 o município já apresentava algumas ruas calçadas, passeio público e limpeza pública. De acordo com Galvão (1998, apud Freire, 2002, p. 89, v.1): "A arte floresce com mais vigor onde existe a motivação do dinheiro e Alagoa Grande era uma comprovação; belas casas e uma banda de música bem equipada, que era o orgulho da cidade". No ano supracitado, o município contava com cerca de 760 prédios urbanos, dentre eles, um teatro, duas escolas públicas primárias, duas igrejas, e já estava em construção o prédio da cadeia pública.

O fato de Alagoa Grande possuir um teatro em 1905, demonstra que o município era detentor de uma classe burguesa que se espelhava nas grandes capitais, a exemplo do Rio de Janeiro, Recife, e a própria capital do Estado. O teatro Santa Ignez foi resultado de uma "realização pessoal" do Senador Apolônio Zenayde que, por ter estudado na cidade do Recife, e atuado como senador na capital federal à época – o Rio de Janeiro – teria trazido essa nova ideia de progresso para a cidade (MOURA FILHA, 2000, p. 189)

Na sua obra "O cenário da vida urbana", a autora supracitada (2000, p. 144) defende que os teatros eram "símbolos de progresso e civilização da cidade". E ainda acrescenta que, a partir desse pressuposto, "todos os centros urbanos mais prósperos exibiam esse equipamento, destacando-o como monumento dos tempos modernos". Assim aconteceu na capital do Estado, onde o Teatro Santa Roza, inaugurado em 1889, foi construído para atender às demandas da sociedade que então adotava esses novos costumes sociais (MEMÓRIA JOÃO PESSOA, 2013).

A autora complementa que, na virada do século XIX para o XX, as capitais do Nordeste possuíam espaços urbanos projetados a partir de conceitos estéticos em voga à época, os quais transformavam a paisagem urbana dessas cidades. Afirmo também que esse avanço se estendeu para além das capitais, chegando ao interior dos estados. Alagoa Grande se tornaria assim um exemplo dessas transformações.

Na sua obra, Galvão (1998, apud Freire, 2002, p. 89, v.1) defende que Alagoa Grande possuía um conjunto arquitetônico significativo que refletia, através de suas principais ruas, os tempos de prestígio econômico, social e cultural de Alagoa Grande. "A praça da Matriz era emoldurada por belas residências e, à esquerda, imponentes sobrados atestavam a riqueza local. À direita, no alto da Rua Pedro II, o majestoso Santa Ignez, construído em 1905, o terceiro mais antigo do Estado, gracioso e elegantemente sóbrio em sua fachada neoclássica".

Para além da pujança arquitetônica e urbanística da sua época áurea na primeira metade do século XX, o sítio onde se desenvolveu a sede do município de Alagoa Grande ainda representa um testemunho da influência portuguesa no traçado urbano das vilas e cidades do Brasil no período colonial. Não obstante, a arquitetura que foi ali produzida ao longo tempo, com ênfase naquela bem elaborada do período áureo da sua economia, paulatinamente foi perdendo suas características morfológicas devido às reformas e alterações físicas a que foi submetida em nome de uma suposta 'modernização'.

Apesar das perdas, o centro da cidade, representado legal e fisicamente através de um Centro Histórico definido pelo IPHAEP, ainda guarda, através de edifícios ali existentes, registros de diferentes linguagens arquitetônicas. A cidade

apresenta um acervo de edificações que contempla desde a arquitetura neoclássica, traduzida no Teatro Santa Ignez; à produção eclética, representada através de inúmeros sobrados e casarões localizados nas Ruas Dom Pedro II, Apolônio Zenaide e Getúlio Vargas, até o *Art Déco*, fielmente representado pela agência dos Correios e Telégrafos.

Constatada a existência dessas três diferentes linguagens arquitetônicas na cidade, para um melhor entendimento da sua presença no respectivo Centro Histórico, o capítulo seguinte trata dos conceitos gerais a partir dos quais o trabalho está fundamentado. Primeiramente são conceituadas as linguagens, sua origem, suas características formais, sua introdução no Brasil, e sua difusão na capital e no interior do Estado até chegar no município de Alagoa Grande.

Em seguida, considerando a importância dessas edificações no cenário da cidade, o capítulo contempla os procedimentos que devem reger sua permanência, principalmente ao serem constatadas as significativas modificações por que passou o núcleo objeto de estudo a partir da segunda metade do século passado. Para tanto, investe na conceituação das ações pertinentes aos centros históricos, sobretudo com vistas à salvaguarda do patrimônio, documento vivo da memória e da cultura de uma sociedade.



2.FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Alagoa Grande: um registro do seu patrimônio arquitetônico

2.FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Conforme já foi dito, o núcleo do Centro Histórico de Alagoa Grande ainda apresenta um patrimônio de valor histórico cultural, o qual é traduzido através de exemplares de três linguagens arquitetônicas produzidas no Brasil entre o final do século XIX e primeira metade do século XX: o neoclassicismo, o ecletismo, e o Art Déco. O presente capítulo trata inicialmente das prerrogativas formais dessas três linguagens, e incursiona, num segundo momento, nos conceitos e mecanismos pertinentes ao tema, e que são amparados na legislação, bem como nos procedimentos adotados no tocante à permanência desse patrimônio artístico e cultural.

2.1. LINGUAGENS ARQUITETÔNICAS DO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX

2.1.1 ARQUITETURA NEOCLÁSSICA

O neoclassicismo foi uma escola arquitetônica produzida na Europa a partir da segunda metade do século XVIII, impulsionada pela Revolução Industrial, e pelo ideal iluminista, que enaltecia a racionalidade como pressuposto básico para o desenvolvimento da sociedade moderna. Amparada por estudos arqueológicos e publicações da época, a arquitetura clássica preenchia os requisitos dessa nova demanda social e técnica, por ser sobretudo funcional, sem se desviar da importância estética. Nesses termos, vários edifícios da antiguidade clássica foram revisitados, como o Partenon grego

e o Panteão romano, através do Walhala, de Leo Von Klenze, na Alemanha, e do Templo Canova, de Pietro Bianchi, na Itália, respectivamente (Figuras 03 e 04).

Figura 3: Templo de Walhalla, Alemanha.



Fonte: Rolf (2006, p. 187).

Figura 4:Templo de Canova, Possagno, Itália.



Fonte: Rolf (2006, p. 115).

Alagoa Grande: um registro do seu patrimônio arquitetônico

No Brasil, o neoclassicismo foi introduzido a partir da transmigração da Família Real para o Rio de Janeiro em 1808, quando foi propalado um modo de vida requintado, baseado em valores europeus. Tal arquitetura se consolidou sobretudo no período do Império, quando a estética colonial deveria ser suplantada por uma linguagem condizente com a nova condição do Estado. A exemplo da Europa, vários edifícios civis adotaram a linguagem, como escolas, residências palacianas e teatros, todos simbólicos de uma sociedade moderna. O Teatro da Paz, em Belém do Pará, o Teatro Santa Isabel, em Recife, o Teatro Santa Rosa, em João Pessoa (Figura 05), e o Teatro Minerva, em Areia (Figura 06), são alguns desses exemplares que tanto concorreram para a modernização das respectivas cidades.

Alagoa Grande também teve seu monumento neoclássico. Apesar de ser tímido no tocante à sua morfologia geral (se comparado a outros exemplares do gênero), e tardio, quando se considera a época de sua construção – 1905 – o Teatro Santa Ignez indubitavelmente apresenta as prerrogativas formais de um edifício neoclássico, através do frontão triangular, das aberturas em arco pleno, dos cunhais e das pilastras entre aberturas (Figura 07), como será abordado no próximo capítulo.

Figura 5: Teatro Santa Rosa, João Pessoa.



Fonte: Geórgia Ribeiro, 2019.

Figura 6: Teatro Minerva, Areia, PB.



Fonte: Geórgia Ribeiro, 2019.

Figura 7: Teatro Santa Ignez, Alagoa Grande.



Fonte: Geórgia Ribeiro, 2019.

2.1.2 ARQUITETURA ART DÉCO

O Art Déco foi uma linguagem artística e de arquitetura que se desenvolveu na Europa e nos Estados Unidos no período entre guerras. Caracterizada por um forte componente geométrico, introduzido por Joseph Hoffmann e Charles Mackintosh ainda no período *Art Nouveau*, através do Palacete Stoclet, em Bruxelas, Bélgica (Figura 08), e da Escola de Artes de Glasgow, na Escócia (Figura 09), respectivamente, essa arquitetura sugeriu através das correntes *zig zag* e *stream line*, o racionalismo e a funcionalidade mais tarde expressos no Modernismo.

Figura 8: Palacete Stoclet, Bruxelas, Bélgica.



Fonte: Weber (2003, p. 22).

Figura 9: Escola de Artes de Glasgow, Escócia.



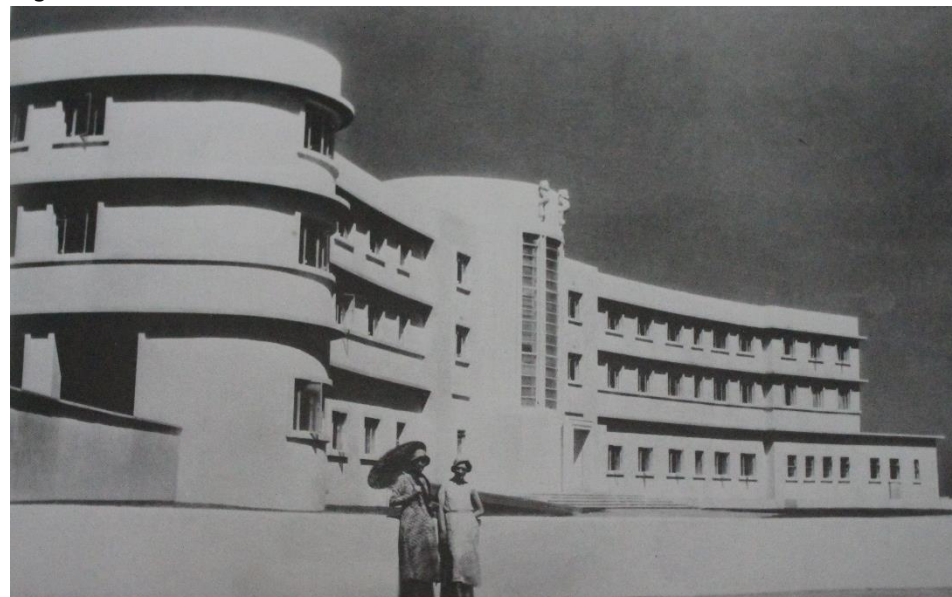
Fonte: Jones (1995, p. 94).

Além dos conceitos supracitados, essa arquitetura estava intimamente relacionada com avanços advindos da revolução tecnológica desenvolvida a partir da I Guerra Mundial: eficiência da comunicação, radiodifusão, aerodinâmica, velocidade, etc. Nesse contexto, obras emblemáticas traduziram o *Déco* à época, a exemplo do Midland Hotel, em Morecambe, Reino Unido (1934), por Oliver Hill, e da sede do Daily Telegraph, em Napier, Nova Zelândia (1932) por E. Williams (Figuras 10 e 11).

A linguagem teve grande aceitação no Brasil, sobretudo a partir da década de 1930, quando edifícios emblemáticos foram construídos em grandes centros urbanos como São Paulo e Rio de Janeiro. Afinal era uma arquitetura 'limpa' sob o ponto de vista formal, e, portanto, de fácil e rápida execução, não exigindo mão-de-obra muito qualificada.

Na cidade de João Pessoa, a sede da Capitania dos Portos (1939), projetada pelo arquiteto Hermenegildo Di Lascio, e a reforma da sede do Batalhão da Polícia Militar (1932), pelo arquiteto italiano Giovanni Gioia, representam com categoria as correntes *stream line* e *zig zag* do *Art Déco*, respectivamente (Figuras 12 e 13). Assim como várias cidades do Estado da Paraíba, Areia e Alagoa Grande foram contempladas com edifícios-sede dos Correios sob o signo do *Déco*. Afinal, a empresa pública adotara três projetos-tipo e cinco especiais de edifícios em função do porte da cidade (PEREIRA, 1999, p. 110-118). Apesar das pequenas diferenças, a morfologia geral preconizada pela linguagem era obedecida (Figuras 14 e 15).

Figura 10: Midland Hotel, Morecambe, Reino Unido.



Fonte: Webber (1989, p. 55).

Figura 11: Edifício sede do Daily Telegraph, Napier, Nova Zelândia.



Fonte: Bayer (2001, p.111).

Figura 12: Sede da Capitania dos Portos, João Pessoa.



Fonte: Geórgia Ribeiro, 2019.

Figura 13: Sede do Batalhão da Polícia Militar, João Pessoa.



Fonte: Geórgia Ribeiro, 2019.

Figura 14: Agência dos Correios, Areia, PB.



Fonte: Geórgia Ribeiro, 2019.

Figura 15: Agência dos Correios, Alagoa Grande, PB.



Fonte: Geórgia Ribeiro, 2019.

2.1.3. ARQUITETURA ECLÉTICA

A linguagem eclética surgiu na Europa no século XIX, e se consolidou como “a cultura arquitetônica própria de uma classe burguesa”, cujos integrantes, dotados de condições financeiras alvissareiras passaram a dar prioridade ao conforto e utilizar as inovações tecnológicas da época em suas edificações (PATETTA, 1987, p. 13).

Foi a clientela burguesa que exigiu (e obteve) os grandes progressos nas instalações técnicas, nos serviços sanitários da casa, na sua distribuição interna, que solicitou uma evolução rápida das tipologias nos grandes hotéis, nos balneários, nas grandes lojas, nos escritórios, nas bolsas, nos teatros e nos bancos, que soube encontrar o tom exato de auto celebração nas estruturas imponentes dos pavilhões das Exposições Universais (de Londres-1851 e de Paris- 1867-78-79), obtendo a aglutinação de todas as expressões formais em torno do mito do progresso: o Crystal Palace, a Tour Eiffel, Les Galeries des Machines, Baile Excelsior, os romances de Júlio Verne, etc. (PATETTA, 1987 p. 13).

Segundo Bonametti (2007, p. 2), “A palavra ecletismo significa a atitude antiga de formar um todo a partir da justaposição de elementos escolhidos entre diferentes sistemas. Pode ser eclético um sistema moral ou filosófico, uma coleção de objetos ou simplesmente o gosto ao vestir-se”. No âmbito da arquitetura o ecletismo utilizou elementos formais extraídos dos mais variados momentos da história e regiões do mundo, “recompondo-os de diferentes maneiras, de acordo com os princípios ideológicos” (PATETTA, 1987, p. 14); e utilizando

novas técnicas construtivas, resultantes da Revolução Industrial, para a criação de uma arquitetura adaptada aos novos tempos (PEDONE, 2002, p. 8).

A linguagem eclética difundiu-se pelas Américas, chegando inclusive ao Brasil, local onde foi vastamente utilizada em edificações institucionais, e de cunho popular, bem como em planos de reurbanização das grandes cidades, a exemplo do Rio de Janeiro.

Para Lemos (1979), no Brasil, o ecletismo assumiu dois aspectos diferentes quanto aos meios de execução. Nas grandes cidades, as camadas privilegiadas encomendavam seus projetos a arquitetos estrangeiros que trouxeram de seus países de origem as novidades de diversas linguagens estilísticas. As novas soluções arquitetônicas foram utilizadas, principalmente, nos recém-abertos bairros residenciais, como a Avenida Paulista e a zona sul carioca, consequência do desenvolvimento urbano e do crescimento demográfico das cidades brasileiras nas últimas décadas do século XIX (SCHETTINO et al., 2017, p.4).

Diferentemente da Europa, o ecletismo no Brasil, buscava, como seu antecessor neoclássico, apagar o passado colonial. Segundo Fabris (1993, p. 136), a ideia era projetar o país para a modernidade, buscando influências principalmente em países onde os avanços tecnológicos surgiam, a exemplo da França. Nessa tentativa de modernização a corrente eclética foi alvo de críticas de intelectuais e arquitetos brasileiros, pelo fato da

linguagem não representar uma arquitetura nacional (SCHETTINO et al., 2017, p. 3).

Não obstante, as críticas e a predominância da corrente neoclássica não impediram que elementos ecléticos começassem a surgir já no final do século XIX, e ser bastante difundidos até os anos de 1930, principalmente na arquitetura residencial (DEL BRENNNA, 1987, p. 32). O Rio de Janeiro foi uma das cidades pioneiras no emprego da linguagem eclética, adotando-a nos novos edifícios construídos no contexto das grandes reformas urbanas por que passou (Figura 16).

Figura 16: Avenida Central no Rio de Janeiro.



Fonte: Del Brenna (1987, p. 28).

De acordo com Santos (1981, p. 134) citado por Del Brenna (1987, p. 53) "de todos os fatos que assinalaram a passagem do Império para a República, nenhum excedeu em importância para o Rio de Janeiro quanto a remodelação da cidade,

empreendida no Governo Rodrigues Alves (1903 -1906)". A autora ainda destaca que:

As obras de transformação urbana marcam, de um lado, o ponto culminante do ecletismo arquitetônico, que iria se estendendo a toda a cidade até compor a perfeita imagem belle époque da Capital Federal, de outro o seu esvaziamento, com o abandono dos significados e das intenções culturais atrás do "decoro" das fachadas que, às pressas, vão revestindo as novas artérias e os novos alinhamentos (DEL BRENNNA, 1987, p. 53).

A capital paraibana também foi cenário da arquitetura eclética nesse período, sendo animada pelos mesmos fatores que contribuíram para a sua produção nas grandes capitais. O algodão foi responsável por seu crescimento econômico e pelas primeiras transformações de seu cenário urbano no final do século XIX. Segundo Sarmiento (2000, p. 102 apud AZEVEDO, MOURA FILHA E GONÇALVES, 2016, p. 113), a cidade já presenciava uma série de obras públicas que atraíram profissionais especializados na área, como Hermegildo di Lascio, Giacomo Palumbo e Paschoal Fiorillo, que contribuíram com a adoção do ecletismo nos seus projetos na capital.

Paschoal Fiorillo, arquiteto italiano, foi responsável pelo projeto do Grupo Escolar Thomas Mindello em 1916 (Figura 17), que, junto com a nova reforma do Palácio do Governo (Figura 18), representaram as primeiras obras ecléticas na cidade (SARMENTO, 2000, p.102 apud AZEVEDO, MOURA FILHA E GONÇALVES, 2016, p. 113). A partir de então o ecletismo, assim

como em outras capitais do país, se popularizou, sendo adotado pelas mais diversas classes sociais.

Figura 17: Grupo Escolar Thomas Mindello, João Pessoa.



Fonte: Geórgia Ribeiro, 2019.

Figura 18: Palácio do Governo, João Pessoa.



Fonte: Geórgia Ribeiro, 2019.

A economia algodoeira também favoreceu a cidade de Areia que, ancorada nos lucros provenientes de seu comércio, teve significativos melhoramentos urbanos como o calçamento de suas ruas principais e a provisão de passeios públicos.

Nesse contexto de melhoramentos, sua zona central foi sendo recheada com edificações residenciais e comerciais providas de linhas ecléticas. Afinal, segundo Caju e Cavalcanti Filho (2005, p. 28), a ordem era adotar novas práticas e promover novos costumes já consolidados nas grandes cidades. Os aludidos autores (2005, p. 31) ainda enfatizam que, dentre as edificações de maior destaque desse período próspero da cidade, estava a casa comercial 'A Fidelidade', um "prédio de beleza particular, com sua arquitetura eclética, bem ao gosto estilístico da época" (Figura 19).

Figura 19: Casa de Comércio "A Fidelidade" de Antônio Pereira dos Anjos.



Fonte: Acervo do Sr. José Henrique Batista de Albuquerque (CAJU e CAVALCANTI FILHO, 2005, p. 34).

Analogamente à vizinha Areia, Alagoa Grande, também animada por uma situação econômica alvissareira, acompanhou seus passos no tocante às melhorias urbanas, e à produção de arquitetura, tendo o ecletismo como sua maior expressão formal (Figura 20). Não obstante, as alterações por que passou o núcleo central do seu centro histórico a partir da segunda metade do século passado sinalizam para a necessidade urgente da adoção de mecanismos para uma educação patrimonial eficiente, onde os cidadãos valorizem o patrimônio como um bem de absoluta importância para salvar sua história e sua memória.

Figura 20: Imóvel nº 640 à Rua Getúlio Vargas.



Fonte: Geórgia Ribeiro, 2019.

Diante do exposto, a seção que segue procura esclarecer algumas questões fundamentais quando a discussão gira em torno do patrimônio, preservação, e as ações pertinentes por parte do Estado. Também são apresentados resultados de fóruns importantes sobre o tema, que geraram boas práticas a

serem adotadas em diferentes situações envolvendo o patrimônio ambiental urbano.

2.2. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O PATRIMÔNIO E PRESERVAÇÃO

Para tratar sobre patrimônio, é fundamental que se conheça os conceitos gerais que lhe dizem respeito. Lemos (1981, p.10) o caracteriza como um bem ou conjunto de bens materiais ou imateriais pertencentes a um indivíduo ou uma comunidade, que representam manifestações de sua cultura, e que registram suas práticas e habilidades em diferentes etapas de sua história.

No âmbito da cidade, esse legado constitui o patrimônio ambiental urbano, o qual inclui todos os elementos constituintes da urbe, a saber, as ruas e seu traçado, as edificações e suas linguagens, os passeios públicos, as praças; enfim, todos os componentes físicos que geram uma imagem e dão identidade ao centro urbano. Entretanto, essa identidade é, via de regra, ameaçada pelas dinâmicas socioculturais, políticas e econômicas que envolvem a cidade, sobretudo em contextos de adaptações e reformas que vislumbrem melhorias urbanas.

Cavalcanti Filho e Moura (2005, p. 15) afirmam que paralelamente a essas iniciativas de urbanização ocorre a “descaracterização da fisionomia das cidades”, sendo a especulação imobiliária um fator de risco ao patrimônio ambiental urbano, na medida em que o Estado está diretamente ligado aos interesses das classes dominantes, que lucram com a ‘valorização’ das edificações e das áreas onde estão inseridas.

Esse constitui o grande risco a que estão sujeitos os centros históricos, as áreas de ocupação inicial das cidades, onde se concentra o legado arquitetônico deixado pelos antepassados, e que compreende edificações caracterizadas por diferentes linguagens construídas ao longo do tempo.

Sobre o assunto, Queirós (2007, p. 5) destaca que os centros históricos são importantes referências para a identificação de uma população que habita ou habitou no lugar. Sendo assim, tais núcleos urbanos iniciais possuem uma expressiva carga de história e de cultura que, mesmo tendo passado por transformações urbanas, continuam de alguma forma documentando a passagem do tempo. Para inibir tais práticas que atentam contra a integridade do patrimônio, é necessário que a preservação seja uma prática constante, atrelada a qualquer ação de intervenção.

A Carta de Atenas (1933, p. 25), afirma que a vida de uma cidade se “manifesta ao longo dos séculos por obras materiais, traçados ou construções que lhe conferem sua personalidade própria e dos quais emana pouco a pouco sua alma”. Por isso considera o patrimônio arquitetônico e cultural como um conjunto de “testemunhos preciosos do passado” que devem ser preservados e respeitados devido ao seu valor histórico, formal e sentimental.

A preservação se torna, portanto, o caminho mais eficaz para a salvaguarda e permanência do patrimônio. De acordo com a Recomendação de Nairobi (1976, p. 3), “Entende-se por ‘salvaguarda’ a identificação, a proteção, a conservação, a restauração, a reabilitação, a manutenção e a revitalização dos conjuntos históricos ou tradicionais e de seu entorno”. Não obstante, na maior parte dos casos, a ação inicial para a

salvaguarda de um bem patrimonial é o tombamento, que consiste num mecanismo legal que garante a integridade física do patrimônio no seu real estado, não permitindo que o mesmo seja alterado, descaracterizado ou demolido.

A figura do tombamento, entretanto, é muito malvista pela sociedade, porquanto inibe o direito do proprietário de intervir fisicamente no seu patrimônio, notadamente num estado de direito onde a especulação imobiliária evoca o potencial de lucros susceptíveis de obtenção a partir de reformas ou mesmo demolição de imóvel tombado. Cavalcanti Filho e Moura (2005, p. 17) defendem que o tombamento só será de fato efetivo quando não apenas o poder público, mas também o privado, em conjunto com a sociedade, trabalhe em conjunto para a conscientização de que os bens são “símbolos de sua identidade com o passado e por isso devem ser preservados”.

É dentro desse contexto de centro histórico, de preservação e de tombamento que esse trabalho transita, na medida em que seu objeto de estudo trata de um núcleo urbano de importância que, apesar de tombado por um órgão estadual de preservação, tem seu patrimônio ameaçado por ações adversas por parte de indivíduos e instituições que ignoram o valor do patrimônio histórico como bem de uma coletividade, conforme será visto no capítulo a seguir.

É importante reiterar que a preservação do Centro Histórico considerada no presente trabalho se restringe à conservação da morfologia geral dos edifícios que compõem a área nuclear do sítio em apreço, e que definem um cenário na cidade. Não são considerados no ensaio as configurações físicas dos imóveis que, na sua grande maioria, devem estar alteradas devido às mudanças de usos por que passaram ao longo do tempo.

Oportunamente, é fundamental esclarecer os três níveis de preservação dos imóveis considerados neste ensaio, os quais já foram citados anteriormente. Os imóveis “preservados” são aqueles cujas características formais de fachada e de volumetria geral não foram alterados, sendo ora referenciados como Tipo 1. Os imóveis levemente ou ligeiramente alterados são aqueles que, apesar das modificações das respectivas frontarias, conservam 75% ou 70% das mesmas, podendo, portanto, os elementos “perdidos” serem restaurados (Tipo 2).

Nesse sentido, é pertinente a postura de Brandi (2004, p. 33), quando assim se refere ao restauro: “O restauro deve dirigir-se ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo”.

Por fim, os imóveis descaracterizados são aqueles que já perderam totalmente seus traços originais, inviabilizando qualquer intervenção de restauro, sob pena de se incorrer exatamente no risco acima previsto por Brandi. Esses imóveis são tratados no presente trabalho como Tipo 3.



3. O PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO DE ALAGOA GRANDE

Alagoa Grande: um registro do seu patrimônio arquitetônico

3. O PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO DE ALAGOA GRANDE

Este capítulo trata do 'estado da arte' do patrimônio arquitetônico existente no Centro Histórico de Alagoa Grande, com ênfase no seu núcleo inicial, onde foram construídas as primeiras edificações. O texto aborda o tombamento do referido centro histórico bem como o processo de descaracterização por que passou ao longo do tempo e, a partir de uma delimitação de trechos dentro do universo de análise, identifica, cataloga e classifica, como já foi dito na introdução, os imóveis segundo três modalidades: imóveis preservados, (Tipo 1); imóveis com alterações, porém com possibilidade de restauro, (Tipo 2) ; e imóveis totalmente alterados (Tipo 3), registrando apenas as duas primeiras situações.

3.1. O TOMBAMENTO DO CENTRO HISTÓRICO

No tocante à preservação do seu patrimônio arquitetônico, a situação de Alagoa grande não é única; Abreu (1998, p. 79) afirma que, hoje, são poucas as cidades no Brasil que possuem vestígios significativos do seu passado preservado. O autor cita São Paulo e Rio de Janeiro como exemplos de cidades que perderam seus núcleos iniciais, e com eles suas edificações de época, restando poucos exemplares para testemunhar a história.

O Estado da Paraíba só atentou para a importância da salvaguarda de seus bens patrimoniais no final da década de 1970, quando o município de Areia foi tombado pelo IPHAEP. Um ano depois foi delimitado e tombado o Centro Histórico de Pilar,

e, em 1982, João Pessoa foi contemplada com iniciativas legais congêneres (GOVERNO DA PARAÍBA, 2018).

Tais ações demonstraram a preocupação do governo estadual em evitar o desaparecimento dos núcleos iniciais dessas cidades, preocupação essa que deslanchou uma posterior interiorização da medida. Hoje são quinze os municípios contemplados com seus respectivos centros históricos protegidos por lei estadual, como já foi dito na introdução desse ensaio.

Alagoa Grande teve seu centro histórico tombado em 2003, vinte e um anos depois da lei de proteção aplicada à capital do Estado. Contudo, o processo do tombamento teve início em 1999, na gestão do Professor Francisco de Sales Gaudêncio como diretor do IPHAEP, sendo acionado pelo então Promotor de Justiça, Dr. Laércio Joaquim de Macedo (TARGINO, 2003, p.23). O historiador José Avelar Freire forneceu, através do Ofício nº 002 de 8 de novembro de 1999, a relação das ruas e dos imóveis que viriam compor o Centro Histórico Inicial da cidade.

Entre os anos de 1999 e 2000, por solicitação do deputado João Bosco Carneiro, através do requerimento nº 1704/2003 intitulado "Tombamento da Cidade de Alagoa Grande como Patrimônio Histórico-Cultural do Estado da Paraíba" (IPHAEP, 2003), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba realizou levantamentos em Alagoa Grande e, posteriormente, o projeto de delimitação do Centro Histórico da cidade, sendo concluído em 2002.

A linha demarcatória do Centro Histórico de Alagoa Grande contorna a Lagoa da cidade seguindo na direção da rua Vidal de Negreiros; daí continua através da rua

Ernesto Cavalcanti para atingir a área onde se localiza a Creche Peregrina Maria de M. Montenegro; passa pelas ruas Santos Dumont e Kasper Deininger até a ponte sobre o Rio Mamanguape, tomando, em seguida, o caminho das ruas Augusto dos Anjos e São Sebastião (TARGINO, 2003, p.22).

O Deputado João Bosco Carneiro, através do requerimento nº 1704/2003 apelou ao governador do Estado da Paraíba à época, para que fosse providenciado o tombamento do município de Alagoa Grande, PB, como “patrimônio Histórico-Cultural deste Estado, justificando que esse município secular tem em sua sede um conjunto arquitetônico bastante conservado” (IPHAEP, 2003).

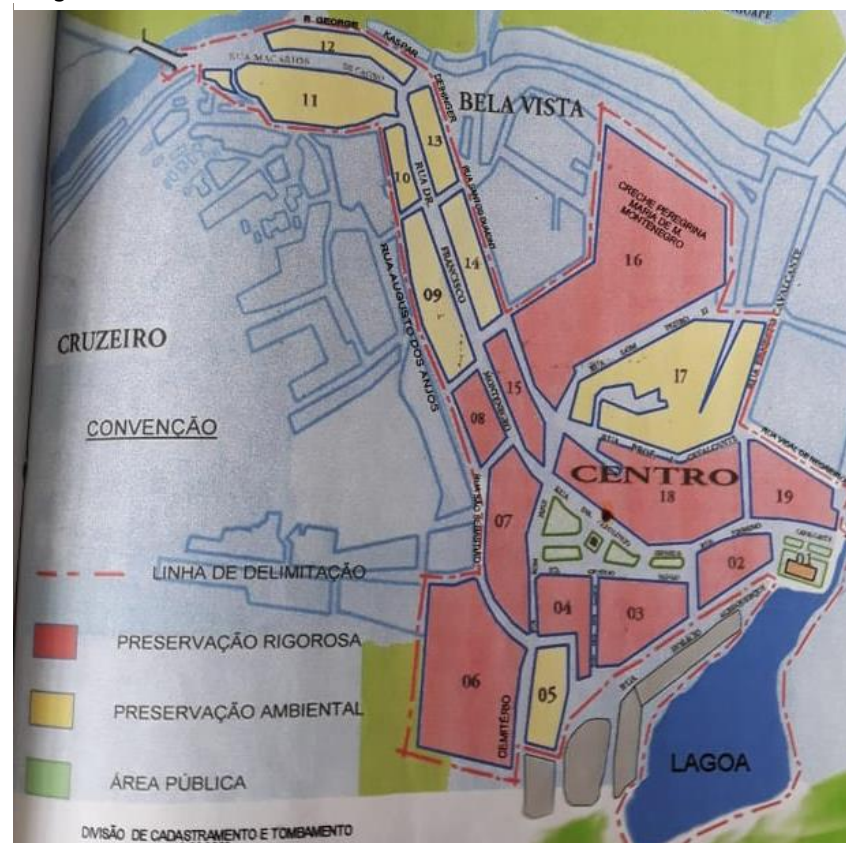
Em 16 de setembro 2003 o documento “Análise e Consideração sobre o Processo de Tombamento da Delimitação do Centro Histórico Inicial do Município de Alagoa Grande” expõe a proposta do tombamento do perímetro do Centro Histórico da cidade, bem como esclarece as especificações do decreto Nº 23.551 de 07 de novembro de 2002 (IPHAEP 2003, p. 43-44). A ele é anexado em mapa esquemático da cidade indicando a poligonal de proteção definida pelo IPHAEP.

O documento destaca dez quadras — 02, 03, 04, 06, 07, 08, 15, 16, 18, 19 — como área de preservação rigorosa (Figura 21). Nesse sentido os imóveis das citadas quadras devem manter ao máximo a integridade de suas características arquitetônicas, sendo proibidas descaracterizações, independentemente de seus usos, ou funções de supostas intervenções.

As quadras indicadas de amarelo — 05, 09, 10, 11, 12, 13, 14 e 17— são consideradas como de preservação ambiental (Figura 21). Sendo assim, as mesmas devem preservar suas

características arquitetônicas/construtivas “e/ou características comuns a outros imóveis do seu entorno, atendendo a critérios básicos já adotados em delimitações de outros centros históricos” (IPHAEP, 2003, p. 43).

Figura 21: Delimitação do Centro Histórico Inicial do Município de Alagoa Grande.



Fonte: Targino, (2003, p. 29).

Apesar do ato de tombamento do Centro Histórico de Alagoa Grande em 2003, as evidências acenam para um visível desconhecimento ou desobediência ao ato preservacionista, já

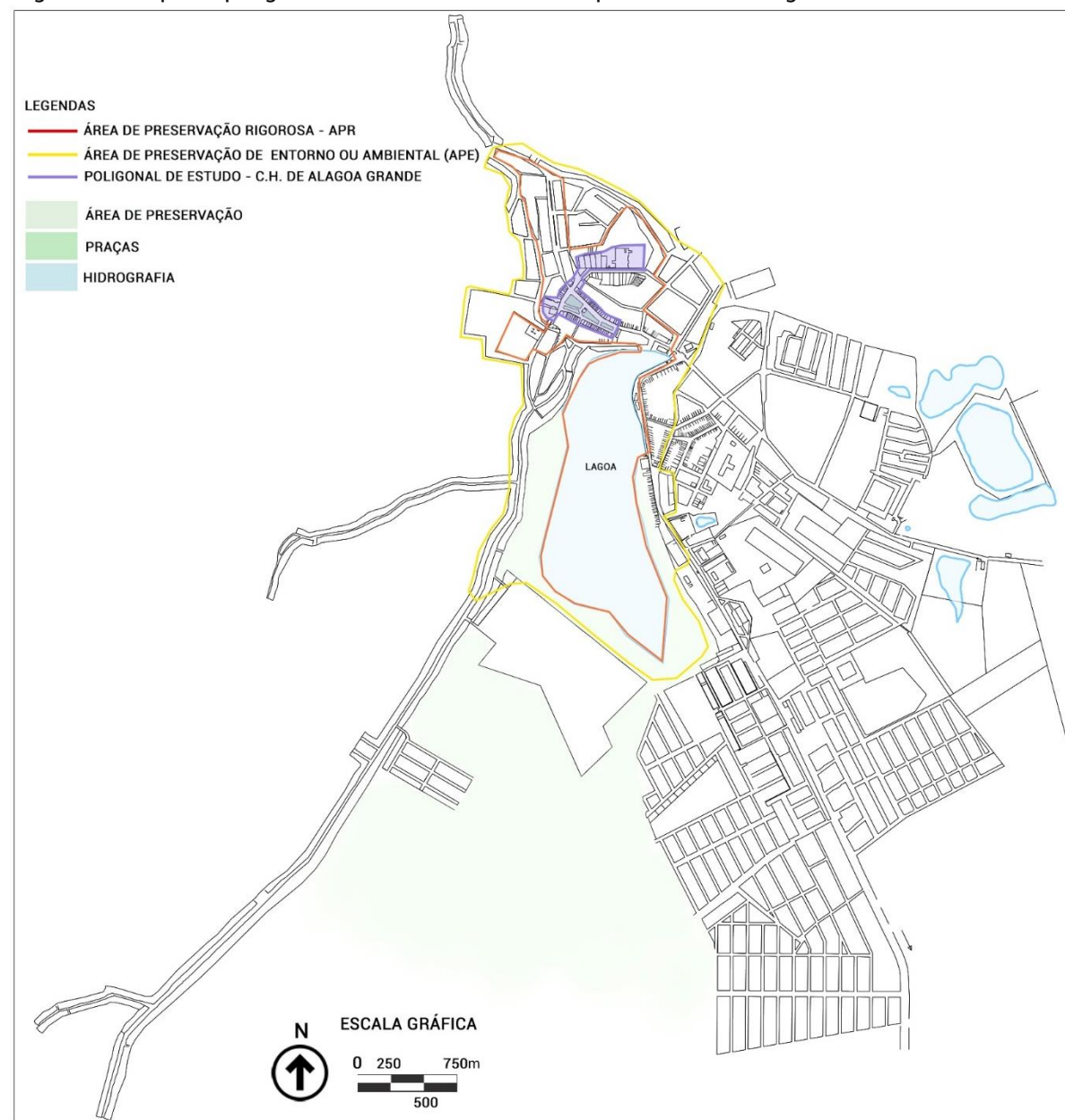
que vários imóveis inscritos no referido perímetro foram alterados parcialmente ou até 'desapareceram' ao longo dos últimos dezesseis anos.

Considerando essa realidade adversa, a intenção de fazer o registro do 'estado da arte' desse patrimônio num Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), e a exiguidade de tempo para o desenvolvimento de uma pesquisa dessa envergadura, o presente estudo foi limitado à área envoltória da Praça central do Centro Histórico da cidade, aqui tratado como núcleo inicial, compreendendo as ruas Apolônio Zenaide; Getúlio Vargas; Bom Jesus; Padre Luiz e a Rua Dom Pedro II, onde o acervo construído é registrado através de fotografias e dados gerais dos imóveis de maior expressividade arquitetônica.

3.2. A POLIGONAL DE ESTUDO: ANÁLISE SEGUNDO TRECHOS

A partir de matriz cedida pela Prefeitura Municipal de Alagoa Grande, foi produzido um mapa mais preciso do Centro Histórico da cidade, com ênfase na área a ser explorada no presente trabalho, como já foi dito acima e na Introdução (Figura 22).

Figura 22: Mapa de poligonal estudada - Núcleo Principal do C.H. de Alagoa Grande.



Fonte: Prefeitura Municipal de Alagoa Grande. Edição Geórgia Ribeiro, 2019.

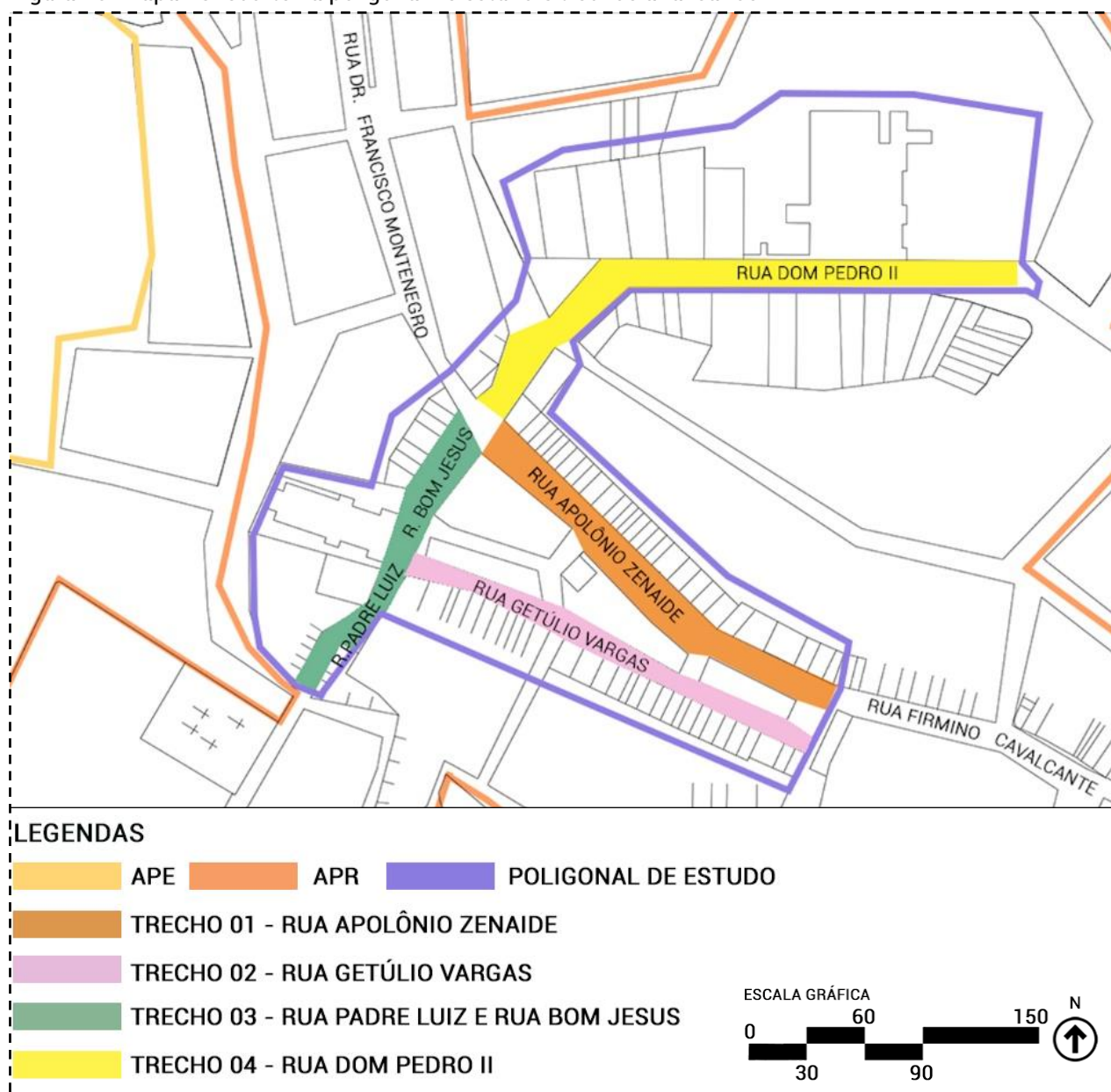
Alagoa Grande: um registro do seu patrimônio arquitetônico

A escolha desse perímetro deu-se, principalmente, em virtude de haver uma maior concentração de edificações emblemáticas para a história da cidade nesse setor, e por elas apresentarem características arquitetônicas formais relevantes para o trabalho.

Outro fator determinante para a seleção dessa área foi a análise de documentos eletrônicos (plantas da cidade) cedidos pela Prefeitura Municipal de Alagoa Grande, onde, em um dos arquivos contendo um mapa de uso e ocupação do solo, foi observado que a Prefeitura trabalhou apenas com um perímetro denominado de “entorno imediato” o qual abrange as ruas acima citadas.

Para uma melhor operacionalização do estudo, a área escolhida foi disposta segundo quatro trechos: Trecho 01, Rua Apolônio Zenaide; Trecho 02, Rua Getúlio Vargas; Trecho 03, Rua Padre Luiz e Rua Bom Jesus, e Trecho 04, Rua Dom Pedro II (Figura 23).

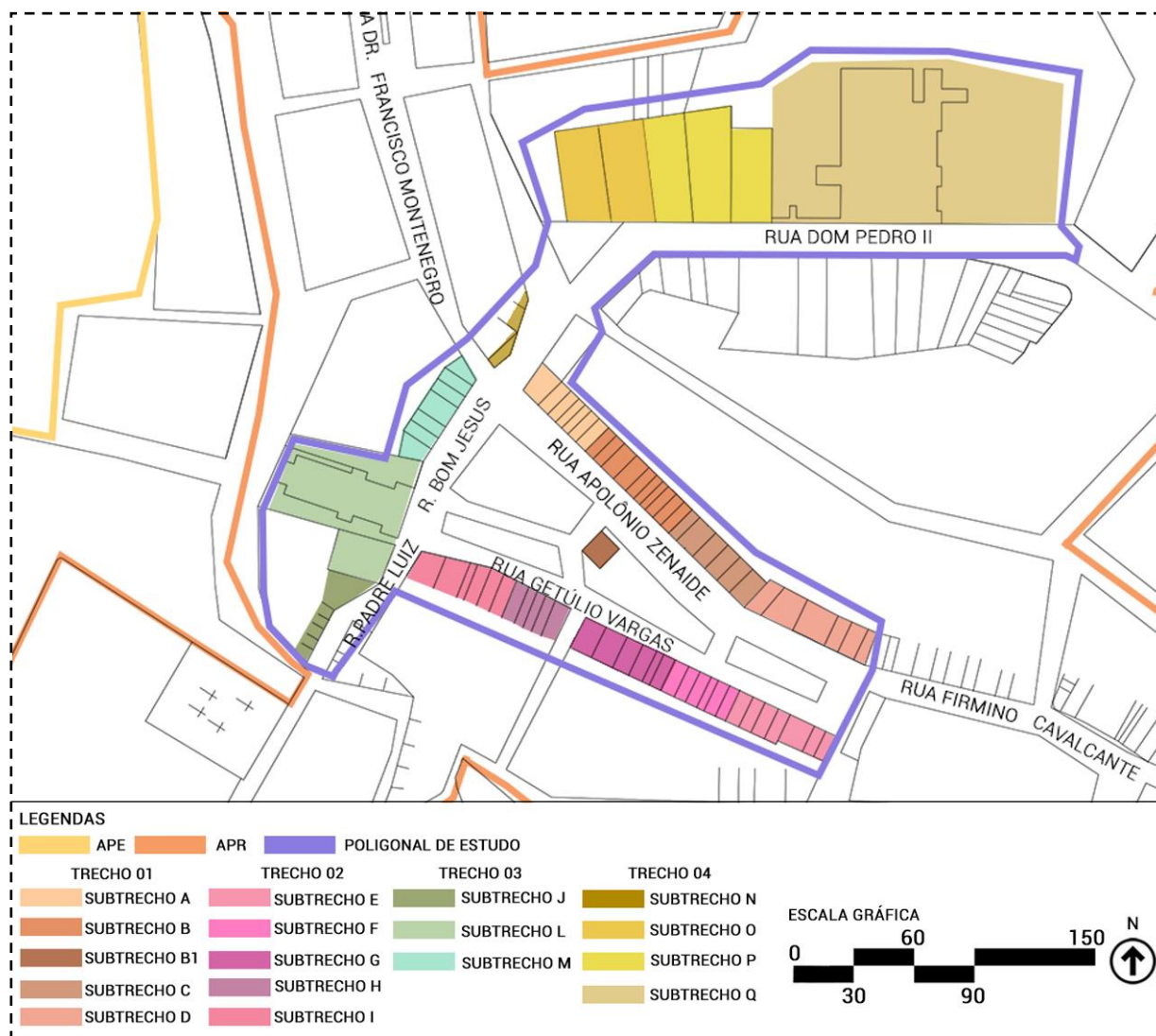
Figura 23: Mapa de recorte da poligonal de estudo e trechos analisados.



Fonte: Prefeitura Municipal de Alagoa Grande. Edição Geórgia Ribeiro. 2019.

Por questões logísticas, os quatro trechos analisados foram subdivididos em subtrechos, num total de dezessete, compreendendo imóveis inicialmente registrados em conjunto, e posteriormente, de forma individual – apenas aqueles identificados como integralmente preservados (Tipo 1), e aqueles alterados, mas com condições de restauração (Tipo 2). Os subtrechos foram referenciados por letras do alfabeto, de “A” a “Q” (Figura 24).

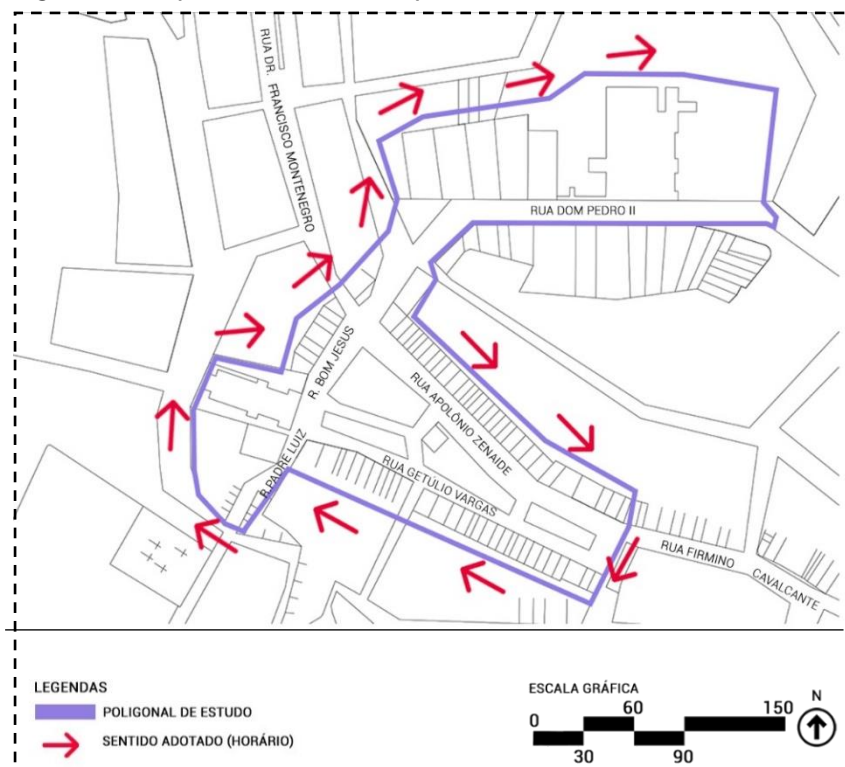
Figura 24: Mapa de recorte da poligonal de estudo e subtrechos analisados.



Fonte: Prefeitura Municipal de Alagoa Grande. Edição Geórgia Ribeiro 2019.

Para facilitar a análise, foi adotado o sentido horário começando na extremidade noroeste da Rua Apolônio Zenaide seguindo para a Rua Getúlio Vargas a partir do sudeste, continuando pelas Ruas Padre Luiz e Bom Jesus no sentido nordeste e Rua Dom Pedro II na direção leste (Figura 25).

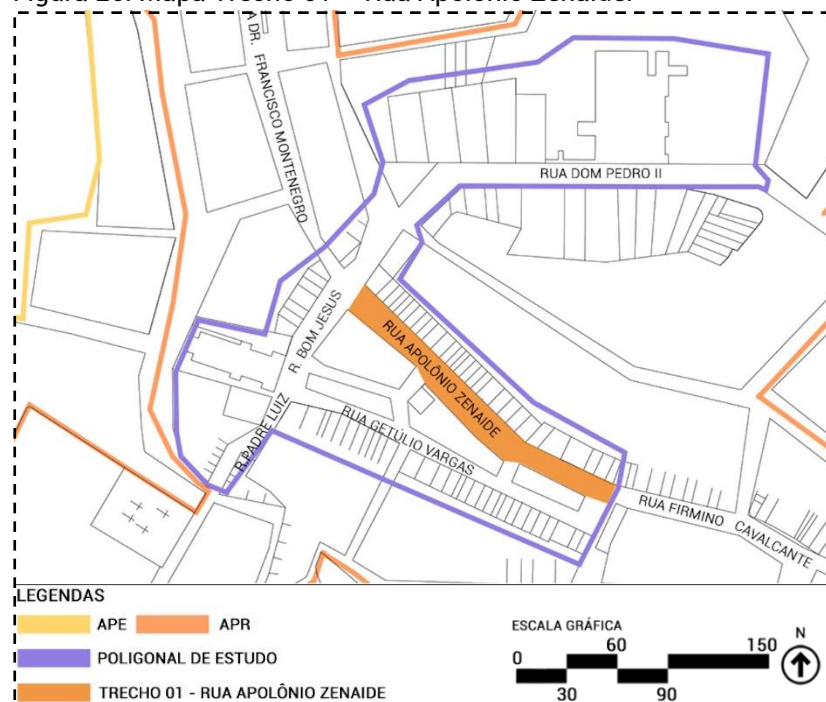
Figura 25: Mapa sentido adotado para análise dos trechos.



Fonte: Prefeitura Municipal de Alagoa Grande. Edição Geórgia Ribeiro, 2019.

3.2.1. TRECHO 01: RUA APOLÔNIO ZENAIDE

Figura 26: Mapa Trecho 01 – Rua Apolônio Zenaide.



Fonte: Prefeitura Municipal de Alagoa Grande. Edição Geórgia Ribeiro, 2019.

O primeiro trecho, correspondente à Rua Apolônio Zenaide (Figura 26), possui um total de trinta imóveis (de acordo com a planta da cidade cedida pela Prefeitura), sendo a sua maioria de uso comercial, seguida de edifícios públicos, e em menor porcentagem o uso residencial. Para que se possa ter uma melhor percepção das edificações e facilitar na análise das mesmas, o trecho foi estudado segundo quatro subtrechos, referenciados como A, B, C, e D. É importante salientar que para uma melhor análise do subtrecho B, o mesmo foi considerado

segundo duas partes – B e B1 – por apresentar edificações pertinentes à pesquisa em ambos os lados.

Analisando de maneira geral o trecho em questão, é possível perceber que a implantação dos imóveis nos lotes é típica do período colonial. Os mesmos seguem a tradição lusitana: onde as residências eram construídas sobre o alinhamento das vias públicas e as paredes laterais sobre os limites dos terrenos (REIS FILHO, 1978, p. 20). As edificações situadas no trecho geral analisado possuem elementos ecléticos, o que indica uma prática comum em “modernizar” as fachadas para as tendências em voga na época, adequando-se às condições preexistentes do lote.

As principais alterações foram feitas nas fachadas frontais, onde são identificadas soluções recorrentes: fachadas com repertório decorativo, uso de platibandas (com balaústres ou ornamentadas); cercaduras e sobrevergas com marcação vertical predominante e com presença de elementos decorativos, além de esquadrias mais elaboradas, conforme registra Azevedo et al (2006, p. 115). Essa prática era recorrente não apenas em Alagoa Grande, mas também em outras cidades do Estado, a exemplo de Princesa Isabel, como afirma Medeiros (2017, p. 45):

A nova linguagem se fez presente tanto nas residências das famílias mais abastadas quanto nas de menor condição financeira, em uma versão mais modesta, marcada, principalmente, pela decoração das platibandas. São exemplares de composição simples, mas que demonstram um desejo de toda a cidade em se adaptar a corrente do momento, deixando suas fachadas em conformidade com o que era feito no restante da cidade. São ricamente decoradas e com

uma variedade de soluções formais. Por estarem inseridos no núcleo inicial da cidade não apresentam novidades quanto a implantação, estando sem recuos e preservando o alinhamento com a via.

Dentre todos os trechos analisados, a Rua Apolônio Zenaide é aquela que possui o maior nível de descaracterização – a maioria dos imóveis foi alterada para que a função comercial fosse estabelecida, porém sem nenhuma preocupação em adequar o novo uso à edificação. As alterações vão desde a inclusão de placas comerciais nas fachadas; modificação de aberturas, e até mesmo total remodelação da frontaria.

SUBTRECHO A

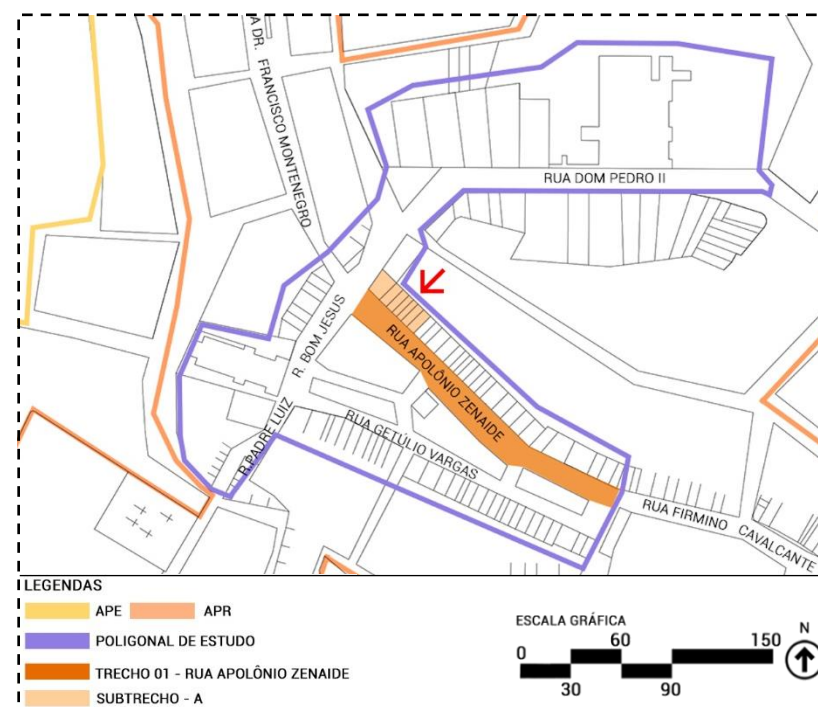
O subtrecho “A” corresponde à primeira extensão analisada da Rua Apolônio Zenaide. O mesmo contempla sete imóveis, sendo um totalmente preservado; quatro imóveis passíveis de restauro e dois descaracterizados (Figuras 27 e 28).

Figura 27: Subtrecho “A” – Vista Geral.



Fonte: Geórgia Ribeiro, 2019.

Figura 28: Subtrecho “A”.



Fonte: Prefeitura Municipal de Alagoa Grande. Edição Geórgia Ribeiro, 2019.

A edificação de maior destaque desse trecho é o casarão nº 635, situado na esquina com a Rua Dom Pedro II, o qual representa com maestria o emprego da linguagem eclética na cidade no início do século XX (Figura 29).

Construído em 1910 em plano elevado em relação à rua, é o único edifício da rua em tela, que possui recuos frontal e laterais. Sua fachada principal é rica em elementos ornamentais, dentre eles, platibanda adornada com elementos orgânicos em relevo e arrematada com pináculos. A presença

de balaustrada à frente da fachada frontal remete à arquitetura clássica (Figura 29 e 31).

A preservação de suas formas arquitetônicas, bem como de seus elementos morfológicos podem ser constatados na iconografia (Figura 30; Apêndice: Ficha 01/11).

Figura 29: Imóvel nº 635 à Rua Apolônio Zenaide – Perspectiva.



Fonte: Geórgia Ribeiro, 2019.

Figura 30: Alagoa Grande em 1939 com destaque para o imóvel nº 635.



Fonte: Acervo Wilton Carvalho.

Figura 31: Imóvel nº 635 à Rua Apolônio Zenaide – Fachada.



Fonte: Geórgia Ribeiro, 2019.

O subtrecho conta com quatro edificações que se enquadram no Tipo 2 (passíveis de restauro); são os imóveis nº 645; nº 653; nº 657 e nº 661. As alterações mais recorrentes foram mudanças nos vãos das aberturas e pintura de fachada (Figura 32).

Figura 32: Imóveis (da esquerda para a direita) nº 645; nº 653; nº 657 e nº 661.

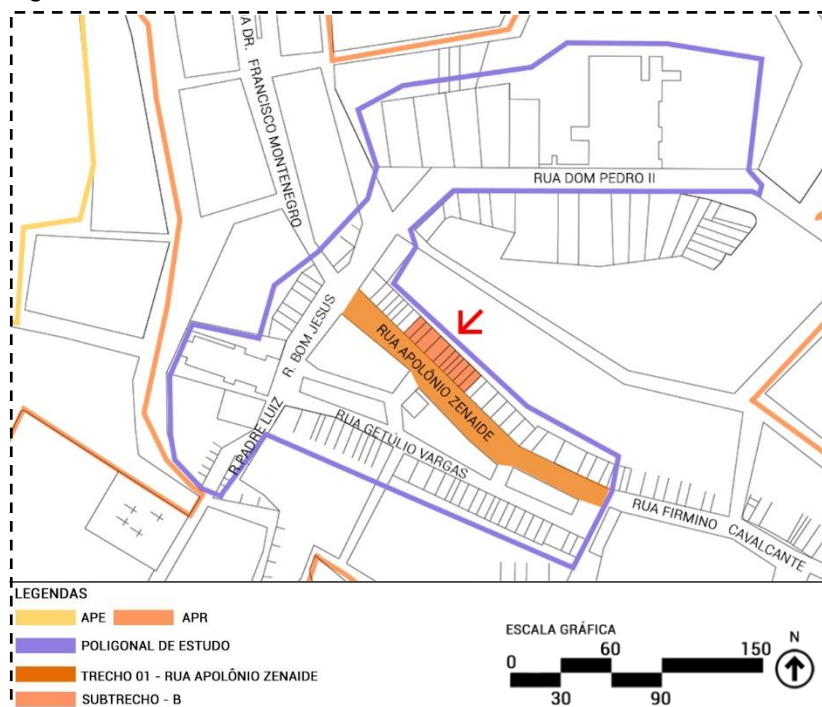


Fonte: Geórgia Ribeiro, 2019.

SUBTRECHO B

O subtrecho "B" contempla dez imóveis, dentre eles o Memorial dedicado ao cantor e compositor Jackson do Pandeiro, o imóvel nº 687 (Figuras 33 e 34). Esse segmento da Rua Apolônio Zenaide apresenta apenas uma edificação que se enquadra no Tipo 2, o imóvel nº 671. O mesmo possui platibanda adornada com motivos geométricos e suas aberturas são em arco pleno, remetendo à arquitetura clássica (Figura 35). Os demais se encontram descaracterizados sem nenhuma possibilidade de restauração.

Figura 33: Subtrecho "B".



Fonte: Prefeitura Municipal de Alagoa Grande. Edição Geórgia Ribeiro, 2019.

Figura 34: Subtrecho "B" – Vista Geral.



Fonte: Geórgia Ribeiro, 2019.

Figura 35: Imóvel nº 687 à Rua Apolônio Zenaide.

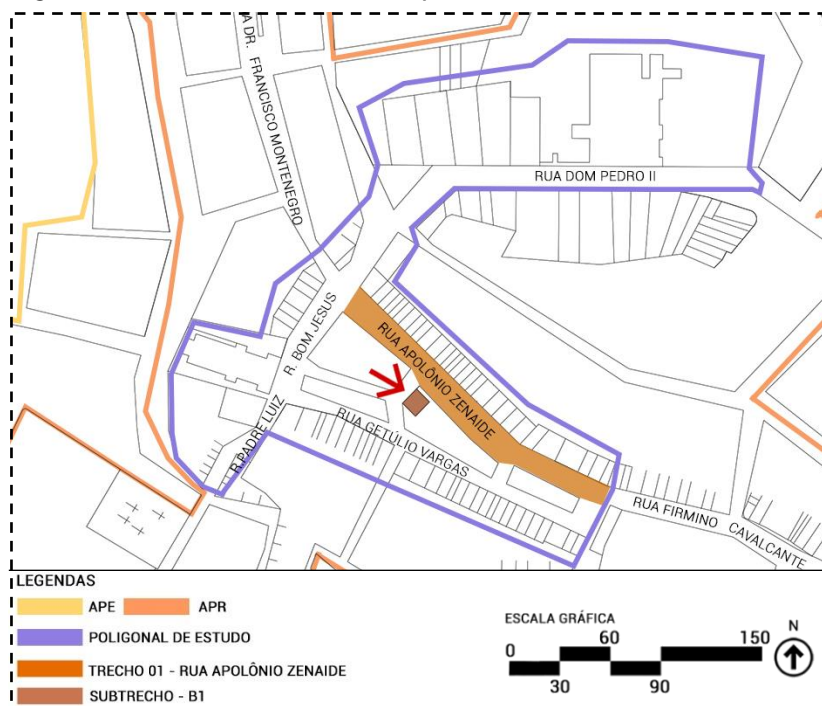


Fonte: Geórgia Ribeiro, 2019.

SUBTRECHO B1

O subtrecho "B1" é o menor dentre os analisados, pois contempla apenas uma edificação, correspondente ao prédio dos Correios e Telégrafos, o qual se encontra com suas características formais totalmente preservadas (Figuras 36 e 37).

Figura 36: Subtrecho "B1" - Rua Apolônio Zenaide.



Fonte: Prefeitura Municipal de Alagoa Grande. Edição Geórgia Ribeiro, 2019.

Figura 37: Subtrecho "B1" – Panorama.



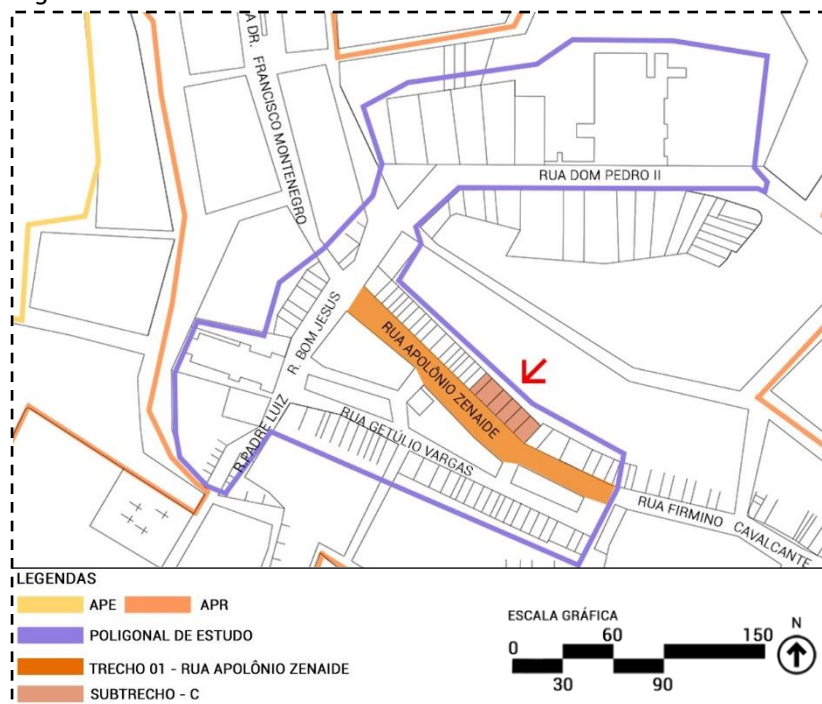
Fonte: Geórgia Ribeiro, 2019.

De acordo com Caju e Cavalcanti (p.141, 2005), a edificação atende à uma concepção plástica própria do *Art Déco*, como já foi dito anteriormente (Ficha 02/11, Apêndice). Tal linguagem arquitetônica "caracteriza expressivo repertório de edificações que tinham a indústria, a tecnologia e o progresso como referenciais". Segundo Pereira (1999, p.107), o *Art Déco* seria incorporado como estilo oficial dessa nova arquitetura temática. Através desses edifícios, a modernização do país "tornava-se concreta e se confundia com a presença do poder público e com o perfil de cada agência dos Correios e Telégrafos que ia sendo construída.

SUBTRECHO C

O subtrecho “C”, compreendendo seis imóveis, acha-se completamente descaracterizado (Figura 38). A maioria das edificações sofreu alterações totais em suas fachadas (Figura 39). Dos seis imóveis do subtrecho, apenas um encontra-se passível de restauro o, imóvel nº 755, o qual, a partir de registro iconográfico, se apresenta como o único com linhas que remetem ao *Art Nouveau* (Figura 40). Sua morfologia de fachada pode ser constatada no apêndice deste trabalho (Ficha 03/11).

Figura 38: Subtrecho “C”.



Fonte: Prefeitura Municipal de Alagoa Grande. Edição Geórgia Ribeiro, 2019.

Figura 39: Subtrecho “C” – Vista Geral.



Fonte: Geórgia Ribeiro, 2019.

Figura 40: Imóvel nº 755 à Rua Apolônio Zenaide.



Fonte: Geórgia Ribeiro, 2019.

SUBTRECHO D

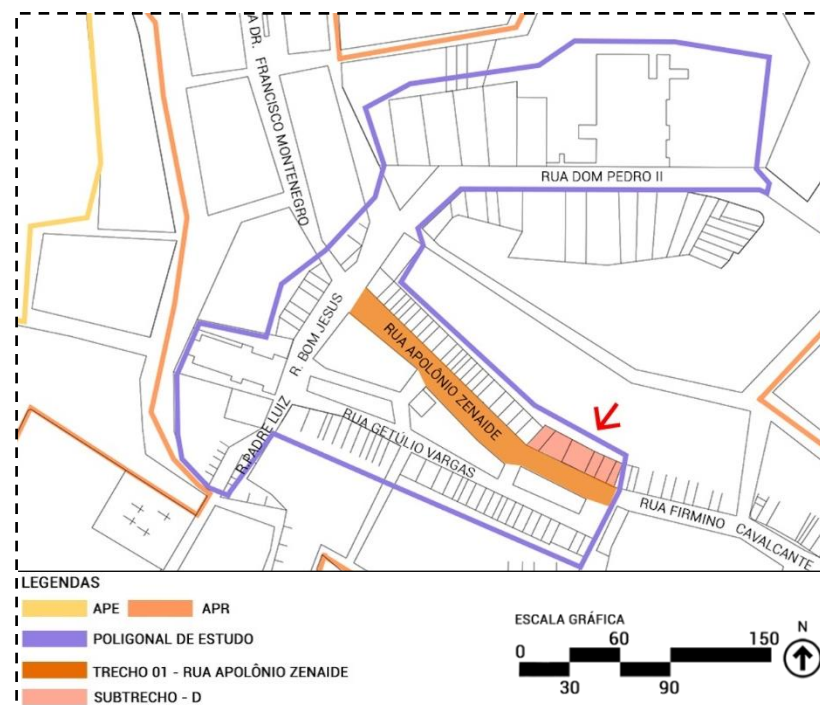
O subtrecho "D" contempla seis imóveis, dois deles alterados com possibilidade de restauro, e os demais totalmente descaracterizados (Figura 41 e 42). Os imóveis nº773 e nº779 se enquadram no Tipo 2 e testemunham o período áureo por que passou a economia de Alagoa Grande no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Suas fachadas são bem ritmadas com relação aos cheios e vazios, e suas platibandas dispostas em módulos arrematados por pináculos (Figura 43). A situação atual dos imóveis sugere que houve pequenas alterações que são perfeitamente factíveis de restauro (Fichas 4 e 5, Apêndice). Assim como nos demais subtrechos da Rua Apolônio Zenaide, a atividade comercial foi a principal justificativa para a descaracterização dos imóveis.

Figura 41: Subtrecho "D" - Vista geral.



Fonte: Geórgia Ribeiro, 2019.

Figura 42: Subtrecho "D".



Fonte: Prefeitura Municipal de Alagoa Grande. Edição Geórgia Ribeiro, 2019.

Figura 43: Imóveis nº 773 e 779 à Rua Apolônio Zenaide.

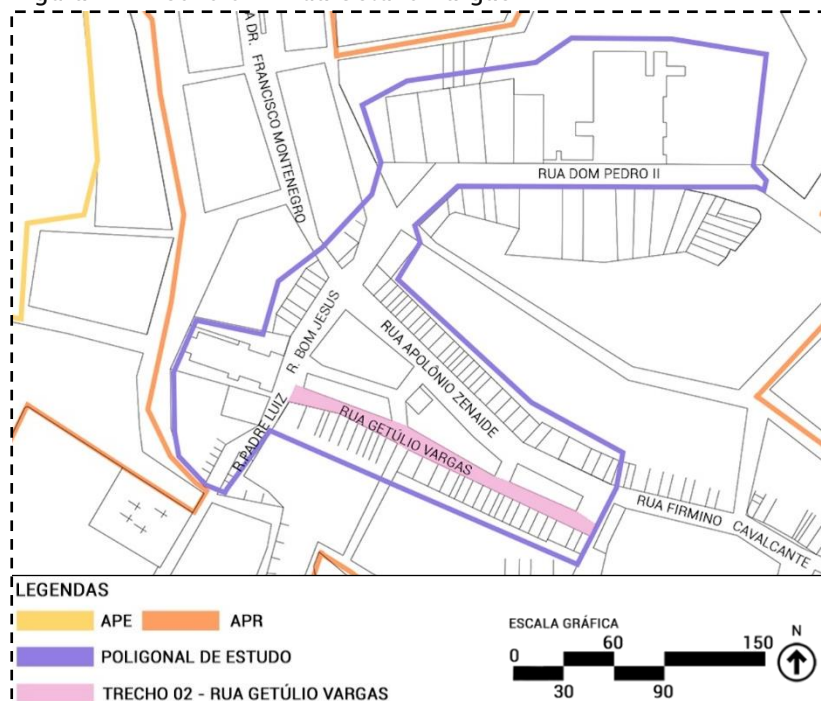


Fonte: Geórgia Ribeiro, 2019.

Alagoa Grande: um registro do seu patrimônio arquitetônico

3.2.2. TRECHO 02 – RUA GETÚLIO VARGAS

Figura 44: Trecho 02 - Rua Getúlio Vargas.



Fonte: Prefeitura Municipal de Alagoa Grande. Edição Geórgia Ribeiro, 2019.

O segundo trecho, correspondente à Rua Getúlio Vargas, caracteriza-se por apresentar sobrados do final do século XIX, importantes marcos para a história de Alagoa Grande (Figura 44). Tais edificações apresentam elementos arquitetônicos que enriquecem o acervo do Centro Histórico da cidade, a exemplo de azulejos portugueses, platibandas com configurações singulares, e arcos ogivais adornando as aberturas das edificações (Figura 45 e 46).

Figura 45: Platibanda em Zigue-zague - Rua Getúlio Vargas.



Fonte: Geórgia Ribeiro, 2019.

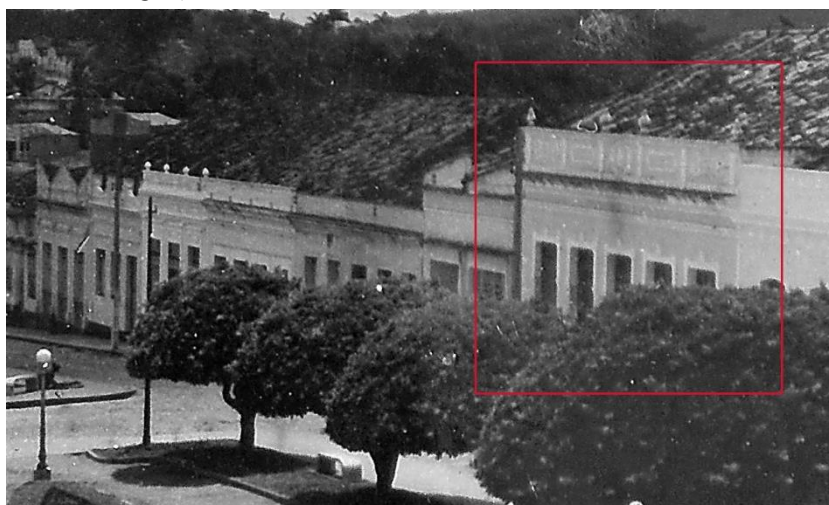
Figura 46: Trecho 02 - Rua Getúlio Vargas.



Fonte: Geórgia Ribeiro, 2019.

Os trinta imóveis presentes no trecho apresentam implantação segundo o padrão colonial, sem recuo frontal e laterais. É perceptível a quantidade significativa de alterações nas edificações, dentre elas: descaracterização dos pavimentos inferiores dos sobrados; bem como alterações nas aberturas das fachadas frontais dos edifícios; adição de revestimentos cerâmicos ou de pedra e desmembramento de uma mesma edificação para gerar dois imóveis distintos, como é o caso do imóvel n.º 768 (Figura 47, 48 e 49).

Figura 47: Imóvel n.º 768 antes das alterações sofridas (Rua Getúlio Vargas).



Fonte: Acervo Wilton Carvalho.

Esse desmembramento é notório quando se analisa o registro iconográfico do imóvel apresentando cinco aberturas na fachada principal, e a situação atual, onde as duas aberturas verticalizadas da direita são substituídas por vão único (Ficha 06/11, Apêndice).

Figura 48: Imóvel n.º 768 à Rua Getúlio Vargas.



Fonte: Geórgia Ribeiro, 2019.

Figura 49: Imóvel n.º 768 à Rua Getúlio Vargas.

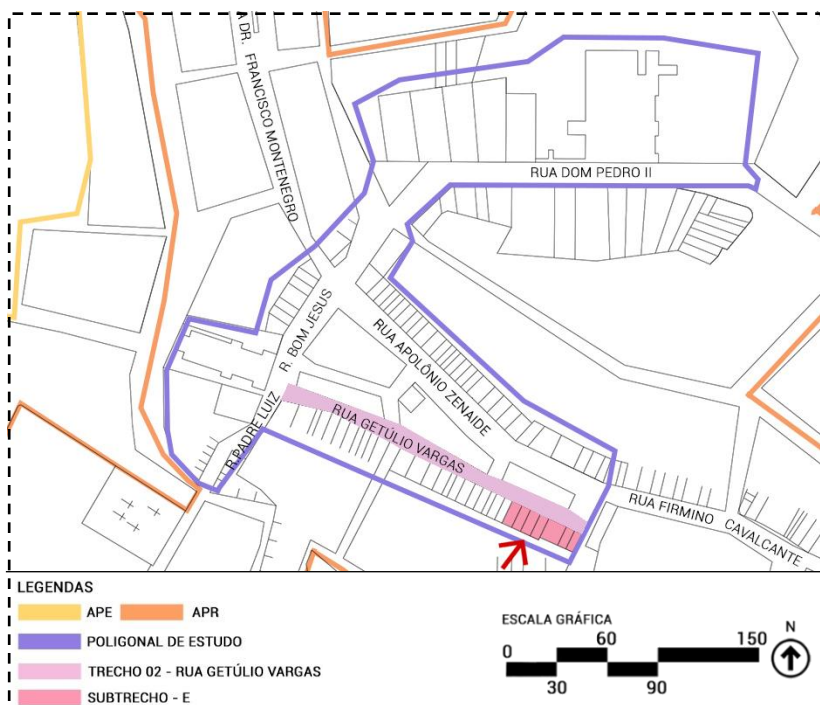


Fonte: Geórgia Ribeiro, 2019.

SUBTRECHO E

O subtrecho "E" contempla sete imóveis, e dentre os trechos analisados ainda possui boa parte de seu legado preservado (Figura 50 e 51). Apenas o imóvel nº 808 encontra-se integralmente preservado, possuindo ricos detalhes na fachada norte que contempla uma platibanda em zigue-zague, pilastras com capitéis fitomorfos e painéis em relevo (Figura 52). Três imóveis se enquadram no Tipo 2 (nº 820; nº 816 e nº 802), e dois estão descaracterizados.

Figura 50: Subtrecho "E".



Fonte: Prefeitura Municipal de Alagoa Grande. Edição Geórgia Ribeiro, 2019.

Figura 51: Subtrecho "E" - Vista Geral.



Fonte: Geórgia Ribeiro, 2019.

Figura 52: Imóvel nº 808 à Rua Getúlio Vargas.



Fonte: Geórgia Ribeiro, 2019.

A edificação n.º 502 apresenta platibanda com arcos invertidos, além de friso e cornija (Figura 53). Suas aberturas foram alteradas ao longo dos anos para abrigar o uso comercial. O subtrecho "E" apresenta também imóveis que foram construídos recentemente, o que sugere a pré-existência de edificações de valor arquitetônico que foram demolidas.

Figura 53: Imóvel nº 802 à Rua Getúlio Vargas.

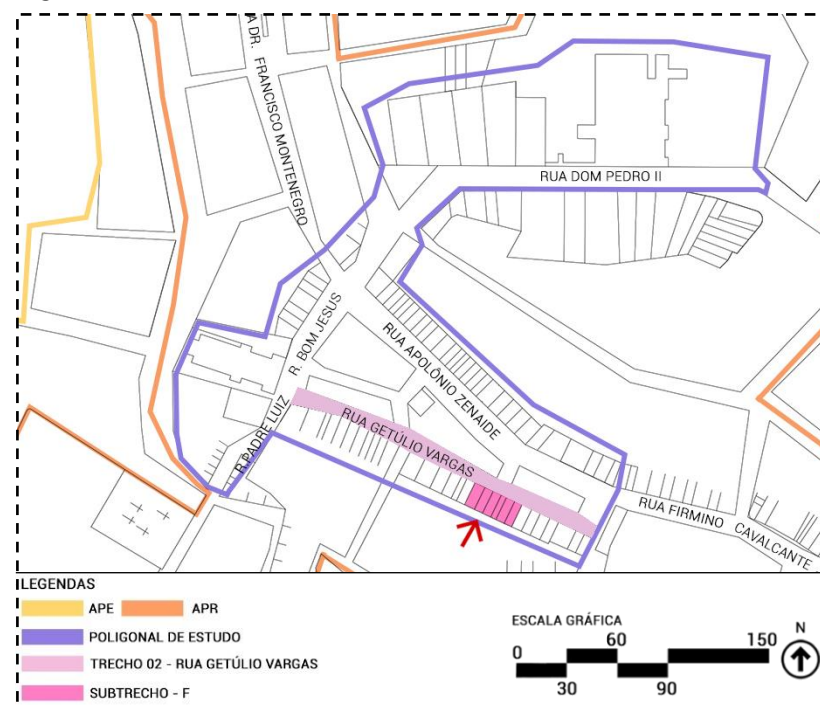


Fonte: Geórgia Ribeiro, 2019.

SUBTRECHO F

O subtrecho "F" compreende seis imóveis: um preservado, dois passíveis de restauro e três totalmente descaracterizados (Figuras 54 e 55). É possível notar além de alteração no revestimento das edificações, a modernização de algumas fachadas e o desmembramento de um imóvel em dois, como já foi dito à página 52. A edificação desmembrada atualmente abriga a agência lotérica da cidade, e a outra parte da mesma funciona como residência. O imóvel nº 748 é o único preservado, apresentando sugestiva platibanda recortada sobre imponente cornija (Figura 56).

Figura 54: Subtrecho "F".



Fonte: Prefeitura Municipal de Alagoa Grande. Edição Geórgia Ribeiro, 2019.

Figura 55: Subtrecho "F" - Vista Geral.



Fonte: Geórgia Ribeiro, 2019.

Alagoa Grande: um registro do seu patrimônio arquitetônico

Figura 56: Subtrecho "F" - Vista Geral.

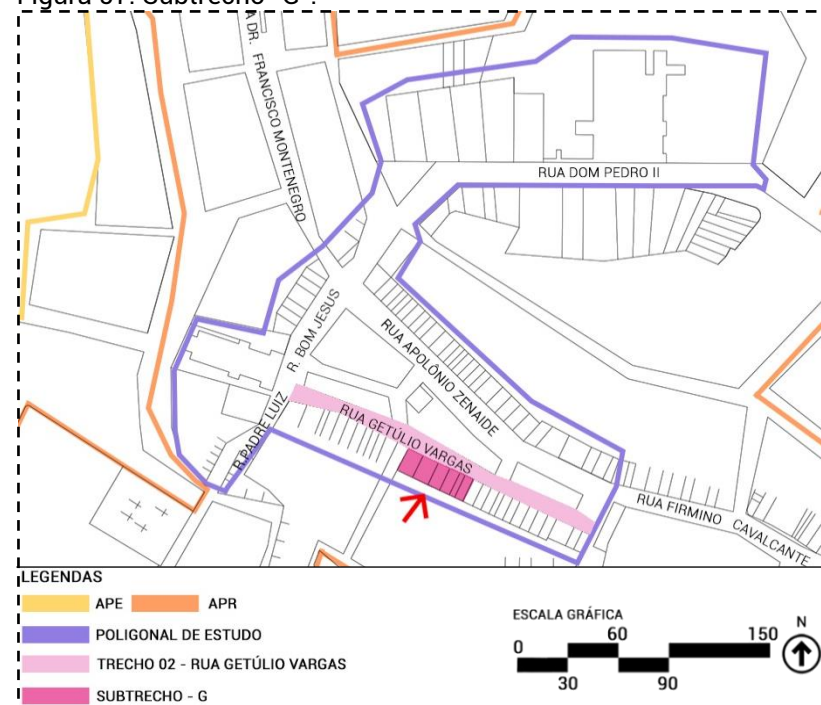


Fonte: Geórgia Ribeiro, 2019.

SUBTRECHO G

O subtrecho "G" é um dos segmentos mais expressivos do Centro Histórico de Alagoa Grande, compreendendo seis imóveis (Figura 57). Desse total há um preservado, nº 742, (Figura 59) quatro levemente alterados, e um descaracterizado (Figura 58). O imóvel preservado (nº 742) apresenta pilastras separando as aberturas e relevos florais e geométricos. No sobrado vizinho é visível a alteração dos vãos originais por um vão mais largo (Fichas 07 e 08, Apêndice). É nesse subtrecho que estão localizados três dos principais sobrados da cidade, que além de testemunharem o estilo de vida da elite alagoa-grandense, apresentam uma arquitetura rica em traços ecléticos, a exemplo de arcos ogivais, platibandas diversificadas, balcões com gradil de ferro e balaústres, além de azulejos portugueses.

Figura 57: Subtrecho "G".



Fonte: Prefeitura Municipal de Alagoa Grande. Edição Geórgia Ribeiro, 2019.

Figura 58: Subtrecho "G" - Vista Geral.



Fonte: Geórgia Ribeiro, 2019.

Alagoa Grande: um registro do seu patrimônio arquitetônico

Figura 59: Imóvel 742 à Rua Getúlio Vargas.



Fonte: Geórgia Ribeiro, 2019.

Apesar de sua relevância histórica e cultural, as edificações não escaparam das descaracterizações; os três sobrados supracitados sofreram alterações nas aberturas do pavimento térreo — imóveis n.º 728; n.º 720 e n.º 714 (Figuras 60). As alterações nos vãos do pavimento inferior são perceptíveis na iconografia constante no apêndice (Fichas 09 e 10).

Figura 60: Sobrados n.º 728; n.º 720 e n.º 714 à Rua Getúlio Vargas.

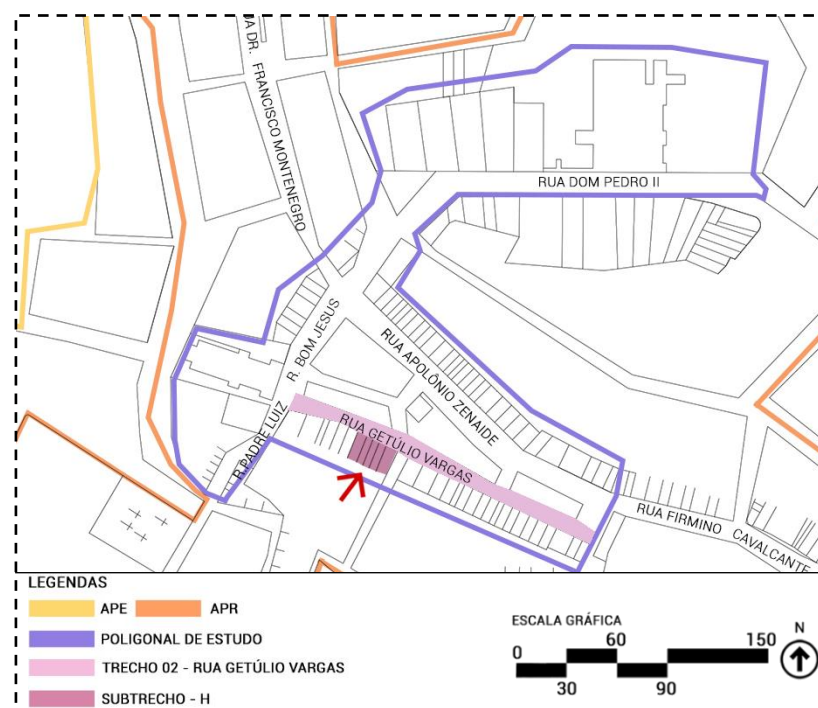


Fonte: Geórgia Ribeiro, 2019.

SUBTRECHO H

Dos cinco imóveis constantes neste subtrecho (Figura 61), apenas o imóvel n.º 684 encontra-se com sua fachada preservada (Figura 63), sendo os quatro restantes descaracterizados. As principais descaracterizações desse subtrecho são a reforma das fachadas, e o acréscimo de revestimento cerâmico nas mesmas (Figura 62).

Figura 61: Subtrecho "H".



Fonte: Prefeitura Municipal de Alagoa Grande. Edição Geórgia Ribeiro, 2019.

Figura 62: Subtrecho "H" - Vista geral.



Fonte: Geórgia Ribeiro, 2019.

Figura 63: Imóvel nº 684 à Rua Getúlio Vargas – Fachada preservada.



Fonte: Geórgia Ribeiro, 2019.

SUBTRECHO I

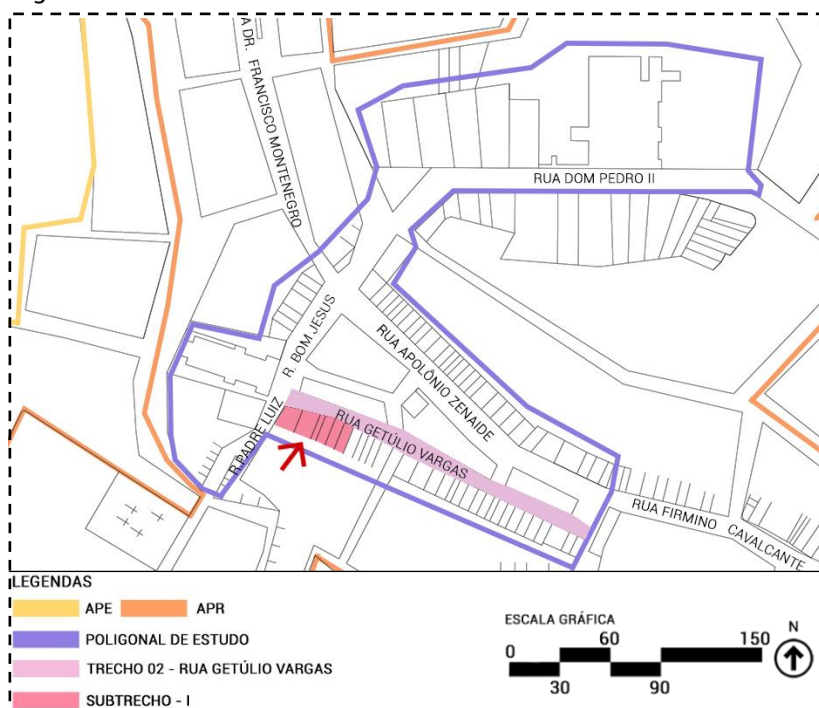
O Subtrecho "I" contempla seis imóveis (Figura 64 e 65). Desse total cinco estão preservados, a exemplo do casarão nº 650, construído pelo Coronel da Guarda Nacional Lourenço de Albuquerque Mello, e datado de 1880. A edificação é rica em detalhes, sendo sua fachada toda revestida de azulejos. Apesar de afirmarem que o revestimento é feito com azulejos portugueses, através de uma análise *in loco* percebe-se que provavelmente eles não são originais. Sem recuos laterais, o imóvel possui porão alto e apresenta elementos formais como: platibanda adornada, pináculos e aberturas em arco ogival. Sua fachada apresenta ritmo marcado por pilastras com capitéis (Figura 66).

Figura 64: Subtrecho "I" Vista Geral.



Fonte: Geórgia Ribeiro, 2019.

Figura 65: Subtrecho "I".



Fonte: Prefeitura Municipal de Alagoa Grande. Edição Geórgia Ribeiro, 2019.

Outra edificação preservada é o imóvel nº 640. Implantada em local privilegiado, a edificação encontra-se na esquina das ruas Getúlio Vargas e Bom Jesus, próximo à Igreja Matriz. O imóvel da década de 1920 apresenta traços nitidamente ecléticos, possuindo alpendre com aberturas em arco pleno e janelas frontais em arco abatido. A fachada é arrematada por platibanda rica em detalhes com motivos orgânicos e geométricos em relevo (Figura 67).

Apenas um imóvel encontra-se alterado, com possibilidade de restauro, o imóvel nº 659, por apresentar revestimento cerâmico

em sua fachada. Todos os imóveis são destituídos de recuos laterais, e todas as fachadas estão alinhadas com o passeio público. A área analisada também atesta a presença do ecletismo sob influência neogótica, através do uso de arcos ogivais nas fachadas, como pode ser visto nos imóveis nº 678 e nº 672, apresentados acima (Figura 64), além do imóvel nº 650 (Figura 66).

Figura 66: Imóvel nº 650 à Rua Getúlio Vargas.



Fonte: Geórgia Ribeiro, 2019.

Figura 67: Imóvel nº 640 à Rua Getúlio Vargas.

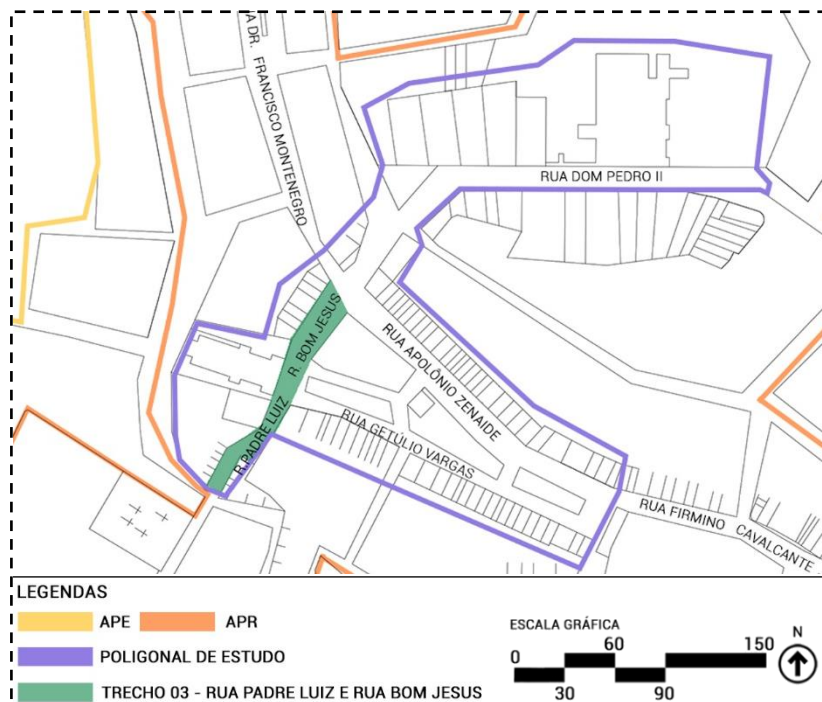


Fonte: Geórgia Ribeiro, 2019.

Alagoa Grande: um registro do seu patrimônio arquitetônico

3.2.3. TRECHO 03: RUA PADRE LUIZ E RUA BOM JESUS

Figura 68: Trecho 03: Rua Padre Luiz e Rua Bom Jesus.



Fonte: Prefeitura Municipal de Alagoa Grande. Edição Geórgia Ribeiro, 2019.

Dentre os trechos analisados o correspondente à Rua Padre Luiz e Rua Bom Jesus é o menor deles, tendo como edificação de maior destaque a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem. Por ter proporções menores, o mesmo foi subdividido em três subtrechos para efeito de estudo: J, L e M.

Apresentando um total de quinze imóveis, de acordo com os registros da Prefeitura Municipal de Alagoa Grande (PMAG), a

maioria corresponde ao uso residencial (Figura 68). O logradouro contempla uma mescla de edificações que apresentam implantação colonial (apenas com recuo posterior) e exemplares que possuem recuos laterais (estes adicionados recentemente). Apesar de ser um trecho pequeno, o mesmo contempla edifícios com linguagens arquitetônicas diversificadas, contendo um exemplar com características do período imperial, e as demais seguindo a corrente eclética (Figura 69).

De modo geral, o nível de descaracterização desse trecho é baixo quando analisado em sua totalidade. A edificação com maior nível de alterações é o imóvel de nº 12, que foi desmembrado para uso comercial. A edificação ainda conserva sua platibanda, que apesar de desgastada, evidencia a elaboração da edificação original (Figura 70). Nesse trecho há um edifício contemporâneo de térreo mais dois pavimentos com recuo frontal, destoando das características do entorno onde está inserido.

Figura 69: Imóveis S/N e nº 84 à Rua Padre Luiz.



Fonte: Geórgia Ribeiro, 2019.

Alagoa Grande: um registro do seu patrimônio arquitetônico

Figura 70: Imóvel nº 12 à Rua Bom Jesus.

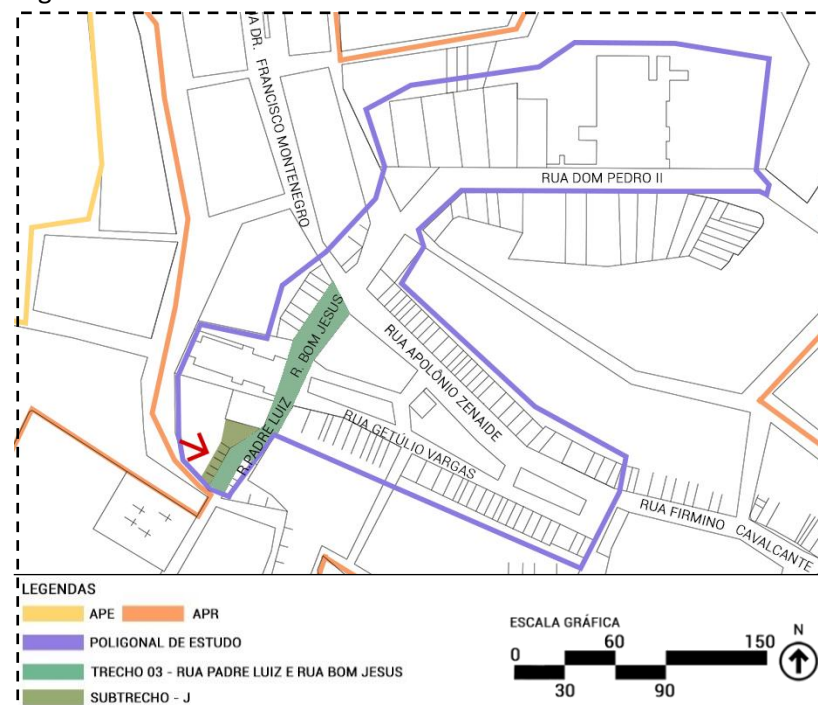


Fonte: Geórgia Ribeiro, 2019.

SUBTRECHO J

O subtrecho "J" possui seis imóveis, a maioria de uso residencial, dos quais três estão preservados e os demais descaracterizados (Figura 71 e 72). Dentre os imóveis, é importante ressaltar aqueles que estão integralmente conservados: o imóvel nº 104 que possui platibanda diferenciada, com traços orgânicos ordenados com motivos florais, e coroada com pináculos (Figura 73), e o imóvel nº 96, que apresenta cornija interrompida por arco ogival (Figura 74).

Figura 71: Subtrecho "J".



Fonte: Prefeitura Municipal de Alagoa Grande. Edição Geórgia Ribeiro, 2019.

Figura 72: Subtrecho "J" - Vista Geral.



Fonte: Geórgia Ribeiro, 2019.

Alagoa Grande: um registro do seu patrimônio arquitetônico

Figura 73: Imóvel nº 104 à Rua Padre Luiz.



Fonte: Geórgia Ribeiro, 2019.

Figura 74: Imóvel nº 96 à Rua Padre Luiz.



Fonte: Geórgia Ribeiro, 2019.

SUBTRECHO L

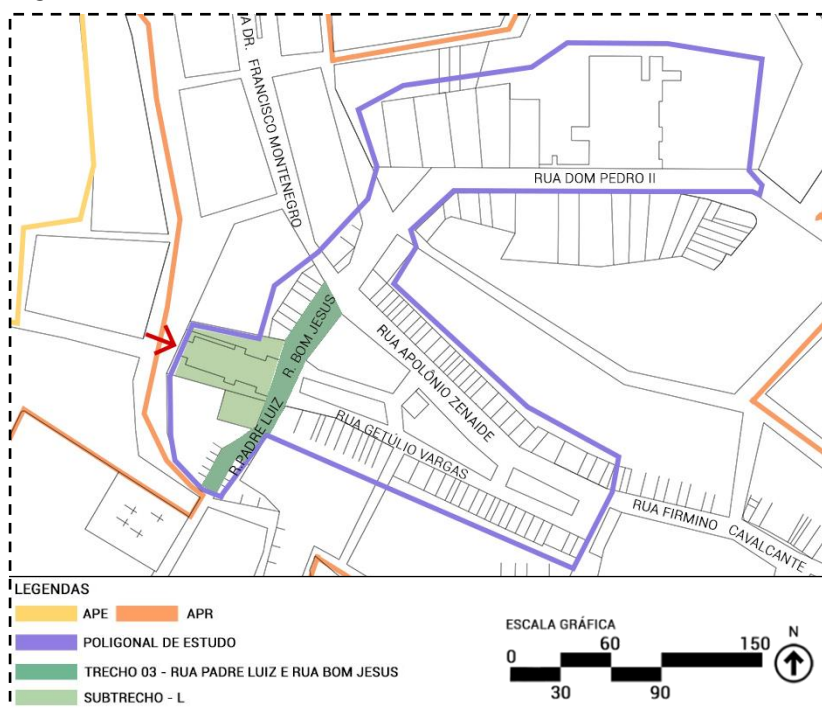
O subtrecho “L” contempla apenas dois imóveis, ambos preservados (Figuras 75 e 76). Apesar de pequeno, possui rico repertório; nele está localizado o imóvel nº 84, construído em 1860, apresentando recuo lateral esquerdo e fachada com traços neoclássicos (Figura 77). O imóvel contempla jogo de cornijas e aberturas em arco pleno. Outra edificação situada nesse subtrecho é Igreja Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem, datada de 1868, e plenamente preservada no tocante à sua forma arquitetônica conforme pode ser constatado no registro iconográfico apresentado no Apêndice (Ficha 11/11).

Figura 75: Subtrecho “L” – Vista Geral.



Fonte: Geórgia Ribeiro, 2019.

Figura 76: Subtrecho “L”.



Fonte: Prefeitura Municipal de Alagoa Grande. Edição Geórgia Ribeiro, 2019.

Figura 77: Imóvel nº 84 à Rua Padre Luiz.



Fonte: Geórgia Ribeiro, 2019.

Implantada em posição privilegiada no traçado urbano de Alagoa Grande, a Igreja de N. S. da Boa Viagem foi fundada em 1861 e finalizada sete anos depois. Com traços de um barroco tardio, sua fachada principal possui cinco portas no térreo e cinco janelas superiores, guarnecidas de peitoril de ferro (Figura 78). Seu frontão apresenta volutas e outros elementos decorativos, como pináculos, imagens de anjos e de Nossa Senhora da Boa Viagem, além de cruz no seu topo. Ainda compondo a frontaria do templo, há duas torres: à esquerda o campanário, e à direita a torre do relógio – vindo da Inglaterra no final da década de 1920, pelo alagoa-grandense Feliz de Araújo Guerra (IPHAEP, 2003, p. 24).

Figura 78: Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem.



Fonte: Geórgia Ribeiro, 2019.

A construção da igreja teve como principal responsável o frade carmelita Frei Alberto Santa Júlia Cabral, que também foi seu primeiro vigário, permanecendo até 1864. Segundo Freire

(2002, p. 170, v.2), o frade recebeu ordem do Bispo da Diocese de Olinda e Recife, Pernambuco, Dom João da Purificação Marques Perdigão, para que o mesmo organizasse a Paróquia.

Deve-se ao monge carmelita Frei Alberto Santa Júlia Cabral, cumprindo ordens emanadas do Bispado de Olinda, a criação da paróquia local, sob a invocação de Nossa Senhora da Boa Viagem, ocorrida a 1º de outubro de 1861, com a Lei nº 38. Aquêlo religioso permaneceu à frente dos destinos espirituais de sua circunscrição até o ano de 1864, quando foi substituído pelo Cônego Firmino Cavalcanti, a quem se deve, entre outros melhoramentos, a reforma da igreja Matriz e a construção das capelas de Nossa Senhora do Rosário e São José (ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, 1960, p. 173)

Segundo Freire (2002, p. 171, v. 1), antes da construção da igreja matriz, havia na cidade, uma “igrejinha” construída pelos escravos, denominada Igrejinha dos Rosários dos Pretos, que foi derrubada por uma enchente em 1819, restando apenas a imagem de Nossa Senhora do Rosário.

A imagem de Nossa Senhora da Boa Viagem, segundo o autor supracitado (2002, p. 171 v. 1), teria chegado à cidade em 1710, trazida pelo português Alferes Izidoro Pereira Jardim, “[...] Homem de extrema religiosidade, como provam os nomes dos filhos, que trouxe para aqui Nossa Senhora da Boa Viagem, sem dúvida ela, a Santa, um centro de atração e um fator dos primeiros progressos”. (MARIZ, 1949 apud FREIRE, 2002, p. 171, v.1).

Em 1911, a igreja passou por obras de intervenção realizadas por Pe. Sampaio, responsável pelo aumento e modernização do interior da edificação (Figura 79). Segundo a fonte previamente citada, foram acrescentados cinco metros na capela mor e as paredes que fechavam toda a nave foram abertas, utilizando colunas revestidas de “stuc-lustre pálido” (IPHAEP,2003, p. 24).

Figura 79: Nave central - Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem.



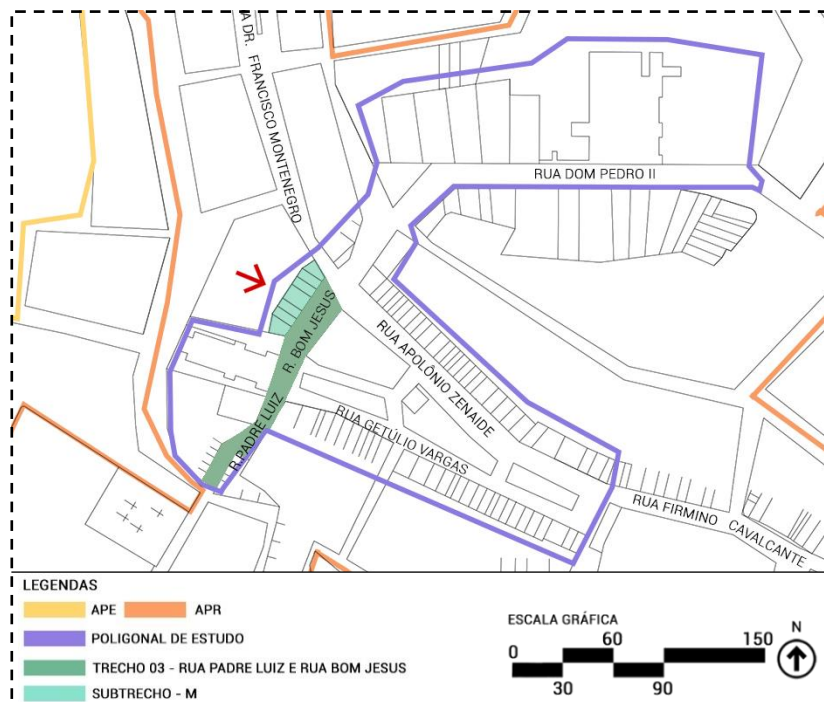
Fonte: Geórgia Ribeiro, 2019.

SUBTRECHO M

O subtrecho “M” contém sete imóveis de acordo com o as informações cedidas pela Prefeitura de Alagoa Grande (Figura 80). De maneira geral o subtrecho contempla edificações que apresentam linguagem eclética, e dos sete imóveis ali existentes três encontram-se preservados, um alterado e três descaracterizados, sendo um destes contemporâneo (Figura 81).

Os imóveis preservados inseridos neste subtrecho são o nº 46; nº 40 e nº 34. O conjunto caracteriza-se por apresentar linguagem eclética expressa através dos seus elementos arquitetônicos formais: cornijas, frisos e platibandas escalonadas, adornadas com balaústres e pináculos (Figura 82).

Figura 80: Subtrecho "M".



Fonte: Prefeitura Municipal de Alagoa Grande. Edição Geórgia Ribeiro, 2019.

Através da platibanda e das aberturas, nota-se que a edificação n.º 12 foi, além de alterada, desmembrada (Figura 83). Através do imóvel n.º 6 é possível se ter uma noção de como seria a fachada da edificação e respectivas aberturas. Pelo tamanho do imóvel, e quantidade de aberturas — pois o mesmo continua na

Rua Francisco Montenegro — é possível deduzir que o mesmo deveria ser uma grande casa de comércio.

Figura 81: Subtrecho "M" - Vista Geral.



Fonte: Geórgia Ribeiro, 2019.

Figura 82: Imóveis nº 46, nº 40 e nº 34 à Rua Bom Jesus.



Fonte: Geórgia Ribeiro, 2019.

Figura 83: Imóvel nº 6 à Rua Bom Jesus.

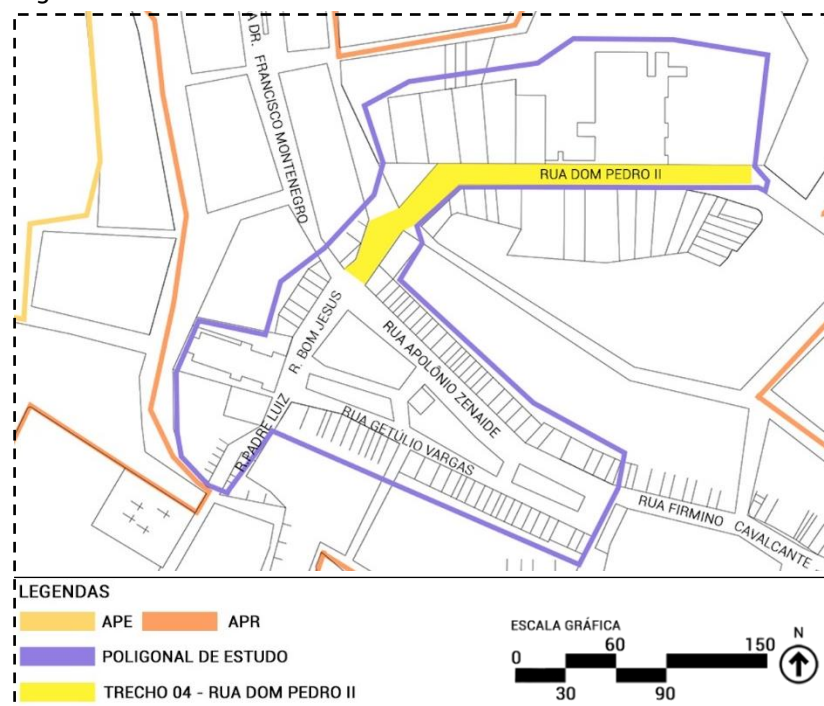


Fonte: Geórgia Ribeiro, 2019.

Alagoa Grande: um registro do seu patrimônio arquitetônico

3.2.4. TRECHO 04: RUA DOM PEDRO II

Figura 84: Trecho 04 - Rua Dom Pedro II.



Fonte: Prefeitura Municipal de Alagoa Grande. Edição Geórgia Ribeiro, 2019.

O quarto e último trecho analisado corresponde à Rua Dom Pedro II que, segundo a planta da Prefeitura, apresenta oito imóveis (Figura 84). Diferentemente da Rua Apolônio Zenaide, esse logradouro caracteriza-se por ser uma área residencial, porém contém duas edificações emblemáticas para a cidade de Alagoa Grande: o Teatro Santa Ignez e o Colégio Nossa Senhora do Rosário (Figura 85).

Figura 85: Vista da Rua Dom Pedro II.



Fonte: Geórgia Ribeiro, 2019.

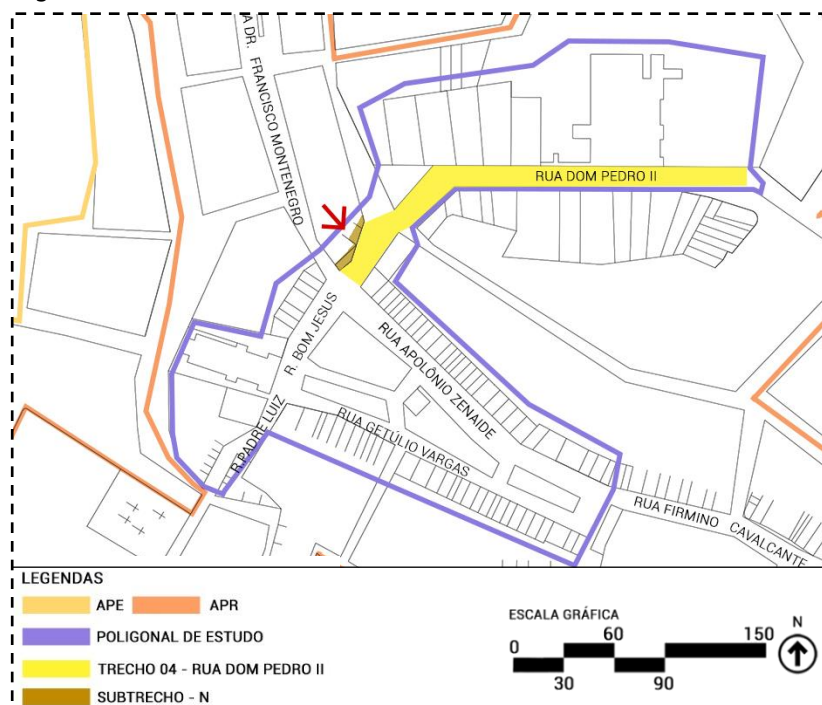
Dos dezenove lotes da Rua Dom Pedro II, apenas os nove da face Norte são aqui considerados. O trecho analisado possui grande parte de seus imóveis bem conservados, apenas a sede do Colégio de Nossa Senhora do Rosário que se encontra relativamente em mau estado de conservação.

Para melhor analisar as edificações do logradouro, bem como sua atual situação, o trecho foi dividido em quatro subtrechos denominados de N, O, P e Q.

SUBTRECHO N

O subtrecho em questão apresenta três imóveis (Figuras 86 e 87). A principal edificação, localizada na esquina das ruas Dom Pedro II e Francisco Montenegro, apesar de ter a fachada do pavimento térreo completamente alterada, apresenta relevância arquitetônica no pavimento superior, o qual é rico em ornamentação. Dentre os elementos que a compõe, nota-se balcões, frontão desenhado e aberturas em arco pleno inscritas em arco maior, destacando a diversidade própria da linguagem eclética (Figura 88).

Figura 86: Subtrecho "N".



Fonte: Prefeitura Municipal de Alagoa Grande. Edição Geórgia Ribeiro, 2019.

Figura 87: Imóvel s/n localizado na esquina das Ruas Dom Pedro II e Francisco Montenegro.



Fonte: Geórgia Ribeiro, 2019.

Figura 88: Detalhe do pavimento superior do imóvel.

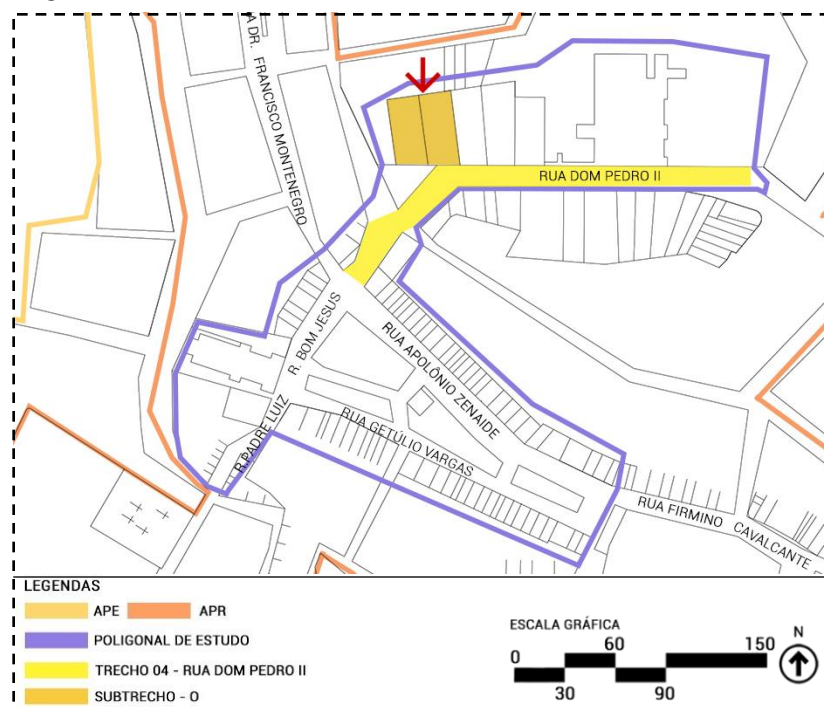


Fonte: Geórgia Ribeiro, 2019.

SUBTRECHO O

O subtrecho “O” apresenta dois imóveis, tendo como principal edificação o Teatro Santa Ignez, datado de 1905, que se encontra integralmente preservado (Figura 89 e 90). Além do teatro, o trecho contempla o imóvel nº 51, com características visivelmente neoclássicas. A citada residência, a exemplo das demais edificações constantes no Trecho 04, comprova a pujança econômica advinda da economia do algodão. Sua fachada possui frontão triangular e marcação feita por pilastras com capitéis de ordem dórica (Figura 91).

Figura 89: Subtrecho “O”.



Fonte: Prefeitura Municipal de Alagoa Grande. Edição Geórgia Ribeiro, 2019.

Figura 90: Subtrecho “O” - Vista Geral.



Fonte: Geórgia Ribeiro, 2019.

Figura 91: Imóvel nº51 à Rua Dom Pedro II.



Fonte: Geórgia Ribeiro, 2019.

Como já foi dito, o Teatro Santa Ignez é a edificação destaque deste subtrecho (Figura 92). A casa de espetáculos foi inaugurada em 2 de janeiro de 1905, sendo construída por

Alagoa Grande: um registro do seu patrimônio arquitetônico

iniciativa privada, através de recursos particulares e cooperação de amigos e familiares do então presidente do Conselho Municipal e chefe político de Alagoa Grande, Apolônio Zenaide Peregrino de Albuquerque Montenegro (Freire, 2002, p.218, v.1).

Segundo uma reportagem veiculada no jornal A União, em 1977, (apud FREIRE, 2002 p. 214, v.1), a casa de espetáculos " tornou-se símbolo de urbanismo que admitia requintadas reuniões em que a elite local tocava piano, bandolim e violão, instrumento musicais preferidos à época."

A construção foi iniciada em 24 de novembro de 1902, e acredita-se que o autor do projeto tenha sido o engenheiro civil alemão Victor Kromenacker, nascido na Alemanha e responsável por outros projetos significativos na região do Brejo paraibano (FREIRE, 2002, p. 218).

Entretanto, o responsável pelo "embelezamento" arquitetônico da fachada foi o mestre de obra Filadélfio da Silva, alagoa-grandense encarregado da criação da maioria das fachadas dos casarões da cidade e zona rural entre o final do século XIX e início do século XX (Freire, 2002 p.219, v.1). Apesar de ser tardio, o neoclassicismo do edifício é premiado pela simetria das aberturas em arco pleno, e pelo frontão grego que arremata sua fachada principal (Figura 93).

Apesar de ser um símbolo de cultura e prosperidade do município, o Teatro foi fechado em 1972, devido a transferência para Campina Grande do juiz Amaury Ribeiro, o grande incentivador das artes cênicas na cidade. O fechamento ocasionou a deterioração do monumento, que passou por várias obras de manutenção até 1999, quando foi reinaugurado.

Figura 92: Teatro Santa Ignez - Rua Dom Pedro II.



Fonte: Geórgia Ribeiro, 2019.

Figura 93: Teatro Santa Ignez - Rua Dom Pedro II.

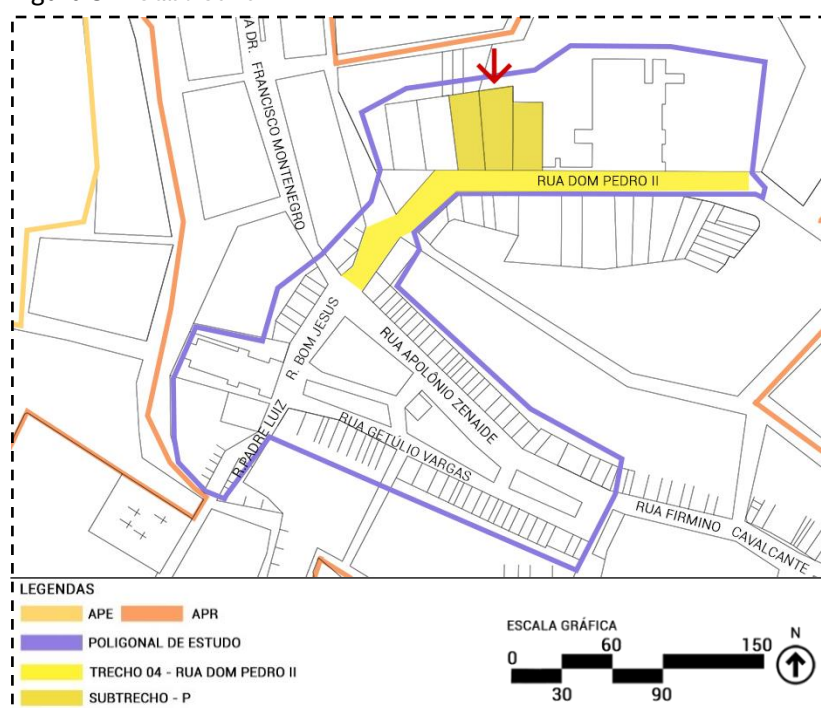


Fonte: Geórgia Ribeiro, 2019.

SUBTRECHO P

Apesar de pequeno em extensão, o subtrecho analisado contempla três edificações, todas integralmente preservadas e de uso residencial, datadas da década de 1920 (Figura 94 e 95). Nesse trecho é possível notar a modernização na forma de ocupação do lote urbano, que a partir de então passava a ter recuos laterais e a possuir jardins (Figura 96).

Figura 94: Subtrecho "P".



Fonte: Prefeitura Municipal de Alagoa Grande. Edição Geórgia Ribeiro, 2019.

Figura 95: Subtrecho "P" - Vista Geral.



Fonte: Geórgia Ribeiro, 2019.

Figura 96: Imóveis nº 67, nº85 e nº 103 à Rua Dom Pedro II.



Fonte: Geórgia Ribeiro, 2019.

Dentre as três edificações destaca-se o imóvel nº 103 — a Villa Bela Vista — construída em 1920 pelo pernambucano Manuel Caldas de Gusmão (FREIRE, 2002, v. 2). Apresentando linguagem eclética, a edificação se configura fora dos padrões coloniais de

implantação com quatro recuos, apresentando alpendres laterais, bem como jardins no seu entorno. Em sua fachada principal é possível notar balcões com balaustradas, e elementos como cornija e platibanda adornada com motivos florais em relevo, além de pináculos (Figuras 97).

Figura 97: Imóvel Villa Bela Vista nº 103 à Rua Dom Pedro II.

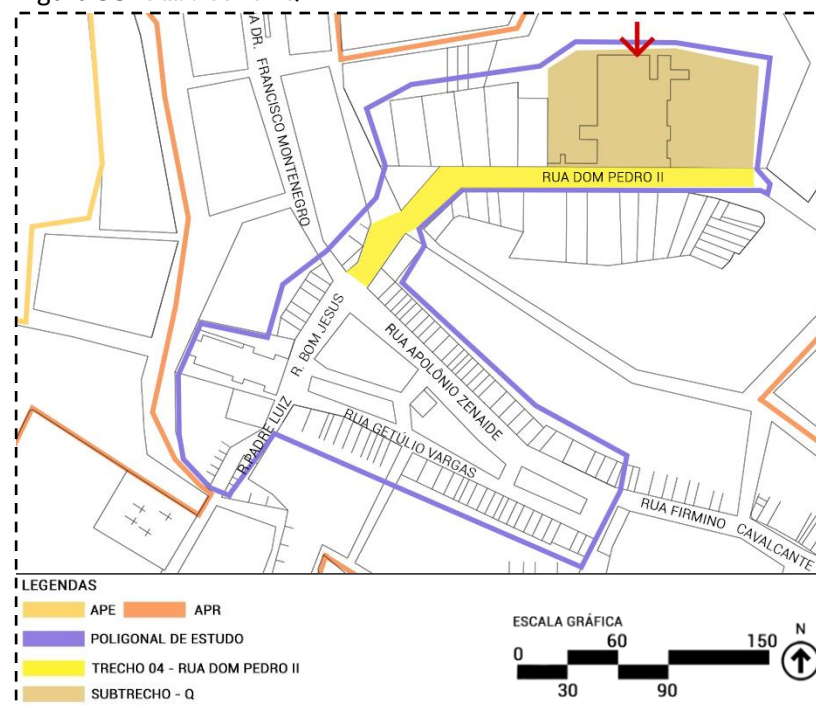


Fonte: Geórgia Ribeiro, 2019.

SUBTRECHO Q

O último subtrecho analisado contempla uma única edificação, o Colégio de Nossa Senhora do Rosário, datado de 1919 (Figura 98). Com características ecléticas, é visível a presença do neogótico na capela central do Colégio, além de elementos formais clássicos nos demais blocos da escola.

Figura 98: Subtrecho “Q”.



Fonte: Prefeitura Municipal de Alagoa Grande. Edição Geórgia Ribeiro, 2019.

Inaugurado em 1919, o Colégio de N. S. do Rosário possui linguagem eclética, apresentando elementos que remetem ao neoclássico e ao neogótico, a exemplo dos arcos romanos em sua fachada principal e arcos ogivais na fachada frontal da capela central, respectivamente (Figuras 99 e 100). A casa de oração funciona como eixo de simetria para o conjunto edificado, sendo sua construção planejada desde o início do projeto.

Freire (p.180, 2002, v.2) afirma que parte da edificação foi erigida no terreno destinado à construção da Cadeia Pública, entretanto as obras da mesma foram interrompidas para que o colégio pudesse ser construído. O restante do terreno utilizado para a

construção foi doado pelo Coronel Eufrásio de Arruda Câmara. O projeto do Colégio foi desenvolvido pelo Pe. Firmino Cavalcanti, arquiteto e engenheiro da obra, e também encarregado das instalações hidráulicas em 1919, e elétricas a partir de 1920.

Durante os anos que passou funcionando, esteve sempre entre os três melhores educandários do Estado da Paraíba. Na instituição havia escola de música e curso de piano, além de aulas de Latim, Inglês e Francês (FREIRE, 2002, p. 35), o que confirma o caráter diferenciado e de requinte da educação ali oferecida. Em 1948 a escola possuía cerca de 120 alunas.

Ao longo do tempo, a edificação teve perdas, porém nada substantivo que inviabilize a reconstituição de suas características originais, sobretudo no âmbito das fachadas, que são os verdadeiros indicadores a partir dos quais são identificadas as linguagens abordadas no presente trabalho.

Figura 99: Colégio Nossa Senhora do Rosário à Rua Dom Pedro II.



Fonte: Geórgia Ribeiro, 2019.

Figura 100: Capela central do Colégio de N. S. do Rosário.



Fonte: Geórgia Ribeiro, 2019.

Figura 101: Colégio Nossa Senhora do Rosário à Rua Dom Pedro II.



Fonte: Geórgia Ribeiro, 2019.

3.3. O “ESTADO DA ARTE” DA POLIGONAL ESTUDADA

A partir do levantamento fotográfico realizado na poligonal definida para estudo, e da análise detalhada da forma arquitetônica dos imóveis constantes nos quatro trechos propostos para investigação, os quais, por questões logísticas, foram organizados segundo dezessete subtrechos, pôde-se obter um panorama geral do nível de preservação em que se encontra o Centro Histórico de Alagoa Grande.

Considerando a classificação adotada neste trabalho, a qual preconiza basicamente três níveis de preservação para os imóveis de valor histórico e arquitetônico — imóveis preservados (Tipo 1), imóveis ligeiramente alterados com possibilidade de restauração (Tipo 2), e imóveis totalmente descaracterizados (Tipo 3) — foi construído um quadro síntese, que, ao indicar o “estado da arte” do patrimônio arquitetônico do núcleo central do centro histórico em questão, sugere a situação geral do perímetro definido pelo IPHAEP (Figura 102).

Aplicando percentuais ao quadro síntese, obtém-se que 28,2% do patrimônio arquitetônico se mantém preservado, 24,7 % apresenta alterações que podem ser revertidas através do restauro, e 44,7 % das edificações estão totalmente alteradas, com perdas irreparáveis, sem possibilidade de reversão. Esse resultado sinaliza para uma ação mais efetiva do IPHAEP no tocante à fiscalização, pois apesar do “Disque denúncia” vinculado ao órgão patrimonial, há dificuldades logísticas para uma autuação ou embargo de obra não reconhecida ou aprovada pela instituição preservacionista, dada a distância do

órgão em relação à Alagoa Grande, e seu número reduzido de técnicos encarregados para tal fim.

Figura 102: Quadro Síntese.

| CENTRO HISTÓRICO DE ALAGOA GRANDE: RECORTE ESTUDADO | | | | | | |
|---|------------------------------|------------|--------------------------------|----------------------|-----------------------|--------------------|
| DISCRIMINAÇÃO | | | NÍVEL DE PRESERVAÇÃO DO IMÓVEL | | | |
| TRECHO | RUA APOLÔNIO ZENAIDE | SUBTRECHOS | Nº IMÓVEIS | PRESERVADO TIPO 1 | P/ RESTAURO TIPO 2 | ALTERADO TIPO 3 |
| 01 | | A | 7 | 1 | 4 | 2 |
| | | B | 10 | 0 | 1 | 9 |
| | | B1 | 1 | 1 | 0 | 0 |
| | | C | 6 | 0 | 1 | 5 |
| | | D | 6 | 0 | 2 | 4 |
| SUBTOTAL | | 30 | 2 | 8 | 20 | |
| TRECHO | RUA GETÚLIO VARGAS | E | 7 | 1 | 4 | 2 |
| 02 | | F | 6 | 1 | 2 | 3 |
| | | G | 6 | 1 | 4 | 1 |
| | | H | 5 | 1 | 0 | 4 |
| | | I | 6 | 5 | 1 | 0 |
| | | SUBTOTAL | | 30 | 9 | 11 |
| TRECHO | R. PADRE LUIZ + R. BOM JESUS | J | 6 | 3 | 0 | 3 |
| 03 | | L | 2 | 2 | 0 | 0 |
| | | M | 7 | 3 | 1 | 3 |
| | | SUBTOTAL | | 15 | 8 | 1 |
| TRECHO | RUA DOM PEDRO II | N | 3 | 0 | 1 | 2 |
| 04 | | O | 2 | 2 | 0 | 0 |
| | | P | 3 | 3 | 0 | 0 |
| | | Q | 1 | 0 | 1 | 0 |
| | | SUBTOTAL | | 9 | 5 | 2 |
| TOTAL | | 84 | 24 | 22 | 38 | |

Fonte: Geórgia Ribeiro, 2019.

Não obstante, o quadro de preservação não é tão negativo, visto que, se forem impostas ações de restauração àqueles imóveis com poucas alterações, o patrimônio preservado totalizaria 52,9 %, sendo ligeiramente maior que o estoque deteriorado. Ainda

Alagoa Grande: um registro do seu patrimônio arquitetônico

assim, ter apenas metade do acervo preservado não é uma situação ideal, sobretudo quando se trata de um centro histórico tombado que, em tese, deveria estar totalmente conservado, pelo menos no tocante à situação em que se encontrava no ato de tombamento.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alagoa Grande: um registro do seu patrimônio arquitetônico

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi exposto no presente trabalho, algumas evidências devem ser ressaltadas. A primeira delas consiste no papel preponderante do fator econômico como propulsor de uma evolução urbana onde a arquitetura é protagonista-chave. Alagoa Grande é palco desse cenário na medida em que, no auge da produção do algodão, e da infraestrutura ferroviária que incluiu o município na rede produtiva do Nordeste, teve sua sede urbana animada por arquiteturas que à época, imprimiam o tom do desenvolvimento e da modernidade – o ecletismo, e, em menor escala o neoclássico e o *Art Déco*.

Outro ponto a ser considerado diz respeito a esse patrimônio arquitetônico ali identificado, o qual, tendo seu período áureo entre o final do século XIX e primeira metade do século XX, passou a ser alterado, descaracterizado, ou mesmo mutilado, devido ao desconhecimento por parte da população acerca seu valor enquanto história e memória. Oportunamente, é importante lembrar que essa descaracterização se refere às fachadas e à volumetria geral das edificações que compõem o Centro Histórico de Alagoa Grande, especificamente aquelas que integram o recorte espacial considerado neste trabalho. A configuração espacial desses imóveis, apesar de ser um importante indicador de arquitetura, devido às implicações logísticas e de tempo que envolvem um trabalho de conclusão de curso, não pôde ser contemplada. O estudo se limitou à avaliação do grau de preservação dos imóveis segundo os três níveis reiteradamente citados ao longo do trabalho, no tocante ao papel que exercem como protagonistas de um cenário urbano construído à época do fausto econômico do município.

Nesse sentido, se faz necessário apontar também que, apesar da iniciativa do órgão municipal de preservação em delimitar e tomba o centro histórico da cidade, as ameaças contra o referido patrimônio de certa forma ainda perduram, haja vista as intervenções executadas fora das normas de preservação do IPHAEP, que, ao alterarem as linhas arquitetônicas dos imóveis ali existentes no tocante às suas frontarias – tratadas como superfícies parietais que delimitam os eixos viários – desfiguram o cenário real, e geral, da urbe, e por conseguinte, sua memória.

Por fim, é importante lembrar que as limitações impostas ao presente trabalho, principalmente no que toca à área analisada do Centro Histórico de Alagoa Grande o qual, de acordo com a poligonal definida pelo IPHAEP, abrange uma área envoltória bem maior, de forma alguma comprometem a sua pertinência e relevância. Pelo contrário, os resultados são nítidos acenos para a oportunidade de futuras incursões que possam contemplar o estudo da totalidade do sítio tombado, a análise da configuração espacial dos imóveis preservados, e a avaliação da ação dos agentes externos que insistem em intervir em patrimônio tão valioso, atentando contra sua permanência e sua integridade.



REFERÊNCIAS

Alagoa Grande: um registro do seu patrimônio arquitetônico

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. **Revista da Faculdade de Letras**. Geografia I série, Vol. XIV, Porto, 1998, pp. 77-97. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1609.pdf>> Acesso em: 18 Dez.2018.

ALMEIDA, A. A. **Brejo de Areia**: Memórias de um Município. Rio de Janeiro: MEC, 1957.

AZEVEDO, M.H.; MOURA, B.F.; GONÇALVES, I. R. M. H. Higienismo e Ecletismo: as casas da modernização urbana do início do século XX. In: MOURA FILHA, Maria Berthilde; COTRIM, Márcio; CAVALCANTI FILHO, Ivan. **Entre o rio e o mar**: arquitetura residencial na cidade de João Pessoa. João Pessoa: Editora Universitária da Ufpb, 2016. .

BAYER, Patricia. **Art Deco Architecture**. Londres: Thames e Hudson, 2001.

BRANDI, C. **Teoria do Restauro**. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl. Cotia: Ateliê Editorial, Coleção Artes & Ofícios, 2004.

BONAMETTI, João Henrique. A Arquitetura Eclética e a Modernização da Paisagem Urbana Brasileira. **Revista Científica/FAP**, [S.l.], dez. 2007. ISSN 1980-5071. Disponível em: <<http://periodicos.unespar.edu.br/index.php/revistacientifica/article/view/1741/1086>>. Acesso em: 16 Dez. 2018.

CAJU, Náhya Maria Lyra, CAVALCANTI FILHO, Ivan. **O Patrimônio arquitetônico Areia**: um inventário. João Pessoa: Idéia, 2005.

CARNEIRO, Marília Dalva Magalhães. Casas Ecléticas em Belo Horizonte: Uma ironia romântica. **VARIA HISTÓRIA**. Belo Horizonte, nº 18, Set/97, p.125-134.

CAVALCANTI FILHO, Ivan; MOURA, José Eduardo de. **O patrimônio ambiental urbano Areia**. João Pessoa: Idéia, 2003.

CIAM — CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUITETURA MODERNA. **Carta de Atenas**. Atenas, out. 1933.

Colóquio sobre a preservação dos centros históricos sobre a preservação dos centros históricos diante do crescimento das cidades contemporâneas. Quito, UNESCO/PNUD, Casa de la Cultura Ecuatoriana, 1977.

CONFERÊNCIA GERAL DA UNESCO. 19ª Sessão. **Recomendação de Nairóbi**. Nairóbi, nov. 1976.

DEL BRENNA, Giovanna Rosso Del. Ecletismo no Rio de Janeiro (Séc. XIX-XX). In: FABRIS, Annateresa (org). **Ecletismo na Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Nobel: Edusp, 1987.

FREIRE, José Avelar. **Alagoa Grande**: sua história. João Pessoa: Idéia, 1998. .

_____. **Alagoa Grande, sua história de 1625 a 2000**. v.1. João Pessoa: A União, 2002.

_____. **Alagoa Grande, sua história de 1625 a 2000**. v.2. João Pessoa: A União, 2002.

GOVERNO DA PARAÍBA. Secretaria de Comunicação Institucional. **Iphaep celebra acordo de Cooperação Técnica com Prefeituras**. 2017. Disponível em: <<http://paraiba.pb.gov.br/iphaep-celebra-acordo-de-cooperacao-tecnica-com-prefeituras/>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

_____. Secretaria de Comunicação Institucional. **Municípios com Centros Históricos Tombados**. 2018. Disponível em: <<http://paraiba.pb.gov.br/iphaep/municipios-com-centros-historicos-tombados/>>. Acesso em: 16 ago. 2018.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades. **Alagoa Grande-PB**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/alagoa-grande/historico>>. Acesso em: 25 out. 2018.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Alagoa Grande, PB. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. XVII Vol. Rio de Janeiro: IBGE, 1960. p. 173-177.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Alagoa Grande, Paraíba: Edição Comemorativa do 1º Centenário do Município. **Coleção de Monografias**, Alagoa Grande, v. 276, p.1-12, 19 out. 1964.

IPHAEP. **Análise e Considerações Sobre o Processo de Tombamento da Delimitação do Centro Histórico Inicial do Município de Alagoa Grande**. Acervo do IPHAEP, 2003.

_____. **Tombamento da Cidade de Alagoa Grande como Patrimônio Histórico-Cultural do Estado da Paraíba**. Requerimento Nº1704/2003. Acervo do IPHAEP, 2003.

JONES, Anthony. **Charles Rennie Mackintosh**. London: Studio Editions, 1990.

LE MOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. 5. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MARIZ, Celso. **Evolução econômica da Paraíba**. João Pessoa: A União, 1939.

MEDEIROS, Haendel Lopes Virgulino de. O ecletismo na Arquitetura Princesense: Um catálogo do patrimônio.

Graduação em Arquitetura e Urbanismo – UFPB. João Pessoa, 2017.

MEMÓRIA JOÃO PESSOA. Acervo Patrimonial: **Teatro Santa Roza**. Disponível em: <<http://memoriajoaopessoa.com.br/acervopatrimonial/23.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes. Processo de ocupação do espaço agrário paraibano. João Pessoa: UFPB/ NDIHR, 1990. Disponível em: <http://www.ndihr.ufpb.br/programa/processo_de_ocupacao.html>. Acesso em: 29 jan. 2019.

MOURA FILHA, Maria Berthilde. **O Cenário da vida urbana**: a definição de um projeto estético para as cidades brasileiras na virada do século XIX/XX. João Pessoa: Universitária, 2000.

PATETTA, Luciano. Considerações sobre o Ecletismo na Europa. In FABRIS, Annateresa (Org.). **O Ecletismo na Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Nobel- Edusp, 1987. p.16.

PEDONE, Jaqueline Viel Caberlon. O espírito eclético na arquitetura. Dissertação de Mestrado (Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

PEREIRA, Margareth da Silva. **Os correios e telégrafos no Brasil**: Um patrimônio histórico e arquitetônico. Brasília, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, 1999.

QUEIRÓS, Filipa. **Reabilitação de Centros Históricos**. 2007. 32 f. TCC (Graduação) - Curso de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra, Pt, 2007. Disponível em: <http://www4.fe.uc.pt/fontes/trabalhos/2007007.pdf> > Acesso em: 13 Dez. 2018.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. 13ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

ROLF, Toman. **Neoclassicismo y romanticismo**. Barcelona: Ullmann & Könnemann, 2006.

SCHETTINO, Patrícia Thomé. JUNQUEIRA et al. IDENTIFICAÇÃO E RECONHECIMENTO DA PRODUÇÃO ECLÉTICA EM OURO PRETO: UM PRIMEIRO ESTUDO NAS REGIÕES DA BARRA E PILAR. In: **Anais do Simpósio Científico 2017 - ICOMOS BRASIL**. Anais...Belo Horizonte (MG) Instituto Metodista Izabela Hendrix, 2018. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/eventosicomos/60291-Identificacao-e-Reconhecimento-da-Producao-Ecletica-em-Ouro-Preto--mm-Primeiro-Estudo-nas-Regioes-da-Barra-e-Pilar>>. Acesso em: 23 de mar. de 2019.

SILVA, R. de O. Uma instituição escolar católica em Alagoa Grande: as Irmãs Dorotéias e o Colégio Nossa Senhora do Rosário (1917 – 1919). 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2014.

TARGINO, Itapuan Bôto. **Patrimônio Histórico da Paraíba 2000-2002**. João Pessoa: Ideia, 2003.

WEBER, Eva. **Art deco**. 2ª ed. North Dighton: JG Press, 1989.



APÊNDICE

FICHA 01/11 CASARÃO - RUA APOLÔNIO ZENAIDE | ANO: 1910

MAPA DE LOCALIZAÇÃO



TIPO DE LOTE

☒ ESQUINA ☐ GAVETA ☐ MAIS DE UM LOTE ☐ QUADRA INTEIRA

IMPLANTAÇÃO NO LOTE

☒ FRONTAL ☒ COM LAT. DIR. ☒ COM LAT. ESQ. ☐ SEM RECUO

USO ATUAL

☐ COMÉRCIO ☐ INSTITUCIONAL ☐ SERVIÇOS ☒ RESIDENCIAL

TIPOLOGIA ORIGINAL

☐ RELIGIOSA ☐ CIVIL PÚBLICA ☐ INSTITUCIONAL ☒ CIVIL PRIVADA

ELEMENTOS DE COMPOSIÇÃO DE FACHADA

☐ CERCADURA ☐ BANDEIRA ☐ BALCÃO ☐ ÓCULO
☒ VERGA RETA ☒ PLATIBANDA ☒ BALAUSTRADA ☐ SETEIRA
☐ V. EM ARCO PLENO ☐ FRONTÃO ☐ CACHORRO ☐ MARQUISE
☐ V. EM ARCO OGIVAL ☒ CORNIJA ☐ VOLUTA
☐ V. EM ARCO ABATIDO ☒ FRISO ☒ PINÁCULO

COMENTÁRIOS / DETALHES

DETALHE 01:
PLATIBANDA.
FONTE: GEÓRGIA
RIBEIRO, 2018



DETALHE 02:
BALAUSTRADA
NA FACHADA
FRONTAL.
FONTE: GEÓRGIA
RIBEIRO, 2018



FONTE: GEÓRGIA RIBEIRO, 2019 / BASEADA EM MODELO APLICADO POR MEDEIROS (2017)

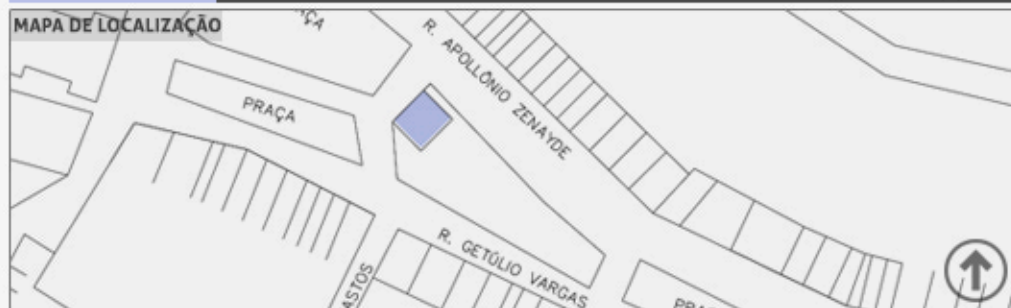


IMAGEM DE REFERÊNCIA. FONTE: ACERVO WILTON CARVALHO



IMAGEM ATUAL. FONTE: GEÓRGIA RIBEIRO, 2018

FICHA 02/11 CORREIOS E TELÉGRAFOS - R APOLÔNIO ZENAIDE| ANO: 1936



TIPO DE LOTE

☐ ESQUINA ☐ GAVETA ☐ MAIS DE UM LOTE ☐ QUADRA INTEIRA

IMPLANTAÇÃO NO LOTE

☐ FRONTAL ☐ COM LAT. DIR. ☐ COM LAT. ESQ. ☒ SEM RECUO

USO ATUAL

☐ COMÉRCIO ☒ INSTITUCIONAL ☐ SERVIÇOS ☐ RESIDENCIAL

TIPOLOGIA ORIGINAL

☐ RELIGIOSA ☐ CIVIL PÚBLICA ☒ INSTITUCIONAL ☐ CIVIL PRIVADA

ELEMENTOS DE COMPOSIÇÃO DE FACHADA

☐ CERCADURA ☐ BANDEIRA ☐ BALCÃO ☐ ÓCULO
☒ VERGA RETA ☒ PLATIBANDA ☐ BALAUSTRÉ ☐ SETEIRA
☐ V. EM ARCO PLENO ☐ FRONTÃO ☐ CACHORRO ☒ MARQUISE
☐ V. EM ARCO OGIVAL ☐ CORNIJA ☐ VOLUTA
☐ V. EM ARCO ABATIDO ☐ FRISO ☒ PINÁCULO

COMENTÁRIOS / DETALHES

DETALHE 01: DETALHE DA FACHADA FRONTAL. FONTE: GOOGLE/ IREI ALTERAR



FONTE: GEORGIA RIBEIRO, 2019 / BASEADA EM MODELO APLICADO POR MEDEIROS (2017)



IMAGEM DE REFERÊNCIA FONTE: WILTON CARVALHO



IMAGEM ATUAL. FONTE: GEÓRGIA RIBEIRO, 2018

FICHA 03/11 IMÓVEL Nº 755- R. APOLÔNIO ZENAIDE| ANO: S/D

MAPA DE LOCALIZAÇÃO



TIPO DE LOTE

☐ ESQUINA ☒ GAVETA ☐ MAIS DE UM LOTE ☐ QUADRA INTEIRA

IMPLANTAÇÃO NO LOTE

☐ FRONTAL ☐ COM LAT. DIR. ☐ COM LAT. ESQ. ☒ SEM RECUO

USO ATUAL

☒ COMÉRCIO ☐ INSTITUCIONAL ☐ SERVIÇOS ☐ RESIDENCIAL

TIPOLOGIA ORIGINAL

☐ RELIGIOSA ☐ CIVIL PÚBLICA ☐ INSTITUCIONAL ☒ CIVIL PRIVADA

ELEMENTOS DE COMPOSIÇÃO DE FACHADA

☒ CERCADURA ☐ BANDEIRA ☐ BALCÃO ☐ ÓCULO
☐ VERGA RETA ☒ PLATIBANDA ☐ BALAUSTRÉ ☐ SETEIRA
☐ V. EM ARCO PLENO ☐ FRONTÃO ☐ CACHORRO ☐ MARQUISE
☐ V. EM ARCO OGIVAL ☐ CORNIJA ☐ VOLUTA
☒ V. EM ARCO ABATIDO ☐ FRISO ☐ PINÁCULO

COMENTÁRIOS / DETALHES



IMAGEM DE REFERÊNCIA. FONTE: WILTON CARVALHO



IMAGEM ATUAL. FONTE: GEÓRGIA RIBEIRO, 2018

FICHA 04/11 IMÓVEL Nº 773- R. APOLÔNIO ZENAIDE| ANO: S/D

MAPA DE LOCALIZAÇÃO



TIPO DE LOTE

☐ ESQUINA ☒ GAVETA ☐ MAIS DE UM LOTE ☐ QUADRA INTEIRA

IMPLANTAÇÃO NO LOTE

☐ FRONTAL ☐ COM LAT. DIR. ☐ COM LAT. ESQ. ☒ SEM RECUO

USO ATUAL

☒ COMÉRCIO ☐ INSTITUCIONAL ☐ SERVIÇOS ☐ RESIDENCIAL

TIPOLOGIA ORIGINAL

☐ RELIGIOSA ☐ CIVIL PÚBLICA ☐ INSTITUCIONAL ☒ CIVIL PRIVADA

ELEMENTOS DE COMPOSIÇÃO DE FACHADA

☒ CERCADURA ☒ BANDEIRA ☐ BALCÃO ☐ ÓCULO
☒ VERGA RETA ☒ PLATIBANDA ☐ BALAUSTRÉ ☐ SETEIRA
☐ V. EM ARCO PLENO ☐ FRONTÃO ☐ CACHORRO ☐ MARQUISE
☐ V. EM ARCO OGIVAL ☒ CORNIJA ☐ VOLUTA
☐ V. EM ARCO ABATIDO ☒ FRISO ☐ PINÁCULO

COMENTÁRIOS / DETALHES

DETALHE 01: DETALHE PLATIBANDA COROADA COM PINÁCULOS ADORNADA COM COLUNAS GREGAS E ELEMENTOS FLORAIS. FONTE: GEÓRGIA RIBEIRO, 2018



FONTE: GEÓRGIA RIBEIRO, 2019/ BASEADA EM MODELO APLICADO POR MEDEIROS (2017)

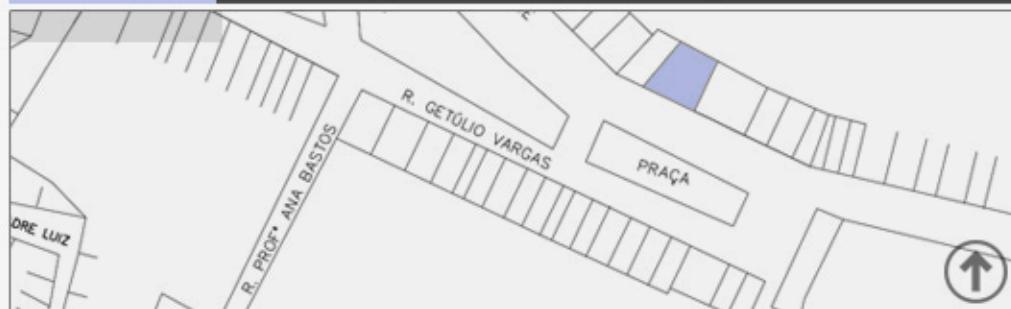


IMAGEM DE REFERÊNCIA. FONTE: FREIRE, 2002



IMAGEM ATUAL. FONTE: GEÓRGIA RIBEIRO, 2018

FICHA 05/11 IMÓVEL Nº 779- R. APOLÔNIO ZENAIDE| ANO:



TIPO DE LOTE

☐ ESQUINA ☒ GAVETA ☐ MAIS DE UM LOTE ☐ QUADRA INTEIRA

IMPLANTAÇÃO NO LOTE

☐ FRONTAL ☐ COM LAT. DIR. ☐ COM LAT. ESQ. ☒ SEM RECUO

USO ATUAL

☒ COMÉRCIO ☐ INSTITUCIONAL ☐ SERVIÇOS ☐ RESIDENCIAL

TIPOLOGIA ORIGINAL

☐ RELIGIOSA ☐ CIVIL PÚBLICA ☐ INSTITUCIONAL ☒ CIVIL PRIVADA

ELEMENTOS DE COMPOSIÇÃO DE FACHADA

☒ CERCADURA ☒ BANDEIRA ☐ BALCÃO ☐ ÓCULO
☒ VERGA RETA ☒ PLATIBANDA ☐ BALAUSTRÉ ☐ SETEIRA
☐ V. EM ARCO PLENO ☐ FRONTÃO ☐ CACHORRO ☐ MARQUISE
☐ V. EM ARCO OGIVAL ☒ CORNIJA ☐ VOLUTA
☐ V. EM ARCO ABATIDO ☒ FRISO ☐ PINÁCULO

COMENTÁRIOS / DETALHES

DETALHE 01: DETALHE DAS ESQUADRIAS NA FACHADA FRONTAL.
 FONTE: GEÓRGIA RIBEIRO, 2018



FONTE: GEÓRGIA RIBEIRO, 2019 / BASEADA EM MODELO APLICADO POR MEDEIROS (2017)



IMAGEM DE REFERÊNCIA. FONTE: FREIRE, 2002



IMAGEM ATUAL. FONTE: GEÓRGIA RIBEIRO, 2018

FICHA 06/11 IMÓVEL Nº 768- R. GETÚLIO VARGAS| ANO: S/D



TIPO DE LOTE

☐ ESQUINA ☒ GAVETA ☐ MAIS DE UM LOTE ☐ QUADRA INTEIRA

IMPLANTAÇÃO NO LOTE

☐ FRONTAL ☐ COM LAT. DIR. ☐ COM LAT. ESQ. ☒ SEM RECUO

USO ATUAL

☐ COMÉRCIO ☐ INSTITUCIONAL ☒ SERVIÇOS ☐ RESIDENCIAL

TIPOLOGIA ORIGINAL

☐ RELIGIOSA ☐ CIVIL PÚBLICA ☐ INSTITUCIONAL ☒ CIVIL PRIVADA

ELEMENTOS DE COMPOSIÇÃO DE FACHADA

☒ CERCADURA ☐ BANDEIRA ☐ BALCÃO ☐ ÓCULO
☒ VERGA RETA ☒ PLATIBANDA ☐ BALAUSTRÉ ☐ SETEIRA
☐ V. EM ARCO PLENO ☐ FRONTÃO ☐ CACHORRO ☐ MARQUISE
☐ V. EM ARCO OGIVAL ☒ CORNIJA ☐ VOLUTA
☐ V. EM ARCO ABATIDO ☒ FRISO ☒ PINÁCULO

COMENTÁRIOS / DETALHES

DETALHE 01: DETALHE DA PLATIBANDA ORNAMENTADA COM DESENHOS GEOMÉTRICOS E COROADA COM PINÁCULOS.
 FONTE: GEÓRGIA RIBEIRO, 2018



FONTE: GEÓRGIA RIBEIRO, 2019 / BASEADA EM MODELO APLICADO POR MEDEIROS (2017)

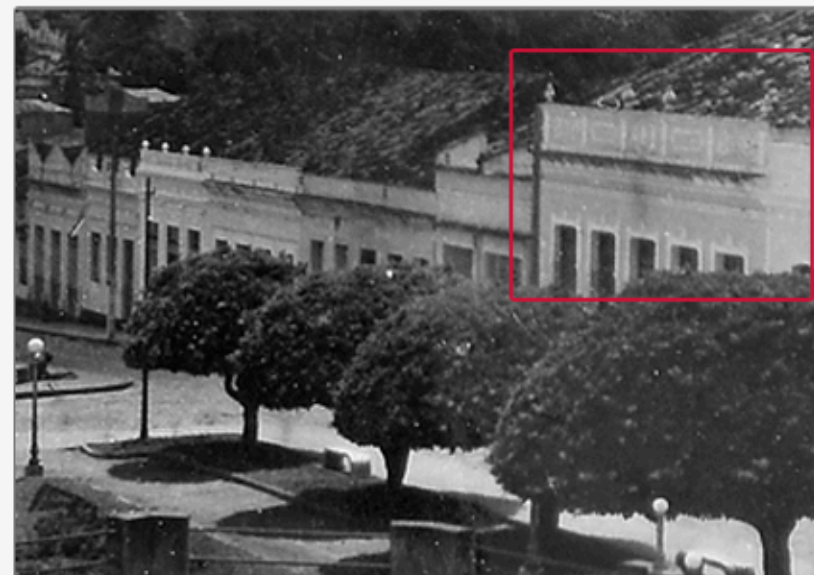


IMAGEM DE REFERÊNCIA. FONTE: WILTON CARVALHO



IMAGEM ATUAL. FONTE: GEÓRGIA RIBEIRO, 2018

FICHA 07/11 IMÓVEL Nº 742- R. GETÚLIO VARGAS| ANO: S/D



TIPO DE LOTE

☐ ESQUINA ☒ GAVETA ☐ MAIS DE UM LOTE ☐ QUADRA INTEIRA

IMPLANTAÇÃO NO LOTE

☐ FRONTAL ☐ COM LAT. DIR. ☐ COM LAT. ESQ. ☒ SEM RECUO

USO ATUAL

☐ COMÉRCIO ☐ INSTITUCIONAL ☐ SERVIÇOS ☒ RESIDENCIAL

TIPOLOGIA ORIGINAL

☐ RELIGIOSA ☐ CIVIL PÚBLICA ☐ INSTITUCIONAL ☒ CIVIL PRIVADA

ELEMENTOS DE COMPOSIÇÃO DE FACHADA

☐ CERCADURA ☒ BANDEIRA ☐ BALCÃO ☐ ÓCULO
☒ VERGA RETA ☒ PLATIBANDA ☐ BALAUSTRÉ ☐ SETEIRA
☐ V. EM ARCO PLENO ☐ FRONTÃO ☐ CACHORRO ☐ MARQUISE
☐ V. EM ARCO OGIVAL ☒ CORNIJA ☐ VOLUTA
☐ V. EM ARCO ABATIDO ☒ FRISO ☐ PINÁCULO

COMENTÁRIOS / DETALHES

DETALHE 01: DETALHE DA PLATIBANDA ORNAMENTADA ELEMENTOS CLÁSSICOS E DESENHOS FLORAIS.
 FONTE: GEÓRGIA RIBEIRO, 2018



FONTE: GEÓRGIA RIBEIRO, 2019/ BASEADA EM MODELO APLICADO POR MEDEIROS (2017)

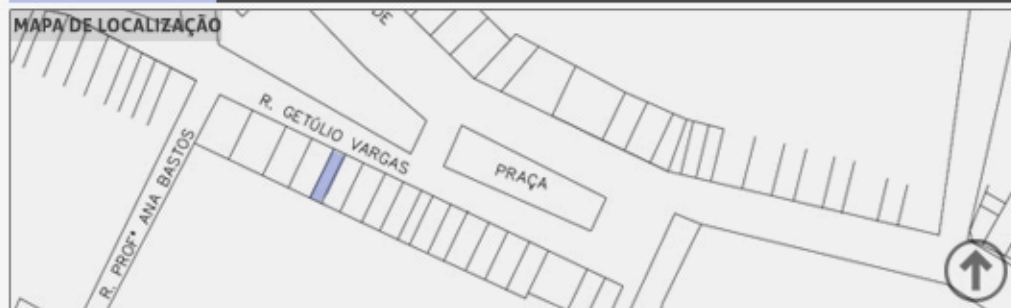


IMAGEM DE REFERÊNCIA. FONTE: WILTON CARVALHO



IMAGEM ATUAL. FONTE: GEÓRGIA RIBEIRO, 2018

FICHA 08/11 IMÓVEL Nº 740- R. GETÚLIO VARGAS| ANO: S/D



TIPO DE LOTE

☐ ESQUINA ☒ GAVETA ☐ MAIS DE UM LOTE ☐ QUADRA INTEIRA

IMPLANTAÇÃO NO LOTE

☐ FRONTAL ☐ COM LAT. DIR. ☐ COM LAT. ESQ. ☒ SEM RECUO

USO ATUAL

☐ COMÉRCIO ☐ INSTITUCIONAL ☒ SERVIÇOS ☐ RESIDENCIAL

TIPOLOGIA ORIGINAL

☐ RELIGIOSA ☐ CIVIL PÚBLICA ☐ INSTITUCIONAL ☒ CIVIL PRIVADA

ELEMENTOS DE COMPOSIÇÃO DE FACHADA

☒ CERCADURA ☐ BANDEIRA ☒ BALCÃO ☐ ÓCULO
☒ VERGA RETA ☒ PLATIBANDA ☐ BALAUSTRÉ ☐ SETEIRA
☐ V. EM ARCO PLENO ☐ FRONTÃO ☐ CACHORRO ☐ MARQUISE
☐ V. EM ARCO OGIVAL ☒ CORNIJA ☐ VOLUTA
☐ V. EM ARCO ABATIDO ☒ FRISO ☐ PINÁCULO

COMENTÁRIOS / DETALHES

DETALHE 01: DETALHE DAS ESQUADRIAS
 FONTE: GEÓRGIA RIBEIRO, 2018

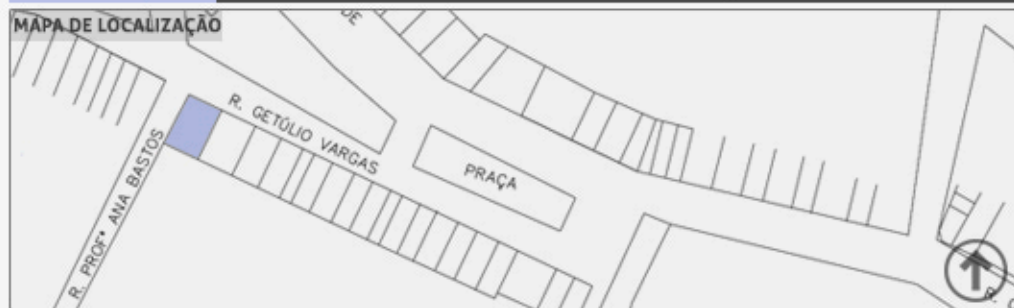


IMAGEM DE REFERÊNCIA. FONTE: WILTON CARVALHO



IMAGEM ATUAL. FONTE: GEÓRGIA RIBEIRO, 2018

FICHA 09/11 SOBRADO Nº714- R. GETÚLIO VARGAS| ANO: SÉCULO XIX



TIPO DE LOTE

☒ ESQUINA ☐ GAVETA ☐ MAIS DE UM LOTE ☐ QUADRA INTEIRA

IMPLANTAÇÃO NO LOTE

☐ FRONTAL ☐ COM LAT. DIR. ☐ COM LAT. ESQ. ☒ SEM RECUO

USO ATUAL

☒ COMÉRCIO ☐ INSTITUCIONAL ☐ SERVIÇOS ☐ RESIDENCIAL

TIPOLOGIA ORIGINAL

☐ RELIGIOSA ☐ CIVIL PÚBLICA ☐ INSTITUCIONAL ☒ CIVIL PRIVADA

ELEMENTOS DE COMPOSIÇÃO DE FACHADA

☐ CERCADURA ☒ BANDEIRA ☒ BALCÃO ☐ ÓCULO
☒ VERGA RETA ☒ PLATIBANDA ☒ BALAUSTRÉ ☐ SETEIRA
☐ V. EM ARCO PLENO ☐ FRONTÃO ☐ CACHORRO ☐ MARQUISE
☐ V. EM ARCO OGIVAL ☒ CORNIJA ☐ VOLUTA
☐ V. EM ARCO ABATIDO ☒ FRISO ☐ PINÁCULO

COMENTÁRIOS / DETALHES

DETALHE 01:
BALÕES NA
FACHADA
FRONTAL.
FONTE: GEÓRGIA
RIBEIRO, 2018



DETALHE 02:
PLATIBANDA
FONTE: GEÓRGIA
RIBEIRO, 2018



FONTE: GEÓRGIA RIBEIRO, 2019/ BASEADA EM MODELO APLICADO POR MEDEIROS (2017)

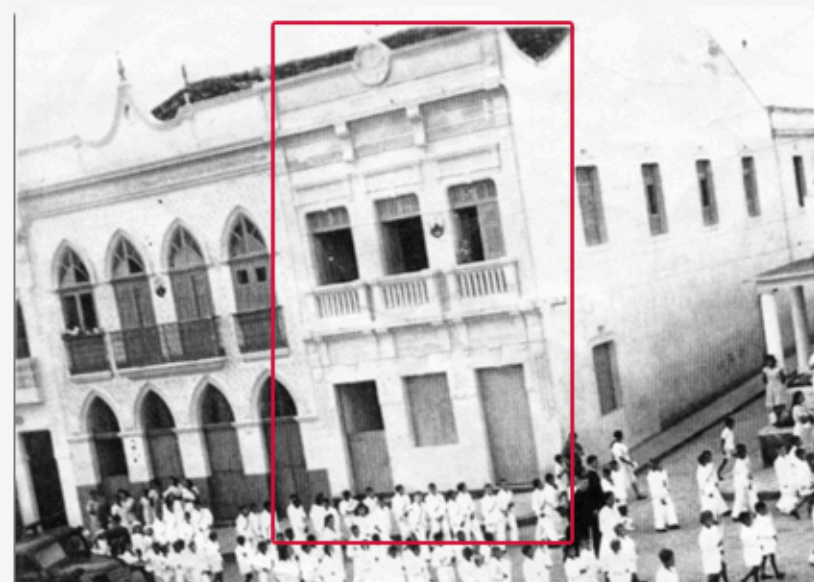
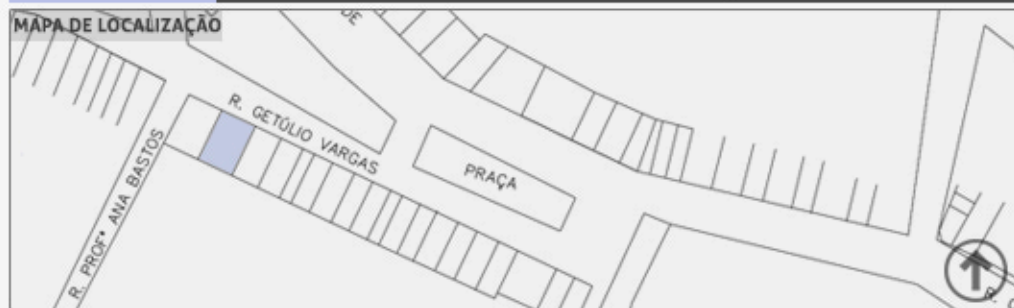


IMAGEM DE REFERÊNCIA FONTE: WILTON CARVALHO



IMAGEM ATUAL. FONTE: GEÓRGIA RIBEIRO, 2018

FICHA 10/11 SOBRADO Nº720- R. GETÚLIO VARGAS| ANO: SÉCULO XIX



TIPO DE LOTE

☐ ESQUINA ☒ GAVETA ☐ MAIS DE UM LOTE ☐ QUADRA INTEIRA

IMPLANTAÇÃO NO LOTE

☐ FRONTAL ☐ COM LAT. DIR. ☐ COM LAT. ESQ. ☐ SEM RECUO

USO ATUAL

☐ COMÉRCIO ☐ INSTITUCIONAL ☒ SERVIÇOS ☐ RESIDENCIAL

TIPOLOGIA ORIGINAL

☐ RELIGIOSA ☐ CIVIL PÚBLICA ☐ INSTITUCIONAL ☒ CIVIL PRIVADA

ELEMENTOS DE COMPOSIÇÃO DE FACHADA

☐ CERCADURA ☒ BANDEIRA ☒ BALCÃO ☐ ÓCULO
☐ VERGA RETA ☒ PLATIBANDA ☐ BALAUSTRE ☐ SETEIRA
☐ V. EM ARCO PLENO ☐ FRONTÃO ☐ CACHORRO ☐ MARQUISE
☒ V. EM ARCO OGIVAL ☒ CORNIJA ☐ VOLUTA
☐ V. EM ARCO ABATIDO ☒ FRISO ☐ PINÁCULO

COMENTÁRIOS / DETALHES

DETALHE 01:
FACHADA
BALCÕES EM
FERRO. FONTE:
GEÓRGIA RIBEIRO,
2018



DETALHE 02:
PLATIBANDA E
ABERTURAS DM
ARCO OGIVAL
FONTE: GEÓRGIA
RIBEIRO, 2018



FONTE: GEÓRGIA RIBEIRO, 2019 / BASEADA EM MODELO APLICADO POR MEDEIROS (2017)

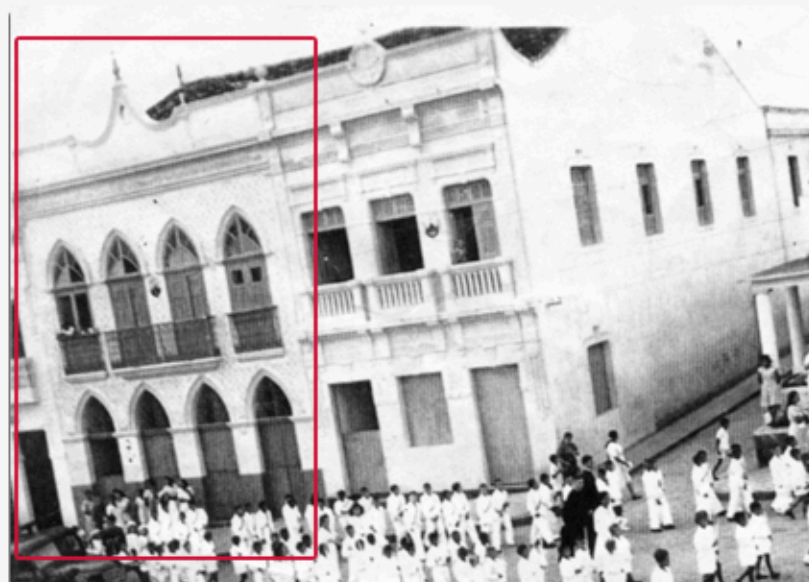


IMAGEM DE REFERÊNCIA FONTE: WILTON CARVALHO



IMAGEM ATUAL. FONTE: GEÓRGIA RIBEIRO, 2018

FICHA 11/11 IGREJA N. SRA DA BOA VIAGEM - R. BOM JESUS | ANO: 1868



TIPO DE LOTE

☐ ESQUINA ☒ GAVETA ☐ MAIS DE UM LOTE ☐ QUADRA INTEIRA

IMPLANTAÇÃO NO LOTE

☐ FRONTAL ☒ COM LAT. DIR. ☒ COM LAT. ESQ. ☐ SEM RECUO

USO ATUAL

☐ COMÉRCIO ☒ INSTITUCIONAL ☐ SERVIÇOS ☐ RESIDENCIAL

TIPOLOGIA ORIGINAL

☐ RELIGIOSA ☐ CIVIL PÚBLICA ☒ INSTITUCIONAL ☐ CIVIL PRIVADA

ELEMENTOS DE COMPOSIÇÃO DE FACHADA

☐ CERCADURA ☒ BANDEIRA ☒ BALCÃO ☐ ÓCULO
☐ VERGA RETA ☐ PLATIBANDA ☐ BALAUSTRE ☐ SETEIRA
☒ V. EM ARCO PLENO ☒ FRONTÃO ☐ CACHORRO ☐ MARQUISE
☐ V. EM ARCO OGIVAL ☒ CORNIJA ☒ VOLUTA
☐ V. EM ARCO ABATIDO ☒ FRISO ☐ PINÁCULO

COMENTÁRIOS / DETALHES

DETALHE 01:
INTERIOR DO
EDIFÍCIO. FONTE:
GEÓRGIA RIBEIRO,
2018



DETALHE 02:
INTERIOR DO
EDIFÍCIO
FONTE: GEÓRGIA
RIBEIRO, 2018



FONTE: GEÓRGIA RIBEIRO, 2019 / BASEADA EM MODELO APLICADO POR MEDEIROS (2017)



IMAGEM DE REFERÊNCIA. (AMPLIADA) FONTE: FREIRE, 2002



IMAGEM ATUAL. FONTE: GEÓRGIA RIBEIRO, 2018